



PPGciUFPB
Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CILENE MARIA FREITAS DE ALMEIDA

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos no
Brasil**

JOÃO PESSOA

2021

CILENE MARIA FREITAS DE ALMEIDA

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos no
Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Política de Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Emeide Nóbrega Duarte

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A447g Almeida, Cilene Maria Freitas de.

Gestão da informação e do conhecimento na formação do profissional da informação: arquivistas, bibliotecários e museólogos no Brasil / Cilene Maria Freitas de Almeida. - João Pessoa, 2021.

140 f. : il.

Orientação: Emeide Nóbrega Duarte.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Gestão da informação. 2. Gestão do conhecimento. 3. Graduação - Matriz curricular. 4. Arquivologia. 5. Biblioteconomia. 6. Museologia. I. Duarte, Emeide Nóbrega. II. Título.

UFPB/BC

CDU 005.94(043)

CILENE MARIA FREITAS DE ALMEIDA

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO DO
PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos no
Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Política de Informação.

Dissertação aprovada em: 29 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

EMEIDE NOBREGA DUARTE

Data: 13/04/2023 11:08:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Emeide Nóbrega Duarte
PPGCI/UFPB
(Orientadora)



Documento assinado digitalmente

ELIANE BEZERRA PAIVA

Data: 12/04/2023 10:32:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Eliane Bezerra Paiva
PPGCI/UFPB
(Membro Interno – Titular)



Documento assinado digitalmente

LUCIANA FERREIRA DA COSTA

Data: 14/04/2023 11:22:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luciana Ferreira da Costa
PPGAV/UFPB-UFPE
(Membro Externo – Titular)

**Profa. Dra. Alzira Karla Araújo da
Silva**
PPGCI/UFPB
(Membro Interno – Suplente)

**Profa. Dra. Lucilene Klenia Rodrigues
Bandeira**
MPGOA/UFPB
(Membro Externo – Suplente)

*Dedico ao meu Deus, **Jesus Cristo**, dono de toda a ciência, sabedoria e poder e o meu sustentador. Á professora **Emeide Nóbrega**, pelo exemplo de mulher resiliente, forte, sensível e acolhedora, principalmente, pelos ensinamentos e exemplo de vida.*

AGRADECIMENTO

Quando finalizamos uma etapa, é essencial termos um coração grato e honrar àqueles que estiveram conosco, pois, sem uma rede de apoio, nada somos e nada podemos fazer.

Em especial a Deus, por ter verdadeiramente me carregado nos braços, me abraçando em seu colo e ter sido a força que eu não tive durante todo o processo.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) pela oportunidade de aperfeiçoamento;

À CAPES, pela concessão da bolsa;

À Professora Dra. Emeide Nóbrega Duarte, orientadora, pelo aceite, pela amizade, pelo apoio, por ser o norte da minha vida acadêmica e profissional e pelas conversas de apoio e cheias de empatia ocorridas no decorrer do processo de elaboração da dissertação; acima de tudo pelo exemplo de profissional humana que sempre foi, em suas palavras e atos;

Às professoras Dra. Luciana Ferreira da Costa, Dra. Eliane Bezerra Paiva e Dra. Rosilene Agapito da Silva Llarena, Dra. Alzira Karla Araújo da Silva, por terem gentilmente aceitado compor a banca examinadora;

À Professora Dra. Rosilene Agapito da Silva Llarena, pelas relevantes contribuições à minha dissertação e pela convivência e aprendizado oportunizado no Grupo de Pesquisa Informação, Aprendizagem e Conhecimento (GIACO);

Ao Grupo de Pesquisa Informação, Aprendizagem e Conhecimento (GIACO) pela grande contribuição à Ciência, em especial a Ciência da Informação, através da produção e disseminação de novos conhecimentos relacionados a gestão da informação e do conhecimento e o processo de aprendizagem nos vários tipos de organização e aos membros, pelo compartilhamento dos conhecimentos durante os encontros;

Aos colegas da turma de Mestrado 2019 do PPGCI/UFPB, hoje em final de curso ou já mestres, em especial à Victoria Lopes Félix e Jordana Kelly, por dedicarem a mim, não apenas o coleguismo acadêmico, mas amizade, empatia e apoio nos momentos de dificuldade;

A todos os professores do PPGCI/UFPB, em especial, os professores em que tive a oportunidade de estudar em disciplinas ministradas por eles, quais sejam: Dr. Edivanio Duarte de Souza, Dr. Edvaldo Carvalho Alves; Dr. Henry Poncio Cruz de

Oliveira; Dr. Wagner Junqueira de Araújo; Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran, e; Dra Leilah Santiago Bufrem.

Ao meu irmão acadêmico, amigo, professor, doutorando do PPGCI/UFPB e sobremaneira, um ser humano incrível, Rayan Aramis Feitoza, pela amizade, empatia, parceria, apoio, por ter tanta humildade e compartilhar seu conhecimento, pelas conversas que muitas vezes me lembravam quem eu era e a força que tinha quando não conseguia enxergar;

À minha mãe, Maria de Lourdes que sempre foi uma fonte de inspiração;

Às minhas irmãs, pelo incentivo. Em especial a minha irmã Carla, por cuidar da minha alimentação nos momentos mais cruciais do desenvolvimento dessa pesquisa;

Aos meus sobrinhos. Em particular Lucas e Felipe, por terem sido meu delivery nos momentos finais da investigação;

Ao meu cunhado Thyago Cavalcanti, por ter cedido seu espaço de trabalho para que eu pudesse ter a concentração necessária para a conclusão do estudo;

Às minhas filhas, Maria Clara e Bianca e ao meu filho Bruno Rafael, sempre no coração, minha fonte de encorajamento para que a cada dia eu me desconstrua e me reconstrua um ser humano, uma mãe, uma cristã e uma profissional melhor;

À minha filha Maria Clara quero agradecer de maneira especial, por muitas vezes ter sido a minha mãe e mãe dos irmãos quando eu não pude ser;

Quero declarar todo o meu agradecimento e honrar vocês por toda a contribuição e estarem ao meu lado durante essa vitória em minha vida.

“Deus é o que me cinge de força e aperfeiçoa o meu caminho. Faz os meus pés como os das corças, e põe-me nas minhas alturas”.

Salmos 18:32,33

RESUMO

Sob a perspectiva da Sociedade da Informação e do Conhecimento, a informação e o conhecimento passam a ser fatores determinantes do desenvolvimento socioeconômico de países, regiões e organizações. No âmbito das instituições de ensino superior não poderia ser diferente. Os currículos acadêmicos dos profissionais da informação devem incluir disciplinas com conteúdos sobre gestão da informação e do conhecimento, para que os discentes possam se capacitar a atender as exigências impostas pelo mercado de trabalho. A gestão da informação e do conhecimento de forma integrada (GIC) é considerada um processo inerente às organizações, uma necessidade da sociedade atual. Como organização, as unidades de informação estão incluídas nessa visão, visto que, além de ambientes provedores de informação são gestoras do conhecimento para atender os usuários da informação. A pesquisa analisa as abordagens da disciplina gestão da informação (GI) e gestão do conhecimento (GC) nas matrizes curriculares dos Cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo se caracteriza como documental realizado no ambiente da *web*, quanto à natureza se caracteriza como pesquisa aplicada e, em relação aos objetivos é um estudo exploratório e descritivo. Para alcançar a compreensão total da realidade estudada, utiliza as abordagens quantitativa e qualitativa ao aplicar o método da análise de conteúdo na formação e organização das categorias e interpretação dos dados. Os resultados alcançados possibilitam evidenciar que os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil estão empenhados em formar profissionais da informação com perfis, inclusive, de gestor da informação e do conhecimento, embora existam cursos que ainda necessitam adequar-se às exigências requeridas pelo mercado de trabalho, em atendimento aos indicadores da sociedade atual. As abordagens que se destacaram nas ementas das disciplinas de GI e/ou GC dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas no Brasil referem-se à Aspectos Conceituais Introdutórios, Gestão de Unidades de Informação, Inteligência, Uso de Ferramentas, Relacionamentos e Redes Sociais, Gestão de Documentos, Sociedade da Informação e do Conhecimento, Processos do Conhecimento, Filosofia e Ética da Informação, Profissional da Informação, Políticas de Informação, Empreendedorismo, Cultura e Gestão de Coleções. Propostas de abordagens concernentes à gestão da informação e do conhecimento, tais como: Conhecimento Organizacional, Desenvolvimento de Pessoas, Valorização de Pessoas, Auditoria do Conhecimento, Memória Organizacional, Gerenciamento Estratégico da Informação e Comportamento Organizacional, entre outras são apresentadas para inserção de conteúdos nas abordagens de gestão da informação e do conhecimento, como contribuição à formação dos arquivistas, bibliotecários e museólogos brasileiros.

Palavras-chave: Gestão da Informação. Gestão do Conhecimento. Matriz curricular. Arquivologia. Biblioteconomia. Museologia. Profissional da informação.

ABSTRACT

From the perspective of the Information and Knowledge Society, information and knowledge become determining factors in the socioeconomic development of countries, regions and organizations. In the context of higher education institutions, it could not be different. The academic curricula of information professionals must include subjects with content on information and knowledge management, so that students can be trained to meet the demands imposed by the job market. Integrated information and knowledge management (GIC) is considered an inherent process in organizations, a necessity of today's society. As an organization, the information units are included in this vision, since, in addition to providing information environments, they are knowledge managers to serve information users. The research analyzes the approaches of the subjects of information management (GI) and knowledge management (GC) in the curricula of the undergraduate courses in Archival Science, Library Science and Museology of Higher Education Institutions (IES) in Brazil. As for the methodological procedures, the study is characterized as documentary, developed in the *web* environment, as for its nature, it is characterized as applied research and, related to the objectives, it is an exploratory and descriptive study. To achieve a full understanding of the studied reality, it uses quantitative and qualitative approaches when applying the method of content analysis in the formation and organization of categories and interpretation of data. The results achieved make it possible to show that the courses of Archival Science, Library Science and Museology in Brazil are committed to training information professionals with profiles, including information and knowledge managers, although there are courses that still need to adapt to the requirements of the job market in compliance with the indicators of current society. The approaches that stood out in the GI and/or GC subjects of the Archival, Library and Museology courses of public IES in Brazil refer to Introductory Conceptual Aspects, Management of Information Units, Intelligence, Use of Tools, Relationships and Social Networks, Document Management, Information and Knowledge Society, Knowledge Processes, Information Philosophy and Ethics, Information Professional, Information Policies, Entrepreneurship, Culture and Collection Management. Proposals for approaches concerning information and knowledge management, such as: Organizational Knowledge, People Development, Valuing People, Knowledge Audit, Organizational Memory, Strategic Information Management and Organizational Behavior, among others, are presented in the insertion of content in the approaches to information and knowledge management, as a contribution to the training of Brazilian archivists, librarians and museologists.

Keywords: Information Management. Knowledge management. Curriculum. Archival science. Librarianship. Museology. Information professional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ciclo da informação.....	58
Figura 2 -	Processo de gerenciamento da informação proposto por Davenport (1998).....	59
Figura 3 -	Modelo processual de gestão da informação proposto por Choo (2003).....	60
Figura 4 -	SECI: Processo de conversão do conhecimento.....	68
Figura 5 -	Fases da análise de conteúdo da pesquisa.....	88
Figura 6 -	Percurso metodológico trilhado na pesquisa.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição geográfica dos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil.....	94
Gráfico 2 -	Enfoque das abordagens das disciplinas GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil.....	97
Gráfico 3 -	Distribuição geográfica dos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil.....	105
Gráfico 4 -	Enfoque das abordagens das disciplinas GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil.....	110
Gráfico 5 -	Distribuição geográfica dos cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Habilidades e competências dos graduados em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia conforme parecer CNE/CES 492/2001.....	46
Quadro 2 -	Tipos de conhecimento.....	51
Quadro 3 -	Dados, Informação e conhecimento	52
Quadro 4 -	Gestão da informação: âmbito, objeto e atividades base.....	62
Quadro 5 -	Gestão do Conhecimento: âmbito, objeto e atividades base...	67
Quadro 6 -	Especificidades e convergências da GI e da GC.....	72
Quadro 7 -	Relação entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento.....	73
Quadro 8 -	Capacidades requeridas ao indivíduo pela GI e GC.....	78
Quadro 9 -	Etapas da Análise de Conteúdo.....	87
Quadro 10 -	Cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil.....	92
Quadro 11 -	Disciplinas de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil.....	94
Quadro 12 -	Cursos de Biblioteconomia das IES públicas do Brasil.....	102
Quadro 13 -	Disciplinas de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil.....	106
Quadro 14 -	Cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil.....	117
Quadro 15 -	Disciplina de GI e/ou GC ofertada nos cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela1 -	Abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil.....	98
Tabela 2 -	Abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil.....	111
Tabela 3 -	Abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil.....	120

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Conferência Brasileira de Arquivos
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
CNE	Conselho Nacional de Educação
Abarq	Associação Brasiliense de Arquivologia
CFE	Conselho Federal Educação
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EaD	Ensino à Distância
FAMARO	Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon
FEBAB	Federação Brasileira Associação de Bibliotecários
FEFIERJ	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GC	Gestão do Conhecimento
GI	Gestão da Informação
GIC	Gestão da Informação e do Conhecimento
GRI	Gerência de Recursos Informacionais
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação Científica e Técnica
ICOM	Comitê Internacional de Museus
IRM	<i>Infomation Resouces Management</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IDORT	Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC	Ministério da Educação
MHN	Museu Histórico Nacional
NDC	Núcleo Docente Estruturante
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UESPI	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	28
2.1	Revisitando as origens: institucionalização dos cursos de	
	Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil.....	28
2.1.1	O curso de graduação em Arquivologia.....	28
2.1.2	O curso de graduação em Biblioteconomia.....	33
2.1.3	O curso de graduação em Museologia.....	38
2.1.4	A lei das Diretrizes e Bases da Educação: novos cenários para os	
	cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.....	45
2.2	Abordagem da Gestão da Informação e do Conhecimento:	
	aspectos teóricos e conceituais.....	48
2.2.1	Dados, Informação e Conhecimento: compreendendo os elementos	
	para discutir o tema.....	48
2.2.2	Gestão da Informação.....	53
2.2.3	Gestão do Conhecimento.....	63
2.3.4	Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento e o Profissional da	
	Informação.....	75
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	83
3.1	Caracterização da Pesquisa.....	83
3.2	Instrumentos de Coleta de Dados.....	85
3.3	Interpretação e Análise dos Dados.....	86
4	RESULTADOS DE PESQUISA E SUAS ANÁLISES: abordagens da	
	Gestão da Informação e da Gestão do Conhecimento nos cursos de	
	graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES	
	públicas do Brasil.....	92
4.1	Arquivologia.....	92
4.2	Biblioteconomia.....	102
4.3	Museologia.....	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	126

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O surgimento da Internet e o desenvolvimento contínuo das tecnologias de informação e comunicação aumentaram a escala de produção e disseminação da informação em níveis que há poucos anos não se podia imaginar. Toda essa evolução tecnológica trouxe consigo grandes e diversas mudanças na sociedade, na cultura, na política, na educação e na economia. Todos os aspectos sociais passaram a ser norteados por um novo prisma, uma vez que a sociedade evoluiu para uma era em que a informação e o conhecimento passaram a determinar em que direção os seres humanos e as nações devem caminhar, além de modificar a essência dos serviços prestados pelas organizações, a chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Para Davenport e Prusak (1998), o estabelecimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, apoiada no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação trouxe mudanças significativas nos contextos social, cultural e também na dinâmica da economia global, onde a associação da informação ao conhecimento, ou mais especificamente, a construção do conhecimento individual, seu armazenamento e compartilhamento para a construção do conhecimento organizacional, tornaram-se primordiais para a formulação das estratégias das organizações.

De acordo com o entendimento de Takahashi (2000) o novo prisma social não é apenas um modismo, mas representa grandes mudanças nas instituições econômicas e sociais. Takahashi (2000, p. 3), ainda aponta que essa nova Sociedade se refere a “[...] uma nova era em que a informação flui a velocidades e em quantidades há apenas poucos anos inimagináveis, assumindo valores sociais e econômicos fundamentais. O autor argumenta que nessa Sociedade:

[...] o cenário econômico transforma-se de tal modo que inovar e converter conhecimento em vantagem competitiva passam a constituir importantes diferenciais. Da rapidez na geração e difusão de inovações, decorrem a drástica diminuição da vida útil dos produtos e a necessidade de modernização contínua da produção e da comercialização de bens e serviços. O processo inovador supõe, cada vez mais, a produção e aplicação de informações e conhecimentos e a sua gestão, nos moldes do que hoje se denomina inteligência coletiva, empresarial e organizacional (TAKAHASHI, 2000, p. 6).

De acordo com estudos de Hoffmann (2012) a sociedade da informação e do conhecimento ou nova economia surgiu no final do século XX e tem por característica a rápida introdução de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Diante da nova realidade instalada, a autora afirma que as organizações, com este novo paradigma que envolve informação e conhecimento, estão tentando refletir e repensar como se posicionam diante dos desafios e oportunidades crescentes. Nele, a informação e o conhecimento reduzem os preços dos produtos e serviços, por exemplo, ao encurtar o ciclo de desenvolvimento de produtos e serviços, de novos serviços e da necessidade de rápida entrada no mercado.

Como resultado, essa competição acirrada força as organizações a buscar inovação, se diferenciar, aumentar a produtividade com mais rapidez, melhorar a qualidade e combinar sustentabilidade com responsabilidade ambiental e social. Ao mesmo tempo, estar preocupado em atender plenamente às necessidades de clientes, cada vez mais rigorosos e seletivos.

Mediante o exposto observa-se que a informação e o conhecimento se tornaram parte essencial do plano estratégico das organizações na procura por monitorar as mudanças atuais da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Sob esta perspectiva, é imperativo que a informação e o conhecimento, dois elementos essenciais às organizações, devam ser adequadamente gerenciados. Isso torna a Gestão da Informação (GI) e a Gestão do Conhecimento (GC), fundamentais em toda e qualquer tipo de organização, inclusive nas unidades de informação, entendidas nesta pesquisa como arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, entre outras.

No tocante a GI, conforme perspectiva de Davenport (1998, p. 173), é entendida como:

[...] um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento. Mais importante, identificar todos os passos de um processo informacional – todas as fontes envolvidas, todas as pessoas que afetam cada passo, todos os problemas que surgem – pode indicar o caminho para mudanças que realmente fazem diferença.

Já a GC, de acordo com o entendimento de Nonaka e Takeuchi (2008, p. 1) é considerada “o processo de criar continuamente novos conhecimentos,

disseminando-os amplamente por meio da organização e incorporando-os velozmente em novos produtos/serviços, tecnologias e sistemas”.

A premissa básica da GIC é que a informação é um ativo organizacional que deve ser adequadamente gerenciado para apoiar a organização na tomada de decisões acertadas para garantir uma vantagem competitiva (NASSIF *et al.*, 2019).

Portanto percebe-se que a GI e a GC são imprescindíveis às organizações, uma vez que para que elas atendam às necessidades de desenvolvimento e competitividade, permaneçam ativas em um mercado em constante mudança, faz-se necessário que os gestores possam gerir seus recursos mais preciosos, informações e conhecimento. Conforme Lastres (1999, p. 9) “esse novo papel da informação e do conhecimento nas economias vem provocando modificações substantivas nas relações, forma e conteúdo do trabalho, o qual assume um caráter cada vez mais “informacional”, com implicações significativas sobre o perfil do emprego.

Em paralelo, percebe-se que os meios de atuação do profissional da informação se ampliaram, assim como as exigências de novas competências, para o desenvolvimento de um perfil profissional de gestor da informação e do conhecimento. Convém destacar que para Mason (1990) os profissionais da informação são aqueles profissionais capazes de entregar a informação certa a partir de uma fonte confiável ao cliente certo, no momento certo, de forma assertiva e a um custo que justifique seu uso (MASON, 1990). O autor enfatiza que o termo profissional da informação inclui, entre outros profissionais, administradores, contadores, analistas de sistemas, comunicólogos, jornalistas, publicitários, estatísticos, engenheiros de sistemas, sociólogos, educadores, como também, **bibliotecários, arquivistas e museólogos** [grifo nosso].

Posto isso, as Instituições de Ensino Superior (IES), como ambientes promotores do conhecimento são consideradas organizações incumbidas de desenvolverem as teorias e as práticas, em resposta às exigências dessa sociedade baseada na informação e no conhecimento. Ressalta-se que esse ambiente - IES - que molda e fortalece as capacidades intelectuais e físicas tem um papel muito importante no desenvolvimento da sociedade como um todo e é, em última instância, o responsável pela entrada no mercado de trabalho de indivíduos com competência para gerir algo vital na contemporaneidade: a Informação e conhecimento.

González de Gómez (2011), realça que IES enfrentam desafios que visam definir os requisitos e proposições de uma sociedade que está imersa em novas formas de

geração de informação e conhecimento, sendo, portanto, responsável por interpretar e explicar as necessidades contemporâneas, em seus contextos de intervenção, respondendo aos desafios impostos, assumindo suas diversas funções e priorizando as metas de inclusão social.

À vista disso, destaca-se que as matrizes curriculares dos cursos de graduação devem representar o perfil do profissional que se pretende formar ao término do curso. Para isso, nessas matrizes devem ser inseridas disciplinas que conduzam e possibilitem a formação de um profissional da informação com um perfil, inclusive, de gestor da informação e do conhecimento.

Segundo Coll (1996) um conceito importante do currículo é que ele é uma ferramenta a serviço do formador/educador para orientar e dirigir o processo de ensino-aprendizagem, criar identidades e remodelar o próprio currículo, conforme as aptidões, interesses e atributos culturais dos educandos.

Na visão de Arroyo (2008) o currículo é o conjunto de disciplinas ministradas em determinado curso, que abrange os planos de estudo e de ação, programa de ensino, conteúdos, visões ideológicas e intenções, metodologias, instrumentos e estratégias, projetos e atividades diversas. Pereira (2014, p. 18) considera o currículo como “o percurso que leva a aprendizagem” e destaca que é essencial que o ambiente educacional o formule de acordo com as necessidades dos educandos. Portanto, é fácil apreender que a ideologia, a cultura e o poder neles inseridos são os fatores decisivos no resultado que produzirá na formação dos discentes.

Perante o exposto, o recurso de análise de disciplinas que contribuem com a formação do profissional da informação, enquanto gestor da informação e do conhecimento torna-se relevante na perspectiva de evidenciar quais as principais abordagens trabalhadas nas disciplinas de GI e/ou GC nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, e Museologia no Brasil, como possível contribuição para a formação e o desempenho destes profissionais.

Se faz oportuno evidenciar que, de fato, cabe aos profissionais da informação atuarem como gestores da informação e do conhecimento. Acrescenta-se a isso, a necessidade de disciplinas como Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, vir ao passo dessas questões, a fim de dotar seus profissionais de competências suficientes para ingressar no mercado de trabalho cada vez mais exigente e seletivo.

A percepção de que a informação e o conhecimento são ativos essenciais nos âmbitos pessoal e organizacional e do entendimento de que esses elementos são

merecedores de todo empenho para o seu efetivo gerenciamento, tornou a GI e a GC imprescindíveis em toda organização, capazes de serem aplicadas pelos profissionais da informação no desempenho de suas atividades. Posto isso, percebe-se que GI e a GC tornaram-se basilares no exercício das funções, enquanto gestores de unidades de informação, tornando-se fundamental que no processo de formação dos profissionais da informação esteja incluída no currículo acadêmico, a obtenção de conhecimentos acerca da GIC.

A GI e/ou GC, enquanto disciplina, no processo de formação de Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos, possibilita a esses profissionais, ao término do curso, estarem aptos a coordenar as suas atividades, a empregar estratégias e elaborar os planejamentos necessários à execução dos processos do ciclo informacional, assim também, a construir uma postura flexível, de forma a atender com cortesia as necessidades de informação dos usuários.

É nessa perspectiva que a pesquisa pretende esclarecer a seguinte questão: **Que conteúdos são abordados nas disciplinas GI e/ou GC nas matrizes curriculares nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas do Brasil?**

A pesquisa emerge de determinados pressupostos, tais como: a) Os resultados alcançados possibilitarão evidenciar os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas no Brasil que estão empenhados em formar profissionais da informação com perfis de gestor da informação e do conhecimento; b) Existem cursos que ainda necessitam adequar-se às novas exigências requeridas para a eficaz atuação dos profissionais da informação no mercado de trabalho na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

A motivação de cunho pessoal para o desenvolvimento desta pesquisa voltada a discutir o perfil formativo para GI e GC no âmbito dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas está associada, inicialmente, da exposição à disciplina de Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), componente obrigatório do curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O interesse se ampliou posteriormente devido à proximidade com o tema, durante o período de iniciação científica entre 2016 e 2018, onde atuou como pesquisadora do PIBIC/CNPq/UFPB. O Projeto de Iniciação Científica (vigência 2016-

2017) tinha como título: “A abordagem sobre Gestão da Informação e do Conhecimento nos Currículos dos Cursos de Biblioteconomia” e objetivava discutir a formação dos bibliotecários voltada à Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento para benefício social.

O Projeto de Iniciação Científica (vigência 2017-2018) se intitulava: “Análise dos conteúdos das abordagens sobre Gestão da Informação e/ou do Conhecimento nos cursos de Biblioteconomia em nível nacional”. Em consonância com a coordenadora do respectivo estudo, Profa. Dra. Emeide Nobrega Duarte, que também atuava como a minha orientadora, os resultados foram apresentados como Trabalho de Conclusão de Curso desta pesquisadora, uma vez que enquanto bolsista de iniciação científica foi partícipe ativa na implementação e desenvolvimento de todas as etapas do projeto de pesquisa.

A investigação permitiu identificar que no Brasil existiam 41 cursos de Biblioteconomia distribuídos em 39 IES. Deste total, 21 cursos foram identificados como ofertantes de 25 disciplinas de GI e/ou GC, sendo que 14 disciplinas ofertadas na modalidade obrigatória e 11 disciplinas ofertadas na modalidade optativa. Observou-se que a prevalência da oferta obrigatória das disciplinas assevera que a GI e a GC vêm sendo trabalhadas como componentes curriculares relevantes na formação do bibliotecário brasileiro. Constatou-se conjuntamente que os temas abordados em GI referiam-se a modelos de GI, sistemas de informação, suportes tecnológicos, perfil do bibliotecário gestor da informação, teoria organizacional, sociedade da informação, aspectos práticos, serviços e produtos de informação, gestão em unidades de informação e usuários da informação. E no tocante a GC, abordavam os aspectos conceituais introdutórios, modelos da GC, redes de pessoas e organizações, inteligência competitiva, aprendizagem organizacional, aspectos práticos, suportes tecnológicos, cultura organizacional e informacional, sociedade do conhecimento e comunicação nas organizações. A análise dos conteúdos das disciplinas de GI e/ou GC oportunizou observar uma inclinação favorável ao ensino integrado das duas gestões e colaboram para apoiar a formação do bibliotecário enquanto gestor de unidades de informação (ALMEIDA, 2018).

Acrescenta-se outro fator importante, a participação na qualidade de discente pesquisadora no Grupo de Pesquisa Informação, Aprendizagem e Conhecimento (GIACO) do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB e cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que em seus encontros reflete sobre os aspectos teóricos e práticos pertinentes a GI e a GC e acerca do processo de aprendizagem nos vários tipos de organização (GIACO, 2018), o que possibilitou o desenvolvimento da apreciação crítica, do senso indagador.

Fundamentados no entendimento de que, a formação dos profissionais da informação deve corresponder aos atuais interesses sociais relativos à aquisição da informação e a construção do conhecimento e, especialmente, que estes profissionais da informação estejam aptos a gerir estes dois elementos - informação e conhecimento - de forma integrada, percebeu-se a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o perfil formativo do profissional da informação voltado para GI e GC.

Em pesquisa, Ferreira (2003) propôs a reflexão acerca da capacitação do profissional da informação, o seu perfil e sua atuação face ao atual contexto de mercado de trabalho e buscou caracterizar as demandas e características exigidas para a eficaz atuação deste profissional. Os resultados obtidos apresentaram entre outros atributos específicos requeridos pelo mercado de trabalho, os conhecimentos específicos sobre métodos, técnicas e ferramentas de GI e de GC.

Nesta perspectiva, vê-se a importância para a Ciência da Informação (CI), da condução de estudos voltados para a reflexão sobre como os futuros arquivistas, bibliotecários e museólogos devem possuir uma formação que os preparem para o atual contexto do mercado de trabalho, apoiando seu desenvolvimento na contribuição da GI e da GC nos currículos acadêmicos dos referidos cursos de graduação.

A identificação das abordagens dos conteúdos de GI e GC trabalhadas no cenário acadêmico, por meio da análise das ementas, justifica-se no sentido de perceber quais os conhecimentos sobre métodos, técnicas e ferramentas de GI e de GC os discentes dos cursos ora mencionados estão adquirindo em sua formação.

Na impossibilidade de trabalharmos com todos os cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ofertados no Brasil devido à limitação de tempo para desenvolver esta pesquisa, escolhemos como campo de estudo os referidos cursos de graduação ofertados nas IES públicas do país. Salienta-se que estes cursos estabelecem diálogo com o campo da CI e possuem um mesmo objeto de estudo e de trabalho – a Informação – no contexto de ambientes e serviços distintos.

Smit (2000) refere que Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos apesar de distintos institucional e profissionalmente, cooperam de maneira complementar para disponibilizar a informação armazenada dentro de objetivos comuns. Araújo (2011) refere, a CI como um campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, uma vez que a natureza interdisciplinar e o objeto de estudo, a informação, são potenciais de fazer dela um campo agregador das tradições e conhecimentos acumulados das referidas áreas.

Salientamos que no CNPq, a CI, a Arquivologia, a Biblioteconomia e Museologia, fazem parte da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas (CNPq, 2015). No âmbito de avaliação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a CI, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integram a Grande Área Ciências Sociais Aplicadas, como também a Área de Avaliação - Comunicação e Informação, sendo a Arquivologia e Biblioteconomia consideradas subáreas da CI (CAPES, 2017).

Conforme Ferreira (2003) o profissional da informação, formado no escopo da CI, é a peça-chave para a efetividade no trabalho com o fluxo da informação nas organizações. Posto isso, destaca-se a importância do estudo não apenas para a CI, mas também para as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, visto que abordará as IES que ofertam os referidos cursos como ambientes que possuem a importante missão de desenvolver as teorias e práticas necessárias para proporcionar aos discentes a construção do perfil profissional, competências e atributos exigidos para a eficaz atuação dos profissionais da informação no mercado de trabalho.

No contexto acadêmico-científico, a proposta de inserção de conteúdos nas abordagens de GI e/ou GC como contribuição à formação do profissional da informação poderá ser útil aos docentes que formam o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na elaboração, também atualização e revisão dos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, para a seleção dos temas que comporão o conteúdo programático das disciplinas, contribuindo desta maneira, para uma melhor formação nos contextos humano/profissional/acadêmico dos profissionais da informação ora mencionados.

Tarapanoff (2006) considera que toda a informação e conhecimento tem um forte componente social, e, portanto, sua criação, acesso e compartilhamento contribuem significativamente para fortalecer a construção da cidadania e desenvolvimento dos países. Freire (2006, p. 228) corrobora ao discorrer que “[...] um

dos objetivos da Ciência da Informação seria o de contribuir para a informação se tornar, cada vez mais, um elemento de inclusão social, oferecendo oportunidades de inclusão para pessoas, grupos e nações”.

Sob essa perspectiva, em um aspecto social, consideramos a temática em torno da análise das abordagens das disciplinas de GI e/ou GC situa-se nos limites da relevância social na perspectiva de evidenciar a formação de profissionais da informação aptos a agir sobre a informação e o conhecimento de maneira eficiente, que assegurem o benefício social ao criar subsídios para a tomada de decisões dos sujeitos, por meio da obtenção de informações que supram suas necessidades de informação, e de outra parte, proporcionar a esse sujeito o compartilhamento de conhecimento, contribuindo assim, para o seu crescimento social, cultural e cognitivo.

De acordo com pesquisas realizadas por Araújo (2014, 2017) em que ele busca identificar as teorias e tendências contemporâneas da CI, há uma tendência a alguns anos sendo desenvolvida na CI com a premissa de que ela deveria tornar mais forte o diálogo com as áreas de arquivologia, de biblioteconomia e de museologia. Para o autor “arquivos, bibliotecas e museus, seus fazeres e seus profissionais, são entendidos como mediações, interferências específicas realizadas no âmbito da dinâmica informacional mais ampla de uma sociedade (ARAÚJO, 2017, p. 24). O autor defende que:

Aproximar a ciência da informação destas três áreas é, assim, tentar compreender como uma cultura é produzida, reproduzida e modificada por meio das interferências destas instituições; é analisar a dinâmica dessas várias interferências, promovidas por atores institucionais ou não, nos distintos processos de criação, seleção, circulação e apropriação dos registros de conhecimento (ARAÚJO, 2017, p. 24).

Percebe-se então que CI é um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas que se dediquem a discutir o perfil formativo para GI e GC no âmbito dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia brasileiros.

Araújo (2018) também realizou um mapeamento do campo da CI e identificou seis correntes teóricas ou subáreas, são elas: estudos de fluxo da informação científica, estudos em representação e recuperação da informação, estudos de usuários da informação, economia política da informação, estudos métricos da informação e por fim, GIC.

Deste modo, a temática desta pesquisa está em conformidade com a subárea de Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC), como também está vinculada à linha de pesquisa “Ética, Gestão e Política de Informação” do Programa da Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

À luz dessas considerações e com a finalidade de responder à pergunta do estudo, foi firmado como objetivo geral **analisar as abordagens da disciplina gestão da informação e do conhecimento nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil**. Como objetivos específicos propõem-se:

- a) Descrever os Cursos de Graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ofertados pelas IES no Brasil;
- b) Identificar as disciplinas Gestão da Informação e/ou do Conhecimento;
- c) Identificar as abordagens nas ementas das disciplinas de GI e/ou GC;
- d) Propor a inserção de conteúdos nas abordagens de GI e/ou GC como contribuição à formação dos arquivistas, bibliotecários e museólogos brasileiros.

Com esses objetivos, a presente dissertação estrutura-se em cinco seções. A primeira seção tece as considerações iniciais do tema, expõe a problematização, a questão norteadora, justificativa pela escolha do tema e aponta os objetivos geral e específicos da investigação.

A seção dois refere-se à fundamentação teórica que apoia esta pesquisa científica. São trazidas breves reflexões acerca da institucionalização dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil, apresenta o entendimento no escopo da CI dos fenômenos dado, informação e conhecimento como essenciais para a compreensão da GI e da GC, busca contextualizar as abordagens conceituais acerca da GI e da GC, como também apresentar a relevância da formação do Profissional da Informação enquanto Gestor da Informação e do Conhecimento.

A terceira seção apresenta a trajetória que será percorrida para o desenvolvimento da pesquisa, bem como os suportes metodológicos que alicerçaram a mesma. Para este estudo foi adotada a abordagem quanti-qualitativa dos dados para a análise documental das ementas das disciplinas. Para inferir e interpretar os

dados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo apoiada pela teoria e método de Laurence Bardin (2011).

A seção quatro apresenta os dados coletados, a análise, a exposição dos resultados e inferências da pesquisa. Na seção cinco são versadas as considerações finais da pesquisa. Reflete sobre a questão de pesquisa, o objetivo de investigação, os pressupostos levantados e perspectivas futuras. Ao final da dissertação são expostos os elementos pós-textuais: fontes consultadas, que foram referenciadas e citadas de acordo com as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para embasar o estudo, partiu-se de uma breve apresentação acerca da institucionalização dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil, destacando a legislação que dispõe sobre a regulamentação das profissões e suas respectivas atribuições.

Em seguida, é realizada a discussão conceitual sobre a GIC, contextualizando a relevância que passaram a ter nas organizações e na sociedade contemporânea.

Posteriormente, apresentam-se considerações que destacam a relevância do desenvolvimento no profissional da informação de um perfil, inclusive, de gestor da informação e do conhecimento.

2.1 Revisitando as origens: institucionalização dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil

As reflexões apresenadas neste tópico estão relacionadas à institucionalização dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil. Destaca-se que o marco inicial no Brasil desses cursos inicia-se no período do Brasil Império, com a presença da Família Real portuguesa. Com a sua chegada ao Brasil, parte da corte e seus bens: documentos, mapas, moedas, gravuras, manuscritos, livros, arte, entre outros, distribuídos em vários navios, agilizou o processo de formação dos espaços nacionais (como arquivos, bibliotecas e museus), que seriam os responsáveis pela organização, armazenamento e preservação dos documentos oficiais. Devido ao crescimento desses acervos, das atividades e necessidades geradas por essas instituições, fazia-se necessária a formação de profissionais qualificados para o trabalho, como necessidades comuns entre eles (TANUS; ARAÚJO, 2013).

2.1.1 O curso de graduação em Arquivologia

O desenvolvimento dos saberes e práticas arquivística no Brasil não é recente, elas trilharam um longo caminho que muito antecede ao seu reconhecimento oficial por meio de regulamentação. A institucionalização do curso de graduação em Arquivologia no país teve início com a criação do Arquivo Nacional, em 1838,

intitulado, então, de Arquivo Público do Império, de acordo com o que previa na Constituição de 1824 (TANUS; ARAÚJO, 2013). O Arquivo Nacional, seguia o movimento europeu, pós-revolução Francesa, que tinha ênfase na preservação dos documentos considerados símbolos da identidade nacional (RIDOLPHI; GAK, 2017).

No ano de 1922 por meio do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto, houve a criação do primeiro curso técnico de arquivologia que tinha duração de dois anos e objetivava atender às necessidades de especialização dos funcionários do Arquivo Nacional, na época sob a direção de Alcides Bezerra. No entanto, entre outras razões, incluindo dificuldades financeiras, não foi possível efetivá-lo e a qualificação dos servidores ainda continuava uma dificuldade. A criação do curso técnico de Arquivologia fez suscitar uma preocupação pela formação do arquivista, refletindo questões relativas ao ensino desta profissão, como também, da valorização do arquivista (FERREIRA; KONRAD, 2014; RIDOLPHI; GAK, 2017).

Os profissionais do Arquivo Nacional e demais arquivos contavam apenas com cursos de formações esparsas promovidos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT/SP), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), este criado em 1938, com o propósito de avaliar a capacidade de contratação de servidores e avaliar o papel dos arquivos na administração nacional, com o objetivo de dotar o Estado de racionalidade administrativa e modernizar o Poder Executivo (TANUS; ARAÚJO, 2013).

Percebe-se que até então, o trabalho dos arquivos do país era realizado em nível nacional por pessoas que haviam adquirido o conhecimento dos arquivos por meio de métodos práticos ou cursos técnicos, como foi o caso do Arquivo Nacional.

Conforme pesquisas de Lima (2017) e Mariz e Aguiar (2013) o curso Permanente de Arquivos, fundado em 1960 e que tinha duração de dois anos, é considerado o primeiro curso de Arquivologia do país de fato, por ter passado a ter um *status* universitário, funcionando nessa qualidade desde 1974, resultado de um convênio entre o Arquivo Nacional e a Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), porém continuou funcionando no mesmo local até ser absorvida pela Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1977.

Através do Decreto nº 44.682, de 21 de novembro de 1958, que previa a manutenção de cursos de formação de pessoal especializado em arquivo, finalmente a instituição passou a ofertar cursos avulsos, de Técnicas de Arquivo e outro regular, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), que iniciou em 1960. Voltado não somente para servidores públicos, mas também auxiliares de empresas e organizações que desejavam melhorar as condições de seus arquivos [...] (RIDOLPHI; GAK, 2017, p. 360).

A criação do Curso Permanente de Arquivo, do Arquivo Nacional, apoiou-se nas necessidades de solucionar os problemas encontrados por essas instituições no trato com o cotidiano de seus arquivos e do cumprimento de sua missão, assim como pela promoção e ocupação dos cargos por profissionais especializados. Desse modo, evidencia-se que a trajetória do curso de Arquivologia está intimamente relacionada com a história do Arquivo Nacional (ESTEVÃO; FONSECA, 2010). A este respeito, o Arquivo Nacional desempenhou um papel fundamental: formou técnicos superiores e compilou bibliografias técnicas importantes; autores importantes de tradição e divulgação da Arquivologia (RODRIGUES; MARQUES, 2005).

Durante a década de 1970 o cenário da arquivologia no Brasil foi marcado por transformações, período em que foram delineados alguns parâmetros basilares para o processo de formação e desenvolvimento do campo em nosso país. Em 1971 teve surgimento a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que teria relevante papel no desenvolvimento da formação profissional; a criação do primeiro periódico específico da área Arquivo & Administração, publicado entre 1972 e 2013 por iniciativa da AAB. Em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou a criação do curso de arquivo de nível superior, e o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação (MEC) reconheceu o curso Permanente de Arquivos como de nível superior. Nesse mesmo ano, ocorreu a realização da Conferência Brasileira de Arquivos (CBA), congresso em âmbito nacional, em que foi aprovada uma recomendação sobre a definição de um currículo mínimo para os cursos superiores, encaminhada pela AAB ao CFE. O currículo mínimo denominado Curso Superior de Arquivo seria aprovado em 1974, mediante Resolução nº 28 do CFE (SANTOS, 2012; FERREIRA; KONRAD, 2014; BARROS; SANTOS JUNIOR, 2016; RIDOLPHI; GAK, 2017).

A criação do primeiro curso de graduação em Arquivologia estava sob a vigência do currículo mínimo do curso que refletia a visão da Arquivologia da época:

campo auxiliar da História e voltado para a qualificação de pessoas para trabalhar em arquivos e/ou administração pública (OLIVEIRA; SOUSA, 2015).

O currículo mínimo regulamentado pela 28ª Resolução do Conselho Federal de Educação, em 13 de maio de 1974, estabeleceu as seguintes disciplinas para a arquivologia brasileira: Introdução ao Estudo do Direito; Introdução ao Estudo da História; Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; Documentação; Introdução à Administração; História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; Paleografia e Diplomática; Introdução à Comunicação; Notariado, Língua Estrangeira Moderna e Arquivos I a IV, que em geral compreendia: Introdução à Arquivologia, Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente (OLIVEIRA; SOUSA, 2015).

O reconhecimento legal da profissão surgiu com a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo, regulamentada pelo Decreto nº 82.590 de 6 de novembro de 1978 (BRASIL, 1978) “graças à mobilização dos profissionais organizados na AAB (RIDOLPHI; GAK, 2017, p. 353).” A partir de então, o arquivista pôde ampliar a sua “jurisdição” profissional, passando a aparecer nos editais dos concursos públicos. (OLIVEIRA 2011). De acordo com a regulamentação da profissão, são atribuições do Arquivista:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (BRASIL, 1978, online).

O reconhecimento legal da profissão do Arquivista promoveu ao mesmo tempo o *status* profissional, que passou a ser nível superior, e o reconhecimento acadêmico do conhecimento arquivístico. Convém destacar que a lei de regulamentação da profissão também instituiu o termo "arquivista" como designação profissional no Brasil, em detrimento ao termo "arquivologista", uma vez usado como sinônimo, sendo frequentemente associado aos profissionais de ensino superior. Os profissionais de nível médio, que eram associados ao termo "arquivistas", passaram a ser designados por "técnicos de arquivo" (RIDOLPHI; GAK, 2017).

Ainda em relação à produção, comunicação e a divulgação do conhecimento arquivístico, salienta-se que nos anos subsequentes a elevação do *status* acadêmico do curso de Arquivologia surgiram outros títulos de periódicos relacionados à área, como o periódico *Ágora* (1985), iniciativa da Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina; a revista *Acervo* (1986), publicada pelo Arquivo Nacional; a *Cenário Arquivístico* (2002), criada pela Associação Brasileira de Arquivologia; o periódico *Informação Arquivística* (2012) criado pela Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ); e a *Archeion Online*, criado pelo Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (BARROS; SANTOS JUNIOR, 2016). Assim como o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) que vem ocorrendo desde 2004 sendo, a primeira edição, uma promoção da Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), em colaboração com o curso da Universidade de Brasília (SANTOS, 2012).

O ensino da arquivologia continuou a se desenvolver na década de 1990 com uma crescente abertura de novos cursos dentro das universidades, impulsionado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei n ° 9.393 de 20 de dezembro de 1996 - que garante e amplia o acesso e a permanência no ensino superior, principalmente a implantação Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (CALDERON, 2013; FERREIRA; KONRAD, 2014; RIDOLPHI; GAK, 2017).

Percebe-se que desde a implantação do primeiro curso de graduação em Arquivologia, muitas foram as conquistas desse campo do ensino no país, reflexo do entendimento da relevância do conhecimento arquivístico e de uma formação com atribuições bem definidas deste profissional da informação.

Calderon (2013) discorre que o panorama nacional da Arquivologia é caracterizado por discussões no campo teórico, em busca de conhecimento, e que isso é o fundamental para a formação profissional e o fortalecimento desse campo de ensino dia após dia. Na perspectiva de Silva e Arreguy (2012) a arquivologia é um campo em constante desenvolvimento, cuja expansão é conduzida pelo surgimento de novas tecnologias, novas demandas sociais, a expansão do mercado de trabalho, a evolução do papel dos arquivistas nas instituições, pelo crescimento de discussões epistemológicas e pragmáticas nos meios acadêmicos e profissionais, pela expansão das suas fronteiras interdisciplinares, pelo surgimento de novos e diferentes perfis de alunos e professores, e por meio da expansão de espaços de formação e produção de conhecimento e pesquisa.

Araújo *et al.* (2015) discorrem que atualmente a Arquivologia apresenta um valor muito representativo na utilização das suas atribuições, integrando um novo paradigma de arquivo moderno, dinâmico e inovador. Como resultado, as gerações futuras começarão a vê-la de um novo ângulo, onde os aspectos sociais do arquivo são considerados importantes no que tange as peculiaridades do saber arquivístico, relacionadas ao armazenamento, proteção, distribuição, acesso e uso da informação documental nos mais diversos suportes informacionais.

Percebe-se que com a aplicação de novas tecnologias, da Internet e de novos modelos de negócios em cenários de arquivamento, os arquivistas precisam desenvolver novos perfis profissionais para que possam atender às necessidades da nova era da informação e do conhecimento, adaptando e aprimorando seus próprios conhecimentos desde sua formação acadêmica.

As reflexões seguem relacionadas à institucionalização do curso de graduação Biblioteconomia.

2.1.2 O curso de graduação em Biblioteconomia

A Biblioteconomia no Brasil nasce com o surgimento das primeiras bibliotecas no Estado da Bahia, organizadas por ordens religiosas portuguesas dos Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos, que controlavam todo o acesso ao conhecimento. Naquela época, todo o saber secular era controlado pela igreja, pois a religião e o ensino eram de sua responsabilidade, o que facilitou a instalação da primeira biblioteca do país no Colégio da Bahia, em 1568 (ALMEIDA, 2012).

As bibliotecas públicas no Brasil surgiram no século XIX, originalmente na Bahia (1811), Maranhão (1829), Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1858), Alagoas (1865), Ceará (1867), Amazonas e Rio Grande do Sul (1871), Rio de Janeiro (1873) e Piauí (1883). Desse modo, com a chegada dos livros e o estabelecimento de bibliotecas, as atividades bibliotecárias tornaram-se necessárias (ALMEIDA, 2012).

Os cursos de biblioteconomia no Brasil surgiram primeiramente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio de Janeiro começou a funcionar em abril de 1915 na Biblioteca Nacional, no entanto, fora criado quatro anos antes, por meio do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911, graças ao empenho de Manuel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na época (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1983; CASTRO, 2000; ALMEIDA, 2012).

De acordo com o Conselho Federal de Educação (1983) o programa deste curso inovador foi inspirado no modelo francês da escola “*École de Chartes*”, com ênfase nos aspectos cultural e informativo, dando menos atenção ao enfoque técnico da Biblioteconomia e mais ao aspecto humanístico. Consoante Oliveira *et al.* (2009, p. 14):

O curso visava atender as exigências institucionais, sendo as aulas ministradas pelos diretores de cada seção, em número de quatro. Igualmente, ao número das seções era a quantidade de disciplinas que compreendiam o ensino de: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática.

Em 1929, o *Mackenzie College* (atual Universidade Mackenzie de São Paulo), criou o curso Elementar de Biblioteconomia inspirado no modelo norte-americano da *Columbia University*, enfatizou o estabelecimento de um currículo com aspectos técnicos da Biblioteconomia com foco em disciplinas como catalogação, classificação, referência e organização. Além disso, este curso foi preparado, principalmente, para futuros alunos do Mestrado em Biblioteconomia dos Estados Unidos, dirigido pela Professora Dorothy Muriel Gedds Gropp. O curso elementar de Biblioteconomia da *Mackenzie College* foi encerrado em 1936 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1983; ALMEIDA, 2012).

Menezes (2011) destaca que entre os cursos ministrados no Rio de Janeiro pela Biblioteca Nacional (influência francesa) e outros que começaram a ser criados em São Paulo e Rio de Janeiro (influência norte-americana) no final da década de

1930 não haviam diferenças significativas no que diz respeito as disciplinas ministradas, mas sim na abordagem, ao mudar a perspectiva interpretativa da Biblioteconomia. Desde então, nas décadas seguinte, o Brasil introduziu um novo conceito do saber-fazer biblioteconômico. A visão pragmática da prática da biblioteconomia ganhou adeptos e defensores: estava nas técnicas profissionais e não mais, como no modelo francês, na erudição e na posse dos saberes clássicos. A influência da Biblioteconomia dos Estados Unidos que teve início em São Paulo, expandiu-se para outros pólos do país, alterando definitivamente a formação dos bibliotecários brasileiros.

A década de 1950 foi marcada pela expansão dos cursos de biblioteconomia em termos de número de cursos no país, e pela luta dos bibliotecários que trabalharam arduamente para se estabelecerem como classe profissional de nível superior. Destacam-se a atuação do “Instituto Nacional do Livro” que em paralelo ao estímulo à criação de bibliotecas, também promoveu diversos cursos regulares e avulsos de biblioteconomia; a fundação em 1954, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação Científica e Técnica (IBICT), sua atuação teve grande influência na decisão sobre os conteúdos dos cursos; a realização de três congressos importantes: em 1951, em São Paulo, aconteceu a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, promovida pela UNESCO e pela Organização dos Estados Americanos, em 1953, o primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal, promovido pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro e em 1954, em Recife ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, e a criação no ano de 1959 da Federação Brasileira Associação de Bibliotecários (FEBAB), que junto com o Conselho Federal Educação (CFE), buscou estabelecer currículo mínimo (MULLER, 1985; OLIVEIRA *et al.*, 2009; ANJOS *et al.*, 2014).

Então, no ano de 1962, foi estabelecido o primeiro currículo mínimo por meio do Parecer nº 326, datado de 16 de novembro de 1962, homologado pela Portaria Ministerial de 04 de dezembro de 1962, composto das seguintes disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas; História da Literatura; História da Arte; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Evolução do Pensamento Filosófico e Científico; Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; Documentação; Paleografia (ANJOS *et al.*, 2014).

Almeida (2012) refere que só após a elaboração do primeiro Currículo Mínimo do curso de Biblioteconomia em 1962, que os bacharéis em Biblioteconomia lograram o reconhecimento da sua profissão como de nível superior e privativa por meio da Lei nº 4.084/62, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 56.725 de 16 de agosto de 1965, e sancionada pelo então Presidente da República, João Goulart, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, à medida que, para exercer a profissão de bibliotecário é indispensável possuir a graduação em Biblioteconomia. Consoante a Lei nº 4.084/1962:

O exercício da profissão de Bibliotecário, em qualquer de seus ramos, só será permitido: a) aos Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior, oficiais, equiparadas, ou oficialmente reconhecidas. (BRASIL, 1962, *online*).

Conforme o artigo 6º da Lei nº 4.084/62 de 30 de junho de 1962, são atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência (BRASIL, 1962, *online*).

Destaca-se que a abertura de cursos de Biblioteconomia em todo o país entre os anos 1940 e 1960, e a regulamentação da profissão em 1962, promoveram a disseminação da biblioteconomia praticada em São Paulo garantindo sua prevalência como paradigma da biblioteconomia nacional. (MENEZES, 2011).

Desde a década de 1970, mudanças significativas ocorreram neste campo. Tendo como exemplo a criação do primeiro Mestrado em Ciência da Informação inserido na mais importante instituição bibliotecária do Brasil: IBBB (MENEZES, 2011), além da publicação, entre os anos de 1972 e 1973, dos primeiros periódicos profissionais: Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG; Ciência da Informação,

do então IBBD, no Rio de Janeiro; e a Revista Biblioteconomia de Brasília, do Distrito Federal pela Associação de Bibliotecários do Distrito Federal e Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília. Essas três revistas têm sido publicadas regularmente e, até hoje, em conjunto com os anais de eventos que começaram a ser publicados em 1975, transformaram-se em ferramentas de comunicação em sala de aula muito importantes e uma fonte de materiais didáticos, contribuindo para melhorar o nível de ensino e os métodos (MULLER, 1985).

Nos anos 1980, o ensino da Biblioteconomia passou pela formulação do segundo currículo mínimo, segundo a resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 8 de 29 de outubro de 1982, passando então a constituir-se de três grupos de matérias: a) Matérias de Fundamentação Geral: Comunicação, Aspectos Sociais, Políticos e Econômicos do Brasil Contemporâneo e História da Cultura; b) Matérias Instrumentais: Lógica, Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Métodos e Técnicas de Pesquisa; c) Matérias de Formação Profissional: Informação Aplicada à Biblioteconomia, Produção dos Registros do Conhecimento, Formação e Desenvolvimento de Coleções, Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento, Disseminação da Informação, Administração de Bibliotecas (ANJOS *et al.*, 2014).

Anjos *et al.* (2014) relata que desde o ano de 1996, deixaram de existir os currículos mínimos e plenos e entraram em vigor áreas curriculares, assim definidas: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Gestão de Unidades de Informação; Tecnologia da Informação, e; Pesquisa. Considerou-se pertinente trabalhar o ensino das tecnologias da informação e a pesquisa, optando-se, assim, estabelecer quatro grandes áreas: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Organização e Recuperação da Informação; Recursos e Serviços de Informação, e; Gestão da Informação e de Unidades de Informação.

Conforme Cendón *et al.* (2008) a profissão de bibliotecário é constantemente refletida em busca de atender aos novos requisitos e novos procedimentos de organização e recuperação de informações, implicando em aprender novos métodos de organização, recuperação e uso da Informação, não só em situações tradicionais, mas também no contexto de diferentes unidades de informação contemporâneos, que necessitam de acervos e informações bem geridos.

Marouf (2016) acrescenta que na atualidade as bibliotecas são classificadas como repositórios do Conhecimento. Estão dando mais relevância à prestação de serviços para pessoas se beneficiarem do conhecimento e das informações encontradas em diversidade de mídias rapidamente acessíveis por meio dos meios eletrônicos e digitalizados, o que leva a compreensão de que o bibliotecário, em função do contexto atual, necessita desenvolver novos perfis profissionais que o capacite a utilizar a informação e o conhecimento de sua equipe para servir a comunidade de usuários – internos e externos -, enquanto gerencia os processos de criação, disseminação e uso do conhecimento. No tópico subsequente, será revisitado o processo de institucionalização do ensino da Museologia no Brasil.

2.1.3 O curso de graduação em Museologia

O Brasil é um dos pioneiros no ensino da Museologia (SÁ, 2013; COSTA, 2017). A formação em Museologia teve um processo longo, desenvolvido a partir da necessidade de estudar as coleções dos museus, e não de estudar as instituições e suas funções. O foco da pesquisa eram os acervos, a partir da identificação de objetos, da decifração de textos, das inscrições ou datações, procedências e autorias (ZEN, 2015). Conforme Sá (2013, p. 43):

Em 1922, no contexto das comemorações aos cem anos da proclamação da Independência do Brasil, o presidente Epitácio Pessoa cria o Museu Histórico Nacional, conforme projeto de Gustavo Barroso que, desde a década de 1910, vinha defendendo a implantação de um museu que centralizasse acervos relativos à história do país, sobretudo ligada aos feitos militares. No próprio decreto que define a organização e a estruturação do Museu Histórico Nacional, Barroso insere a criação de um curso técnico comum ao Museu Histórico Nacional [...], com a finalidade de formar oficiais para o Museu.

Por meio do Decreto nº 15.596 de 2 de agosto de 1922, que instituiu o Museu Histórico Nacional (MHN), no inciso VI previu a instituição de um curso técnico comum ao MHN, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, com o objetivo de formar oficiais para o Museu e amanuenses para Arquivo e a Biblioteca. Este curso teria como finalidade fornecer formação básica e geral para técnicos em arquivos, bibliotecas e museus. O curso teria duração de dois anos: no primeiro ano seriam ministradas as disciplinas de História Literária, Paleografia e Epigrafia, História Política e

Administrativa do Brasil, Arqueologia e História da Arte; no segundo ano, as disciplinas seriam Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Numismática e Sigilografia, Iconografia e Cartografia. As disciplinas seriam ministradas pelos funcionários das três instituições - MHN, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional (ZEN, 2015). “As matérias incluídas faziam parte do currículo da *École Nationale des Chartes*, escola que foi base para todos os cursos de formação em patrimônio que trabalhavam com coleções nesse período (ZEN, 2015, p. 79).

Contudo, o Curso Técnico do Museu de História Nacional (MHN) não chegou a se concretizar. Poucos alunos se matricularam. Sá (2013) elencou alguns possíveis motivos para a não concretização do Curso Técnico do MHN:

Divergências de natureza política entre o diretor da Biblioteca Nacional, Peregrino da Silva, e o diretor do Arquivo Nacional, Alcides Bezerra, em relação ao prestígio político adquirido, nesta época, por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional e idealizador do curso neste formato de parceria com os técnicos-professores das três instituições. Tanto a Biblioteca Nacional quanto o Arquivo Nacional, instituições antigas, podem ter se ressentido de certa perda de espaço para o recém-criado MHN (SÁ, 2013, p. 49).

Para Zen (2015, p. 80) a não concretização do Curso técnico de Museu “gerou um problema de ordem institucional no que tange à capacitação dos funcionários do Arquivo, da Biblioteca e do MHN”. Devido a isso, foi criado o Curso de Museus por meio do Decreto-Lei nº 21.129 de 07 de março de 1932, do então Presidente Getúlio Vargas, com a duração de dois anos - de 1932 a 1944 -, e ostentava um perfil estritamente tecnicista. No entanto, considerando a sua criação em uma instituição cultural, esta é uma característica totalmente concebível, mas, em termos legais, o curso já apresentava requisitos de curso superior, pois impunha aos candidatos a conclusão do então ensino secundário (SÁ, 2014). Sob a ótica de Costa (2017, 2020), a história da museologia no país teve como ponto de partida a institucionalização do ‘Curso de Museus’, considerado o primeiro do gênero nas Américas.

O curso de museus foi criado durante a gestão de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949), foi diretor do MHN de 1930 a 1932 e depois assumiu a Biblioteca Nacional, período em que Gustavo Barroso deixou o museu por motivos políticos. Em novembro de 1932, Barroso reassumiu o cargo de diretor do MHN e passou a administrar o Curso de museus, o que marcou sua presença na história da instituição,

não só por sua atuação como professor, mas também por sua atuação como diretor do MH, cargo que ocupou até sua morte em 1959 (ZEN, 2015).

De acordo com o artigo nº 2 do Decreto-Lei nº 21.129 de 07 de março de 1932, o curso proporcionaria a formação básica e geral para museus, e os temas seriam distribuídos em dois anos, da seguinte forma: 1º ano: História política e administrativa do Brasil (período colonial), Numismática (parte geral), História da arte (especialmente do Brasil), Arqueologia aplicada ao Brasil; 2º ano: História política e administrativa do Brasil (até a atualidade), Numismática (brasileira) e sigilografia. Epigrafia, Cronologia e Técnica de museus (BRASIL, 1932; COSTA, 2017).

Zen (2015) descreve que o aspecto pioneiro do Curso de Museu e seu desenvolvimento ocorreram simultaneamente aos principais museus da época. Isso influenciou grandemente o perfil e a atuação do profissional “conservador-museologista”. Esses primeiros museólogos defrontaram-se com acervos inexplorados. Portanto, surge a necessidade de estudá-los, classificá-los e catalogá-los, o que requer pesquisas com características próprias, e procurava extrair o máximo de informações de seus acervos, e torná-los uma fonte primária de investigação.

Outro marco importante da institucionalização do ensino da Museologia brasileira foi a publicação do Anais do MHN, periódico cujo primeiro número data de 1940. Possuía muitos artigos de influência do Gustavo Barroso e dos primeiros professores do Curso. Isso significa controle efetivo do conteúdo ministrado e ministrado aos alunos do curso, bem como das ideias a seguir e trabalhar na instituição (SIQUEIRA, 2009).

Em 1944, ocorre a primeira grande reforma do curso de Museu, realizada e estruturada por Gustavo Barroso, por meio do Decreto nº 16.078 de 13 de julho de 1944, aprovava o Regulamento do Curso de Museu, que tinha por objetivos: a) formar pessoas qualificadas para exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou semelhantes; b) disseminar conhecimentos especializados sobre temas históricos e artísticos relacionados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal; e c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional (BRASIL, 1944). Barroso era responsável pela coordenação dos cursos museológicos e pela nomeação de professores, planos e programas de outras disciplinas (ZEN, 2015).

O Regulamento do Curso do Museu designava um regime escolar de três anos, que se divide em uma parte geral e uma parte especial para que os alunos possam

obter perfil de ensino superior, com o objetivo de capacitar recursos humanos para exercer a função de conservador Museus Históricos e Museus Artísticos ou de “Belas Artes”. Necessidades atendidas pelo MHN na promoção de cursos de ensino superior (COSTA, 2020). Conforme Siqueira (2009) discorre, com o Regulamento do Curso de Museus também foram institucionalizadas bolsas de estudos. De acordo com a autora, foram concedidas, entre os anos de 1942 e 1969, 64 bolsas de estudos, sendo que 15 anos não concluíram o curso.

Em 1948, dois anos após o estabelecimento do Comitê Internacional de Museus – ICOM, foi criado o Comitê Nacional do ICOM no Brasil. Entre seus fundadores estão Regina Real e Lygia Martins Costa, além de outros profissionais formados pelo Curso de Museu do Rio de Janeiro. Gustavo Barroso então diretor e professor do Curso, seria o primeiro vice-presidente do ICOM Brasil (SIQUEIRA, 2009). Brulon e Mendonça (2015) discorrem que:

O principal objetivo do Comitê era o de desenvolver as diversas definições de “Museologia” já existentes através de pesquisas teóricas, mas, sobretudo, o de estabelecer a Museologia como uma disciplina científica. Essa perspectiva também ganharia os corações de alguns teóricos brasileiros sendo posteriormente inserida nos currículos dos cursos e nos debates nacionais (BRULON; MENDONÇA, 2015, p. 274)

Em 12 de julho de 1951, por meio de convênio firmado entre o MHN e a Universidade do Brasil, hoje a UFRJ, o curso de Museus obteve o Mandato Universitário, alcançando nível de Curso Superior. O Reitor, que na época era Pedro Calmon, fora um dos professores pioneiros do Curso de Museus. Naquela época, o então adquirido *status* de curso universitário exigiu a reorganização do curso e de sua estrutura administrativa, sendo criado o Conselho Departamental e os Departamentos de Técnica de Museus, de História do Brasil, de História da Arte e de Antropologia (SÁ, 2014; COSTA, 2020).

A partir de 1956, por iniciativa do então presidente do ICOM, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1898-1969), aconteceu o I Congresso Nacional de Museus, evento organizado no mesmo ano da conferência do ICOM, acompanhando os temas propostos pelo Conselho Internacional e depois refletidas no contexto nacional. Desde então, ganhavam destaque temas que discorressem acerca da educação museológica ou do papel social das instituições, que despertavam o interesse de

grande parte dos profissionais dos museus brasileiros (BRULON; MENDONÇA, 2015; COSTA, 2020).

Em 5 de novembro de 1963, a Associação Brasileira de Museologistas foi criada no país com o objetivo de reunir técnicos de museus, cientistas e seus assistentes, e pessoas comuns interessadas em questões museológicas; supervisionar e salvaguardar os direitos e interesses das pessoas que trabalham em museus e instituições afins; encorajar convites de intercâmbios culturais e científicos em museus, promover cursos, conferências e disseminar o conhecimento da museologia por meio de publicações. É a primeira organização profissional de museus no Brasil, e seus fundadores são, em sua maioria, formados em cursos de museus do MHN (SIQUEIRA, 2009).

Em 1966, o Curso de Museus passou por uma nova reforma curricular, com reorganização curricular, mudanças administrativas e institucionalização de estágio, mantendo o sistema de três anos, e a estrutura era basicamente a mesma da reforma anterior. A maior mudança foi o estabelecimento de duas qualificações: Museus Artísticos e Museus Históricos. Ao final do segundo ano, o aluno era livre para escolher uma área para um qual deseja se habilitar e tinha o direito de participar de outra habilitação posteriormente. Além das habilitações, foi criada a disciplina de Metodologia de Pesquisas Museológicas e institucionalizado estágio nas seções do MHN (SIQUEIRA, 2009).

Em 1968, o então diretor do MHN, Léo Fonseca e Silva, havia encaminhado uma proposta à Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação no esforço de mudar a denominação do Curso de Museu para Faculdade de Museologia. A Câmara rejeitou o projeto de renomeação, alegando que o curso precisa ser associado a universidades, não a instituições culturais. O próprio Fonseca Silva posteriormente forneceu o anteprojeto de uma Escola Superior de Museologia, em 1970 ao Conselho Federativo da recém-criada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG). Embora o projeto não tenha sido implantado neste momento, informalmente, o curso adotou a nova denominação que constava na carteira de estudante e em outros documentos da época (SIQUEIRA, 2009; SÁ, 2015).

Algumas transformações pontuais e rápidas aconteceram no Curso de Museus durante a década de 1970, a começar pela Resolução do Conselho Federal de Educação nº 14, de 27 de fevereiro de 1970, que determinou o conteúdo e a duração

limitada a serem observados na organização do Curso de Museologia; a adoção do sistema de créditos, em 1973. No ano seguinte, a forma de ingresso passa a ser o sistema unificado de vestibular aplicado pela CESGRANRIO e, em 6 de dezembro de 1974, o Conselho Federal de Educação aprovou um novo Regimento do Curso de Museus, que foi homologado pelo Ministro da Educação e Cultura em 29 de janeiro de 1975 (SIQUEIRA, 2009; SÁ, 2014; BRULON; MENDONÇA, 2015).

O regulamento propunha um conceito de museu mais amplo e participativo, com prioridade para a formação em Museologia. Abandonando a antiga divisão em habilitações de Museus Históricos, Artísticos, Científicos e Escolares Polivalentes, o curso passou a oferecer formação integrada, incluindo estágios e organização de exposições como parte obrigatória do novo curso, assim como uma perspectiva mais conceitual de pesquisa de museus, refletidos em novas denominações de disciplinas (BRULON; MENDONÇA, 2015).

No entanto, as mudanças físicas e conceituais no Curso de Museus só ocorreram em 1979, quando ele foi transferido para a então FEFIERJ. Conforme Brulon e Mendonça (2015):

Em 1979 ele já havia sido transferido para o novo prédio do Centro de Ciências Humanas da então Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), passando a se chamar oficialmente Curso de Museologia. A Teoria Museológica passaria a ter um espaço expressivo nos currículos adotados desde então, constituindo o eixo fundamental dos conteúdos do Curso e notadamente aqueles das disciplinas de Museologia (BRULON; MENDONÇA, 2015, p. 273)

A regulamentação da profissão de museólogo, ocorreu por meio da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, regulamentada pelo decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. O artigo 3º da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984 atribui a profissão de Museólogo:

- I – ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- II – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;
- III – executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- IV – solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico;

- V – coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- VI – planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- VII – promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- VIII – definir o espaço museológico adequado a apresentação e guarda das coleções;
- IX – informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;
- X – dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da Administração Direta e Indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;
- XI – prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia;
- XII – realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade;
- XIII – orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;
- XIV – orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar (BRASIL, 1984, online).

O ensino superior em Museologia em nível de graduação contou por longos anos apenas com três cursos de graduação, a UNIRIO (sucessora MHN e Curso de Museus), a UFBA e a Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO) (COSTA, 2016). De acordo com Julião e Tanus (2014) o ensino da Museologia no país, que antes era limitado a algumas instituições acadêmicas, não só teve uma grande expansão a partir dos anos 2000, em razão, especialmente, da adesão das instituições superiores ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como se estabeleceu em um contexto acadêmico-institucional diverso.

Costa (2020) acrescenta que desde a década de 1980, era evidente a necessidade de ampliar a formação da museologia brasileira, no entanto, só 20 anos depois é que a necessidade de formação e capacitação de recursos humanos na área ganhou força. Esse fenômeno é apoiado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), pela situação favorável das IES e expressão política, bem como pelo apoio ao REUNI.

Ante o exposto, em seguida será discutido acerca da lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional que possibilitou novos cenários para os cursos de graduação Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

2.1.4 A lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: novos cenários para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Como já mencionado na presente pesquisa, o século XXI é caracterizado por um mundo globalizado e pelo surgimento de uma nova sociedade denominada “Sociedade da Informação e do Conhecimento”, intrinsicamente ligada ao desenvolvimento tecnológico e aos processos de informatização, o que implicou grandes mudanças no mundo do trabalho.

Alves e Davok (2009) asseveram ser primordial que a formação e a atuação profissional do profissional da informação andem em concordância, para os autores é certo que, para haver mudanças no desempenho profissional é preciso mudar o perfil dele na sua formação. A forma como se ensina precisa acompanhar as mudanças na sociedade, influenciando habilidades e capacitando os profissionais da informação.

No Brasil, os cursos de graduação eram direcionados por currículos mínimos, que concerniam em disciplinas fixas e obrigatórias a todas as IES, porém a implantação da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada de Lei de Diretrizes e Bases de Educação (LDB), propiciou a autonomia dos cursos de graduação e a liberdade para as IES elaborarem seus próprios Projetos Políticos de Curso (PPCs) e currículos em benefício de uma formação que mais se adequasse às necessidades da área, dos cursos e dos alunos (TANUS; ARAUJO, 2013; SOUZA, 2008).

A LDB apoia a definição de diretrizes gerais para a elaboração de currículos acadêmicos de cursos universitários e deu início à transição dos cenários da educação superior brasileira. A partir da LDB, os cursos de nível superior em funcionamento, entre eles a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, anteriormente ancorados na visão do currículo mínimo como formador profissional, passaram a reformular as propostas curriculares para viabilizar a retomada do ensino superior. Em consonância com as mudanças introduzidas pela Sociedade da Informação e do Conhecimento, ampliam-se frente a essa nova postura pedagógica, que privilegia o desenvolvimento de competências, habilidades e aperfeiçoamento na formação cultural, técnica e científica (TANUS; ARAUJO, 2013; MATA; GERLIN, 2018).

Com a publicação da LDB, o Conselho Nacional da Educação (CNE) também publica o parecer CNE/CES 492/2001 em 03 de abril de 2001. O parecer tratava de

diversos processos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de superiores e determinava as habilidades e competências, gerais e específicas, inerentes aos cursos. No que refere aos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, as habilidades e competências dos graduados, conforme parecer CNE/CES 492/2001 - são descritas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Habilidades e competências dos graduados em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia conforme parecer CNE/CES 492/2001

Arquivologia	Biblioteconomia	Museologia
a) Gerais: · identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; · gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; · formular e executar políticas institucionais; · elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; · desenvolver e utilizar novas tecnologias; · traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; · desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; · responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo. b) Específicas: · compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; · identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas; · planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;	a) Gerais: · gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; · formular e executar políticas institucionais; · elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; · utilizar racionalmente os recursos disponíveis; · desenvolver e utilizar novas tecnologias; · traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; · desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; · responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo. b) Específicas: Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; · Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; · Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;	a) Gerais: · identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; · gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; · desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados; · formular e executar políticas institucionais; · elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; · desenvolver e utilizar novas tecnologias; · traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; · desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; · responder a demandas de informação determinadas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo. b) Específicas: · Compreender o Museu como fenômeno que se expressa sob diferentes formas, consoante sistemas de pensamento e códigos sociais; · Interpretar as relações entre homem, cultura e natureza, no contexto temporal e espacial;

· realizar operações de arranjo, descrição e difusão	Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação; · realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação	· Intervir, de forma responsável, nos processos de identificação, musealização, preservação e uso do patrimônio, entendido como representação da atividade humana no tempo e no espaço; · Realizar operações de registro, classificação, catalogação e inventário do patrimônio natural e cultural; · Planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais
--	---	--

Fonte: Brasil (2001, p. 35, 32-33, 37).

Com a publicação das Diretrizes Curriculares dos cursos universitários, no que diz respeito a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, é perceptível que eles mantêm uma relação de proximidade no que refere as competências e habilidades profissionais, elas convergem para um profissional da informação capaz de interagir, agregar valor, criticar, investigar, propor, planejar, processar e divulgar informações, com a finalidade de atender as demandas de informação estabelecidas pelas transformações que caracterizam a sociedade contemporânea.

Nesse íterim, houve mudanças na estrutura e organização do currículo dos referidos cursos, novas abordagens puderam ser introduzidas na formação destes profissionais, a fim de responder às mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram no cenário nacional e mundial, como é o caso da disciplina GI e/ou do GC.

Posto isso, percebe-se que IES possuem um papel ímpar nesta era de rápidas transformações, visto que uma de suas missões é proporcionar a formação de indivíduos em diferentes áreas do conhecimento para torná-los aptos para inserção em áreas profissionais. As IES são as instituições responsáveis por traçar novos perfis profissionais por meio de currículos e programas de ensino de reforma curricular, inserindo disciplinas que preparem os graduados para o cenário de trabalho do século XXI.

Os aspectos relativos à GI e a GC, principalmente no que diz respeito ao profissional da informação enquanto gestor da informação e do conhecimento são desdobradas nas seções subsequentes.

2.2 Abordagens da Gestão da Informação e do Conhecimento: aspectos teóricos e conceituais

O objetivo desta seção é apresentar uma abordagem conceitual sobre a GI e GC. Inicialmente discorreremos sobre Dados, Informação e Conhecimento, uma vez que a compreensão desses elementos é essencial para a eficácia desses dois modelos de gestão. Em seguida abordamos sobre a GI e a GC, seus conceitos, objetivos e distinção entre as duas gestões. Assim, tendo uma percepção da GI e da GC, também versamos sobre a importância da formação dos profissionais da informação, neste caso, Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos, voltada para a GI e a GC em atendimento as demandas exigidas pela Sociedade da Informação e do Conhecimento.

2.2.1 Dados, Informação e Conhecimento: compreendendo os elementos para discutir o tema

Para compreender a GI e GC, é necessário o entendimento dos três elementos que compreendem o seu escopo do conhecimento: dados, informação e conhecimento, da relação existente entre eles e do valor da informação e do conhecimento para as organizações.

Na literatura existem inúmeros artigos em várias disciplinas que tratam acerca da tríade dados, informações e conhecimento. Belluzzo (2017) aponta que apesar de muitas tentativas de definir esses fatores, não há uma definição clara e completa do que eles são e a relação que existe entre os conceitos, uma vez que esses elementos são entendidos e relacionados em diferentes contextos, ou seja, de acordo com a área de atribuição, desse modo, seus significados são por vezes confundidos.

Davenport e Prusak (1998, p. 1) atentam para esse fato ao afirmarem que “o sucesso ou o fracasso organizacional muitas vezes pode depender de saber de qual deles precisamos, com qual deles contamos e o que podemos ou não fazer com cada um deles”. Destaca-se que a falta de compreensão conceitual pode prejudicar a ação associada a esses componentes, por exemplo, afetando o estágio desenvolvido na seleção, classificação e processamento de informações (BELLUZZO, 2017).

Considerando a dificuldade em conceituar e distinguir claramente dado, informação e conhecimento, e tendo a consciência da sua imprescindibilidade para as

atividades organizacionais, buscamos definir seu significado nesta seção, no âmbito desta pesquisa.

Conforme Davenport e Prusak (1998, p. 2) definem, dados são “um conjunto de fatos distintos e objetivos, relativos a eventos”. Na concepção de Hoffmann (2012) o dado é a informação bruta, considerada a matéria-prima utilizada para obter a informação, é possível ser uma descrição exata de algo ou evento representado por um conjunto de registros quantitativos ou qualitativos, símbolos, letras, números, texto, gráficos, fotografia, imagens, sons, segmento de vídeo analógico ou digital, um sinal não interpretado, processado, integrado, correlacionado ou agregado no contexto.

Beluzzo (2017) corrobora com Hoffmann, ao considerar como sendo dados os elementos brutos, sem significado, desvinculados da realidade. Por sua vez Ahmad (2017) apreende que os dados se referem a códigos, sinais que não têm necessariamente qualquer significado.

No que refere a informação, Davenport e Prusak (1998, p. 4) a definem como “dados dotados de relevância e propósito”. Angeloni (2008, p. 1) compreende a informação como “um conjunto de dados selecionados e agrupados segundo um critério lógico para a consecução de um determinado objetivo”.

Já na concepção de Hoffmann (2012) a informação é considerada como o significado atribuído a um determinado dado, de acordo com o contexto envolvido, necessidades definidas e domínio do assunto. Beluzzo (2017) considera que “a informação diferentemente do dado, tem um significado, sendo os dados que fazem a diferença. Na visão de Ahmad (2017) a informação é uma forma organizada de dados.

Choo (2003, p.83) esclarece que “a informação é fabricada por indivíduos a partir de sua experiência passada e de acordo com as exigências de determinada situação na qual a informação deve ser usada”. Neste prisma, percebe-se a informação pode ser constituída de um conjunto de dados importantes que são expostos de maneira que possibilitem a análise e a tomada de decisão.

Hoffmann (2012) aponta que a informação possui como característica ser mutável (que muda com facilidade), flexível (que se adequa ao contexto), intangível, produzida e utilizada pelo homem e pode ser classificada em dois tipos: formal e informal. Concernente as informações formais e informais, a autora descreve que:

As informações formais são as que podem contar com um suporte e uma modalidade de estocagem ou armazenamento que lhe asseguram existência permanente. Trata-se, por exemplo, de informações provenientes de livros, normas, patentes, legislação, anais de congressos, bibliotecas, relatórios, filmes, imprensa, Internet, base de dados, revistas, jornais, vídeos etc. Enquanto as informações informais, aquelas ainda não formalizadas, são as provenientes de pessoas, por exemplo, via comunicação oral, como contatos pessoais, conversas ao telefone, mensagens eletrônicas etc. Um exemplo interessante é a Internet, que constitui um canal de transmissão de informações formais, mas que é também um suporte para informações informais (HOFFMANN, 2012, p. 20).

Para as organizações a informação é um elemento determinante para a melhoria de processos, produtos e serviços, assumindo um valor estratégico. Neste sentido as características da informação são combinadas com sua finalidade, que é permitir que indivíduos, organizações ou empresas atinjam seus objetivos, por meio do uso eficaz de dados obtidos em seu ambiente pessoal ou coletivo, gerando conhecimento e possibilitando tomadas de decisão melhores (HOFFMANN, 2012).

No que diz respeito ao conhecimento, Davenport e Pruzak (1998) reconhecem como mais abrangente, profundo e rico do que os dados ou a informação, eles o compreendem como:

Uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais (DAVENPORT; PRUZAK, 1998, p. 6).

Sob a ótica de Hoffman (2012) o conhecimento é a informação preciosa da mente humana, um recurso renovável, cresce com o desenvolvimento, mas também é um processo dinâmico da vida humana. Possui como componentes: a experiência, padrões de prática, criação e invenção, habilidades, valores e crenças, percepções e ações, provenientes do intelecto dos humanos, que melhora a inovação e a renovação do comportamento humano.

Por sua vez Ahmad (2017) entende o conhecimento como informações combinadas com as habilidades e experiência do usuário, utilizadas para resolver problema particular ou criar novos conhecimentos.

Para Beluzzo (2017) o conceito de conhecimento tem um significado mais complexo do que o conceito de informação, refere-se à informação processada pelos indivíduos. Sendo assim, podemos dizer que a transformação de “dados” em “informação” é apoiada por diferentes tecnologias e sistemas de informação para organizar os dados e contextualizá-los.

De acordo com Nonaka e Takeuchi (2008) há dois tipos de conhecimento inter-relacionados e complementares na dimensão epistemológica: o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. O conhecimento tácito é individual, específico ao contexto, difícil de formalizar, comunicar e compartilhar e, de outro lado, o conhecimento explícito que é velozmente transmitido às pessoas, é formal e sistemático. As especificidades inerentes a esses dois tipos de conhecimento estão apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 – Tipos de conhecimento

Conhecimento tácito	Conhecimento explícito
Subjetivo	Objetivo
Conhecimento da experiência (corpo)	Conhecimento da racionalidade (mente)
Conhecimento simultâneo (aqui e agora)	Conhecimento sequencial (lá e então)
Conhecimento análogo (prática)	Conhecimento digital (teoria)

Fonte: Nonaka; Takeuchi (2008, p. 58).

Nonaka e Takeuchi (2008) explicam que o conhecimento tácito e o conhecimento explícito se complementam e se comunicam nas atividades criativas humanas. O conhecimento explícito é o conhecimento documentado, como memorandos, atas, relatórios, livros e periódicos que pode ser expresso em palavras ou números e pode ser documentado em bancos de dados. O conhecimento tácito é conhecimento informal, está incorporado nas mentes das pessoas ou dos trabalhadores e é difícil de articular ou anotar (UGWU; EZEMA, 2018).

Em todas as definições de conhecimento, mesmo que muitas delas não sejam consensuais, temos o fato de que todo o conhecimento, seja ele tangível ou intangível, tem seu princípio nas pessoas. O crescimento contínuo da relevância do conhecimento está relacionado à sua capacidade de responder às necessidades sociais. Em uma sociedade contemporânea, globalizada e competitiva, o conhecimento se apresenta como uma grande força motriz para o seu desenvolvimento (HOFFMANN, 2012).

Segundo Davenport (1998), a distinção entre os conceitos de dados, informação e conhecimento não é precisa, mas é uma alternativa útil para as organizações orientarem seus esforços de uso da tecnologia da informação para a geração de valor. Por essa razão, o autor apresenta uma síntese demonstrando as principais características possibilitando perceber as distinções e correlação existente entre os elementos.

Quadro 3 – Dados, Informação e Conhecimento

Dados	Informação	Conhecimento
Simple observações sobre o estado do mundo Facilmente estruturado Facilmente obtido por máquinas Frequentemente quantificado Facilmente transferível	Dados dotados de relevância e propósito Requer unidade de análise Exige consenso em relação ao significado Exige necessariamente a mediação humana	Informação valiosa da mente humana Inclui reflexão, síntese, contexto De difícil estruturação De difícil captura Frequentemente tácito De difícil transferência

Fonte: Davenport (1998, p. 18).

De acordo com a síntese, em geral, os dados são quantificáveis e podem ser facilmente obtidos, organizados e transmitidos por meio de máquinas. Quando os dados ganham relevância e propósito, eles ganham informação. A conversão de dados em informações requer a participação humana na interpretação desses dados, construindo assim um significado consensual e se destinando a ter um impacto sobre a pessoa que recebe os dados. A informação que se passa por meio da reflexão e síntese do pensamento humano produz conhecimento, que é um bem valioso da organização e é inteiramente gerado pelo homem. O conhecimento requer reflexão e contexto, portanto é difícil de adquirir, organizar e transferir e, muitas vezes, não é estruturado ou sistematizado porque faz parte da complexidade e da imprevisibilidade do ser humano, e é produzido na mente do trabalhador (DAVENPORT, 1998; DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Barbosa (2008) afirma que devido à sua crescente importância para as associações contemporâneas, a informação e o conhecimento são cada vez mais merecedores da atenção de gestores, profissionais e pesquisadores. O contínuo desenvolvimento das TIC's tem tornado sua produção e disseminação em escala inimaginável recentemente.

Conforme Valentim e Santos (2014) a dinâmica do fluxo de informações é primordial para a eficácia das ações organizacionais porque estão interligadas com os processos, atividades e tarefas realizadas neste contexto em uma escala formal e informal. As autoras destacam que o dinamismo dos fluxos de informação, seja formais – estruturados - como informais – não estruturados -, é essencial para a eficácia das ações organizacionais, ela está intimamente ligada aos seus processos, atividades e tarefas. No tocante aos fluxos formais [estruturados] são gerados pela própria estrutura organizacional, ou seja, eles estão relacionados aos processos, atividades e tarefas desenvolvidas, e por sua vez, baseados em padrões, normas, procedimentos e especificações claras, além disso, se apresentam de maneira registrada em diferentes meios (papel, digital, eletrônico). Por outro lado, os fluxos informais [não estruturados] advêm da experiência e vivência dos sujeitos da organização, ou seja, estão ligados às relações interpessoais no ambiente organizacional e são permitidos pela aprendizagem organizacional e compartilhamento de conhecimento.

Posto isso, reconhece-se que a relevância da informação e do conhecimento para a organização é plenamente aceita como os recursos mais importantes, os quais sua gestão e o aproveitamento estão diretamente relacionados ao sucesso desejado pela organização. Barboza (2019) ressalta que para que uma organização tenha sucesso em suas ações, todos precisam saber que simplesmente armazenar informações e disponibilizá-las aos seus membros não trará vantagem competitiva à empresa. Mais importante do que a posse de informação é o uso da informação com base no uso da informação pelo sujeito, que o valor é agregado por meio de serviços de informação que apoiam a criação de conhecimento e a tomada de decisão e a cooperação com todos os departamentos da organização.

Esse liame voltado para o uso da informação e compartilhamento do conhecimento consolida os processos de GI e GC como recursos essenciais para a tomada de decisão. Desse modo, nas seções a seguir serão abordados os aspectos que envolvem à GI e a GC.

2.2.2 Gestão da Informação

Na contemporaneidade é inegável que a informação esteja presente em todas as ações humanas e tem se tornado um insumo valioso, uma vez que os indivíduos e

organizações/instituições necessitam da informação para a tomada de decisão. Não obstante, a informação também é um ativo elementar para a criação de conhecimento nos ambientes organizacionais e este conhecimento tornou-se indispensável para a tomada de decisões importantes, e em consequência, para a permanência das organizações numa economia global extremamente competitiva.

Barreto (1994, p. 3) evidencia a relevância da informação ao qualificá-la “[...] como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo”. Obviamente, hoje, ninguém consegue trabalhar sem muitas informações, pois em todas as áreas da sociedade, os indivíduos e as organizações contam com as informações em seus processos de tomada de decisão.

Choo (2003) corrobora com este entendimento ao referir que na sociedade contemporânea, todo negócio é um negócio de informação, que é um recurso inerente para organizar quase todas as atividades de uma organização. Para este autor, as organizações usam as informações de forma estratégica para: perceber mudanças no ambiente externo, gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado e tomar decisões importantes.

As informações voltadas aos negócios estão diretamente relacionadas a maneira de pensar e produzir novos produtos e melhorar processos industriais ou prestação de serviços aos clientes, realizando ações em diferentes contextos organizacionais, proporcionando o desenvolvimento da qualidade e da produtividade dos processos e fluxos organizacionais, ou seja, é um insumo empregado para o desenvolvimento de qualquer setor industrial (SANTOS; VALENTIM, 2015). Nessa perspectiva, ressalta-se que:

Gerenciar informação nas organizações tornou-se primordial para conhecer como atuar no mercado de forma inovadora. As organizações modernas têm como obrigação, no mercado competitivo em que atuam, conhecerem a fundo as necessidades de seus clientes na busca de diferencial competitivo. Caso isso seja possível, permitirá ao cliente sentir um diferencial no produto ou serviço adquirido (PESSOA *et al.*, 2018, p. 1047).

Levando em consideração a quantidade e a velocidade das informações que transpõem no ambiente da organização, realizar o gerenciamento de informações passou a ser uma atividade fundamental da qual dependem as organizações, ao passo que elas percebem a relevância disso como diferenciação estratégica, uma vez

que as organizações que melhor gerenciarem suas informações, interna e externa, terão mais probabilidade de detectar oportunidades e ameaças do mercado (SANTOS; VALENTIM, 2015).

Infere-se que atualmente não existe ausência de informação, mas uma grande massa de informações disponíveis, que geralmente é irrelevante, ambígua ou mesmo falsa, o que prejudica o tomador de decisão no momento de saber quais são informações de confiança. Sendo assim, caberá ao gestor identificar e classificar tais informações e orientar a organização para melhor administrá-las, uma vez que “[...] obter informação confiável, no momento certo e com valor agregado é essencial para o estabelecimento de ações estratégicas organizacionais (SANTOS; VALENTIM, 2015, p. 61).”

Convém destacar que é preciso considerar o objetivo que a informação tem para a organização para que o gerenciamento eficaz seja garantido. Para Moresi (2000) considerando a finalidade que uma informação tem para uma organização, ela pode ser classificada como:

- a) informação sem interesse - informação que pode ser dispensada pela organização, uma vez que sua manutenção não agregará valor;
- b) informação potencial - aquela que pode trazer vantagem competitiva;
- c) Informação mínima – refere-se a informações necessárias para a gestão da organização, e;
- d) informação crítica – a que garante a sobrevivência da organização.

Conforme Tarapanoff (2006) esclarece, a informação, no contexto da GI, refere-se a todos os tipos de informação de valor, tanto interna quanto externa à organização. Abrange recursos que se originam na produção de dados, tais como de registros e arquivos, que vêm da gestão de pessoal, pesquisa de mercado, da observação e análise utilizando os princípios da inteligência competitiva, de uma ampla gama de fontes. Em termos conceituais Davenport (1998, p. 173), explica que a GI se refere a:

[...] um conjunto estruturado de atividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento. Mais importante, identificar todos os passos de um processo informacional – todas as fontes envolvidas, todas as pessoas que afetam cada passo, todos os problemas que surgem – pode indicar o caminho para mudanças que realmente fazem diferença.

Valentim (2002), compreende a GI como um conjunto de estratégias destinadas a identificar as necessidades de informação, mapear o fluxo formal de informações em todos os ambientes da organização, coletar, filtrar, analisar, organizar, armazenar e disseminar para fins de apoiar o desenvolvimento e tomada de decisão das atividades diárias no ambiente da organização. De acordo com a compreensão de Nunes (2008, p. 31), o processo de GI “[...] consiste em decidir o que e como fazer com a informação para que ela seja útil para a organização”.

Para Duarte (2011, p. 162) a GI é “[...] o estudo dos processos informacionais, do modo como a informação pode ser organizada, armazenada, recuperada e utilizada para a tomada de decisões e para a construção do conhecimento”.

No entendimento de Monteiro e Duarte (2019), a GI é um conjunto de ações realizadas com o objetivo de controlar, armazenar e recuperar, de maneira eficiente, a informação produzida, recebida ou retida, desde que traga benefícios para a organização em questão, na tomada de decisões e na possibilidade de inovar e de adquirir conhecimentos.

No que concerne a finalidade da GI, Braga discorre que:

Apoiar a política global da empresa, na medida em que torna mais eficiente o conhecimento e a articulação entre os vários subsistemas que a constituem; apoia os gestores na tomada de decisões; torna mais eficaz o conhecimento do meio envolvente; apoia de forma interativa a evolução da estrutura organizacional, a qual se encontra em permanente adequação às exigências concorrenciais; e ajuda a formar uma imagem da organização, do seu projeto e dos seus produtos, através da implantação duma estratégia de comunicação interna e externa (BRAGA, 2000, p.1).

Colaborando com o entendimento da GI, Marchiori (2002) argumenta que a GI visa melhorar a competitividade empresarial e os processos de modernização organizacional. Comunicando a finalidade da GI, Tarapanoff (2006, p.22) discorre que “[...] o principal objetivo da gestão da informação é identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se a mudanças ambientais”.

Destaca-se que a GI “[...] apoia-se nos fluxos formais (conhecimento explícito), [...] trabalha no âmbito do registrado, não importando o tipo de suporte: papel, disquete, CD-ROM, Internet, Intranet, fita, DVD, etc., constituindo-se nos ativos informacionais tangíveis” (VALENTIM, 2004, p. 1).

Sob o prisma de Choo (2003), a GI pertence a um campo mais amplo da organização do conhecimento, sua organização cria e usa informações em três momentos distintos, mas inter-relacionados, interpreta informações sobre o ambiente, cria conhecimento e processa e analisa informações para subsidiar a tomada de decisão.

Tarapanoff (2006, p. 22) explica que o propósito fundamental da GI é “[...] identificar e potencializar recursos informacionais de uma organização ou empresa e sua capacidade de informação, ensinando-a a aprender e adaptar-se a mudanças ambientais”. A autora mencionada salienta que o objeto da GI é a informação e o trabalho com a informação, transformando-a em produtos e serviços de utilidade e com valor agregado para o cliente/usuário.

Neste sentido, a GI pode ser compreendida como um processo que abrange as fases de identificação dos fluxos formais de informação, a coleta, análise, organização, armazenagem, disseminação, recuperação e utilização da informação com a finalidade de apoiar a tomada de decisões mais acertadas no ambiente organizacional e construir conhecimento, guiando a organização para o desenvolvimento de um diferencial competitivo.

Silva *et al.* (2014) expressam que em seu processo histórico evolutivo, a GI é marcada por três momentos, a saber:

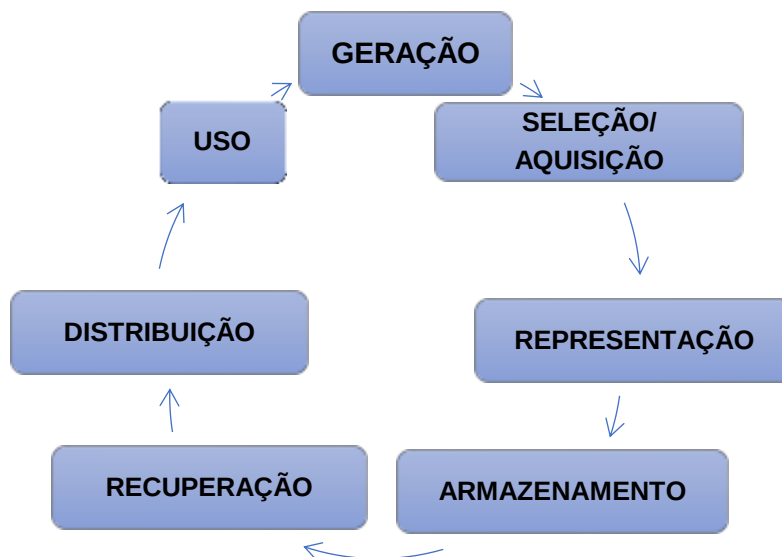
- Período clássico: Documentação e organização da Informação (1930 a 1945) – Princípio da GI ocorre das contribuições de pensadores pioneiros, como Paul Otlet e Vannevar Bush. No ano de 1934 Otlet publicou o livro *Traité de documentation*, apontado como um marco para a evolução da GI. Nesta obra, Otlet apresentou e defendeu a disciplina “Documentação”, que tinha como objetivo ser um método voltado para organizar a informação científica publicada na época. Posteriormente, no ano de 1945, Vannevar Bush publicou o artigo “*As we may think*”. Neste artigo, Bush revelava preocupação com a explosão documental ocasionada pelo intenso volume de pesquisas relacionadas à indústria bélica e trazia reflexões acerca de soluções para a questão da organização e do acesso à informação científica, considerado pelo autor como obstáculo para o desenvolvimento de uma sociedade.
- Período intermediário: gerência de recursos (década de 1980) - A GI passou a ser considerada um elemento essencial para o desenvolvimento das organizações quando se distanciou um pouco do campo científico e se aproximou das organizações empresariais, seu principal público, e assumiu um papel determinante nos processos

de busca, controle e uso da informação produzida nos ambientes internos e externos à organização. Baseada na definição de *Information Resources Management (IRM)*, que em português, pode ser traduzido como Gerência de Recursos Informacionais (GRI), a GI adequou-se a forma processual que apresenta nos dias de hoje, tornando-se uma ferramenta de gestão organizacional.

- Período contemporâneo da GI: gerenciamento da informação com base na tecnologia – A GI alinhou suas ações com a Tecnologia da Informação (TI), mantendo relação mais próxima com a Ciência da Computação e com a Administração, visto que a união da gestão de serviços de informação com a estratégia no contexto administrativo indica novos caminhos a serem guiados pela GI.

A informação e o trabalho com a informação constituem o objeto de estudo da CI, sendo um campo do conhecimento que transforma a informação em produtos e serviços úteis para o cliente/usuário. Assim sendo, a GI pode ser compreendida como a aplicação do ciclo da informação às organizações (TARAPANOFF, 2006). A Figura 1 apresenta o Ciclo da Informação na área da CI:

Figura 1 – Ciclo da informação.



Fonte: Ponjuan Dante (1998, p. 47).

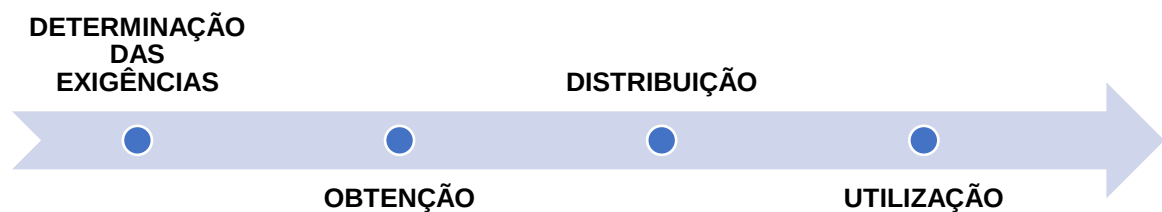
O ciclo informacional se inicia quando se detecta uma necessidade informacional, um problema a ser solucionado, uma área ou assunto a ser analisado. É um processo que tem início com a busca da solução a um problema, da necessidade de adquirir informações sobre algo, e passa pela identificação de quem gera o tipo de informação necessária, as fontes e o acesso, a seleção e aquisição, registro,

representação, recuperação, análise e disseminação da informação, que, quando usada, amplia o conhecimento individual e coletivo (TARAPANOFF, 2006). No que se refere ao ciclo da informação, Silva e Valentim expressam que:

A etapa seguinte é sempre dependente da anterior, e o desenvolvimento eficaz de cada etapa é fundamental para que se possa garantir o uso da informação, de forma a atender ou superar as expectativas oriundas da determinação de exigências, demandas e necessidades de informação (SILVA; VALENTIM, 2013, p. 5).

Para ter uma melhor compreensão de como o processo de GI ocorre, Davenport (1998) preconiza quatro etapas principais:

Figura 2 – Processo de gerenciamento da informação proposto por Davenport (1998)

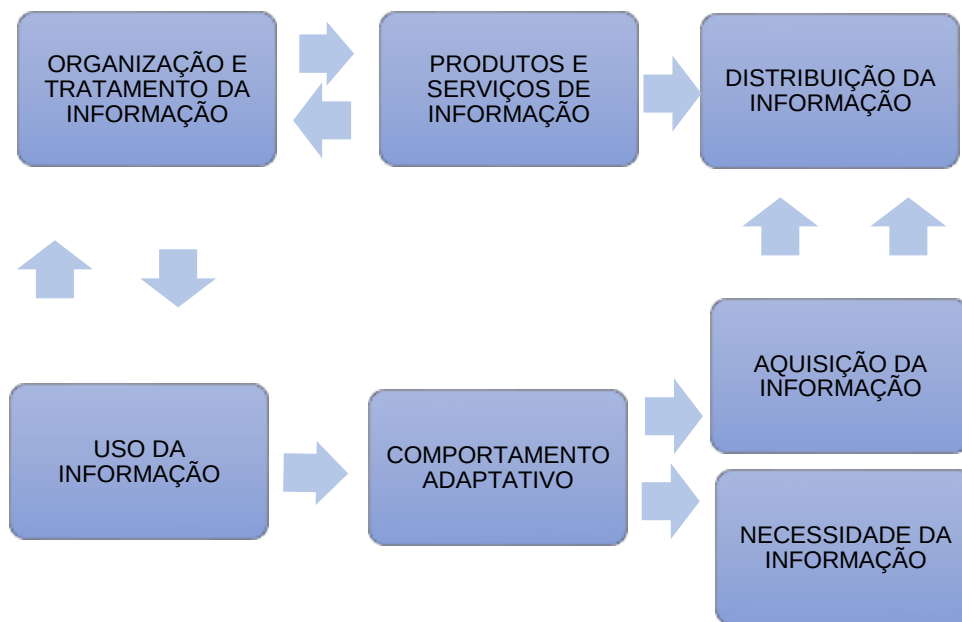


Fonte: Davenport (1998, p. 175).

- **Determinação da necessidade de informação:** consiste determinação da fonte e do tipo de informação necessária para a organização e a identificação das informações de que os gestores/funcionários precisam para atingir um bom desempenho nos negócios.
- **Obtenção de informações:** Envolve a exploração, a classificação, formato e estrutura das informações estabelecidas na primeira fase;
- **Distribuição de informações:** abrange o modo como a informação é espalhada por toda a organização. A distribuição cria uma conexão entre o gestor e o funcionário, com as informações de que precisam;
- **Utilização de informações:** parece ser a fase mais difícil do processo, aspectos pessoais de uso, como preferências e necessidades, são todas questões relacionadas aos pensamentos das pessoas. É nesta fase que se determina modos para melhorar o uso da informação, a saber: estimativa de uso, ações simbólicas, contextos institucionais corretos e incorporação do uso da informação nas avaliações de desempenho.

Choo (2003) afirmou que é benéfico para a criação de estratégias de GI, a construção de processos que abrangem as categorias de necessidades, busca e uso da informação e apresentou seis processos de um modelo de GI onde o comprometimento é planejar e criar sistemas, serviços, processos e recursos de informação, esses processos estão representados na Figura 3.

Figura 3 – Modelo processual de gestão da informação proposto por Choo (2003)



Fonte: Choo (2003, p. 395).

- **Identificação das necessidades de informação:** este processo surge de problemas e incertezas ocorridas no ambiente organizacional diante de situações e experiências peculiares ocorridas por meio das interações entre os membros da organização. Nesta fase preocupar-se não apenas com o significado da informação, mas também como o seu uso torna-se significativo para os usuários;
- **Aquisição da informação:** equilibra duas ações opostas: de um lado, a percepção da extensão e a diversidade das necessidades de informação de uma organização e, por outro lado: a capacidade cognitiva limitada do homem, que impõe a organização a monitorar fontes de informação e selecionar as que atendam toda a gama de interesse da organização. A organização deve valer-se de um sistema diverso de fontes humanas, textuais e *on-line*, deste modo, “a seleção e uso das fontes

de informação têm de ser planejados e continuamente monitorados e avaliados, como qualquer outro recurso vital para a organização” (CHOO, 2003, p. 398);

- **Organização e armazenamento da informação:** a informação que é obtida ou produzida é organizada e armazenada em arquivos, bancos de dados e em sistemas de informação, de maneira a tornar simples a distribuição e recuperação de informações de interesse à organização. O modo como a organização armazena a informação incide em como ela percebe o seu ambiente;
- **Desenvolvimento de produtos e serviços de informação:** os produtos/serviços informacionais são desenvolvidos para atender às necessidades de informação dos membros da organização, propiciando ações e tomadas de decisões mais eficazes;
- **Distribuição da informação:** promover e facilitar a disseminação de informações importantes, de modo que alcance a pessoa certa no momento, lugar e formatos adequados. Uma distribuição de informação abrangente favorece a aprendizagem organizacional, a recuperação da informação e a criação de novas informações, e;
- **Uso da informação:** é o processo em que se faz uso da informação para construção de conhecimento, para a escolha de estratégias de ação e para a tomada de decisões. “O uso da informação resulta da criação de significado, de conhecimento, e de decisões” (CHOO, 2003, p. 408).

Choo (2003, p. 395) ressalta que “o resultado do uso eficiente da informação é o comportamento adaptativo: a seleção e execução de ações dirigidas para objetivos, mas que também reagem às condições do ambiente”.

Na literatura científica acerca da GI, são encontrados diversos modelos de GI, que se alicerçam em etapas gerais, por essa razão, Silva, Moreira e Monteiro (2014), discorrem que a administração deve estar ciente de alguns fatores antes de decidir qual modelo adotar, são eles: o ambiente interno e externo; a missão, valores e objetivos da organização; as pessoas envolvidas, a cultura e o clima organizacional; a infraestrutura, tecnologia e redes disponíveis, e; demais fatores interpessoais.

Para gerenciar toda a gama de informações disponíveis no ambiente interno e externo à organização, as TI's surgem como solução positiva para melhorar estruturação e disponibilização da informação, uma vez que otimiza a comunicação interna, e por consequência proporciona uma maior flexibilidade e agilidade na

obtenção de informações, melhorias no fluxo de informações entre as diferentes áreas da organização, informações mais seguras e confiáveis e rapidez no tempo de resposta dos processos internos e externos.

Barboza (2019) ressalta que as TIC's são fundamentais para a GI, pois permitem que o ciclo de GI seja realizado de forma mais eficiente, reduz muito o tempo das rotinas de processamento da informação e com praticidade em seu armazenamento e compartilhamento. Desta forma, a informação ganha mais valor na sua utilização, possibilitando um trabalho eficaz e contribuindo para o sucesso da organização. Isso porque também considera que o valor da informação está relacionado ao tempo em que está disponível e aos serviços a ela agregados.

Os sistemas de computação têm sido apontados por diversas pessoas como o meio mais eficaz de GI. Contudo, não se podem restringir as atividades de GI apenas na tecnologia da informação (AMORIM; TOMAÉL, 2011). Acerca desta questão Davenport e Prusak (1998) ressaltam que o meio de comunicação não é a mensagem, embora ele possa influenciá-la formalmente, mas sim, o que é entregue (informação) é mais importante que o veículo que a entrega.

Para uma melhor compreensão da GI, Valentim (2004) apresentou em quadro a abrangência da GI, seu objeto de estudo e trabalho e as atividades a serem desempenhadas, segue:

Quadro 4 – Gestão da informação: âmbito, objeto e atividades base

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Âmbito: Fluxos formais de informação
Objeto: conhecimento explícito (informação)
Atividades desempenhadas
Identificar demandas necessidades de informação
Mapear e reconhecer fluxos formais
Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de informação
Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação
Prospectar e monitorar informações
Coletar, selecionar e filtrar informações
Tratar, analisar, organizar, armazenar informações, utilizando tecnologias de informação e comunicação
Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de informação
Elaborar produtos e serviços informacionais
Fixar normas e padrões de sistematização da informação
Retroalimentar o ciclo

Fonte: Adaptado de Valentim (2004).

Além das atividades descritas no Quadro 4, os profissionais que atuam como gestores da informação também devem: entender o perfil de seus usuários internos e externos, analisar as mais diversas fontes de informação, avaliar as necessidades de informação, selecionar as informações disponíveis, tratar tecnicamente os recursos de informação, buscar e gerar informações, gerenciar o conhecimento organizacional e, o mais importante, ser capaz de transformá-lo em informação (ESPÍNOLA, 2013).

A adoção de novas condutas de gestão impostas às organizações pela Sociedade da Informação e do Conhecimento, trouxe o entendimento que não só a informação, mas também o conhecimento, tornaram-se ativos dentro de uma organização, ou seja, parte de seu plano estratégico. “Para uma tomada de decisão mais acertada, o gestor necessita não só de informações relevantes, como também de conhecimento organizacional. O conhecimento também começou a ganhar uma redobrada atenção, recentemente (DUARTE *et al.*, 2007, p. 98).”

Tarapanof (2006) discorre que as pesquisas sobre teoria organizacional evidenciam que as organizações criam e utilizam a informação em três arenas estratégicas: primeiro, a organização interpreta as informações sobre o meio ambiente para entender o que está acontecendo à organização e o que está fazendo (GI e inteligência competitiva). Em segundo lugar, combina a experiência dos membros para criar novos conhecimentos para aprendizagem e inovação (GC). Por fim, processa e analisa as informações para selecionar e executar os planos de ação adequados (inteligência estratégica).

Podemos usar o conhecimento para “tomar decisões mais acertadas com relação às estratégias, concorrentes, clientes, canais de distribuição e ciclos de vida de produtos e serviços” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 7). Evidencia-se, portanto, que as organizações, em busca de diferencial competitivo, evoluíram suas estratégias estendendo o valor já reconhecido da GI para a GC, conjuntamente.

2.2.3 Gestão do Conhecimento

Assim como a GI, a GC surgiu das contribuições de pensadores que viveram muito tempo antes da introdução do computador e da recente explosão informacional (BARBOSA, 2008). A expressão do termo Gestão do Conhecimento se deu por meio dos estudos de pesquisadores como Paul Otlet e Vanevar Bush, que tornaram evidente a perspectiva da informação e do conhecimento serem tratados na forma de

armazenamento, organização, acesso e uso, para possibilitar o seu gerenciamento (DUARTE *et al.*, 2014).

Porém, somente na década de 90 do século XX a GC ganhou espaço e abrangência na literatura acadêmica com a publicação de diversos estudos que conduziam à percepção de que a informação que constitui um recurso essencial para as organizações não é aquela que existe materialmente, e sim, aquela que está na mente dos sujeitos que pertencem à organização ((DUARTE *et al.*, 2014; ARAÚJO, 2014).

Os desafios da sociedade contemporânea têm feito do conhecimento uma grande vantagem competitiva para as organizações que pretendem alcançar o sucesso e a perenidade nas mudanças profundas e rápidas em que a imprevisibilidade se torna realidade. Nesse caso, as associações devem tomar decisões com rapidez e flexibilidade, inovar continuamente, desenvolver-se de forma sustentável e usar as informações e o conhecimento de maneira eficaz. Como a inovação se torna o único fator que pode ser um verdadeiro diferencial competitivo, torna-se praticamente impossível proteger os ativos da organização sem gerenciar também o seu conhecimento (LONGO, 2014).

Compreendeu-se que se esperavam das organizações novas e melhores práticas e soluções, ideias novas, processos de descoberta, novos *insights*, algo que a informação, por mais bem gerida que seja, não pode fornecer (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Na literatura científica há incontáveis visões e definições acerca do que é a GC, deste modo, algumas delas são apresentadas para propiciar o seu entendimento e delineamento. A GC pode ser entendida como “uma disciplina que trabalha sistematicamente a informação e o conhecimento visando o aumento da capacidade de resposta da empresa ao meio ambiente com inovação e competência, desenvolvendo a eficácia e o conhecimento corporativo (TARAPANOFF, 2006, p. 28).”

Duarte (2003, p. 283) define a GC como a “[...] integração de processos simultâneos desde a criação ao uso pleno do conhecimento, viabilizado pela cultura de aprendizado e de compartilhamento no ambiente das organizações.

Angeloni (2008, p. 2) compreende o conceito de GC como “um conjunto de processos que governa a aquisição, a criação, o compartilhamento, o armazenamento e a utilização de conhecimento no âmago das organizações”. A autora ressalta que a GC não é um projeto, não é uma ferramenta, mas um processo com objetivos e

benefícios claros: projetar e valorizar o capital intelectual, fornecer informações relevantes e determinar quem sabe o quê, reutilizar soluções, aumentar a produtividade, melhorar processos de inovação, reduzir silos de informação, acesso e disseminação o conhecimento externo, melhorar a colaboração, preservar a memória organizacional (ANGELONI, 2008).

Na visão de Nonaka e Takeuchi (2008, p. 1) a GC é “o processo de criar continuamente novos conhecimentos, disseminando-os amplamente por meio da organização e incorporando-os velozmente em novos produtos/serviços, tecnologias e sistemas”. Na perspectiva de Longo (2014, p. 163) a GC consiste em:

Criar condições para armazenar, sistematizar e disponibilizar conhecimentos já explicitados para quem deles necessita e também criar os ambientes adequados para que novos conhecimentos geradores de valor agregado sejam criados nas organizações.

Sob este contexto, a GC emerge para gerir o capital intelectual, ou seja, o conhecimento que está na mente das pessoas e suas experiências, com a finalidade de criar diferenciais competitivos para as organizações (LONGO, 2014). Torna-se evidente que, em sua maioria, os conceitos de GC convergem para o entendimento da GC como o processo de criar, adquirir, compartilhar e usar o conhecimento, para melhorar a aprendizagem e o desempenho no âmbito das organizações.

Conforme Belluzzo e Silva (2017) a GC é um processo cíclico e dinâmico que acontece por meio de ferramentas ou métodos adotados para identificar, criar, compartilhar conhecimento e até mesmo descartar o conhecimento quando não for mais útil para a organização.

A CG, de acordo com Lousada *et al.* (2012) visa gerenciar a aquisição, criação, disseminação e uso do conhecimento para ajudar as organizações a cumprir sua missão e atingir os objetivos propostos. Hoffmann (2012, p. 86) afirma que a GC tem por finalidade:

- formular estratégia de alcance organizacional para desenvolvimento, aquisição e aplicação do conhecimento;
- implantar estratégias orientadas ao conhecimento;
- promover uma melhora contínua dos processos de negócio, enfatizando a geração e aquisição do conhecimento;
- monitorar e avaliar dados, informação e conhecimento obtidos durante o ciclo de geração e aplicação do conhecimento;

- reduzir o tempo de desenvolvimento de novos produtos e melhoria dos já existentes, e o desenvolvimento mais ágil de soluções para os problemas;
- minimizar custos em função da repetição de erros durante as atividades da organização.

Valentim (2004) exemplifica que a GC atua no âmbito dos não registrados: reuniões, eventos, construção individual do conhecimento, valores, crenças e comportamento organizacional, experiência prática, educação empresarial, conhecimento de mundo, entre outros, constituem ativos de conhecimento (intangíveis). Ela atua sobre os fluxos de informação informais, que são fluxos de informação não estruturados gerados a partir da experiência e vivência dos sujeitos da organização, ou seja, são intrínsecos às relações humanas no contexto organizacional, e acontece com o apoio da aprendizagem organizacional e do compartilhamento do conhecimento (SANTOS; VALENTIM, 2014).

Rossi *et al.* (2017) apontam um fator essencial que conduz as iniciativas de GC, tanto positiva quanto negativamente nas organizações: a cultura organizacional. Que é entendida como o conjunto dos valores, hábitos, crenças compartilhadas pelos membros, a maneira como os colaboradores pensam e agem, a história e símbolos da organização. A cultura organizacional é o alicerce da cultura informacional e está relacionada à forma como as pessoas tratam a informação e o conhecimento dentro da organização, ou seja, está relacionado ao compartilhamento e ao uso da informação e do conhecimento organizacional. A cultura informacional é entendida como um padrão de comportamento relacionado à informação, que implica diretamente como os membros da organização usam, processam e trabalham com informações. Reflete a maneira como os membros da organização a usam, buscam e disseminam no ambiente organizacional (ALVES *et al.*, 2014).

Ressalta-se que antes de implementar o projeto de GC, torna-se necessário uma avaliação sobre a cultura da organização para que este atenda às necessidades da organização e possa ser de fato desenvolvido por todos que estão envolvidos. Vale ressaltar que em alguns casos, a cultura organizacional precisa ser mudada, para que, ao inserir uma nova cultura, a organização possa realizar a GC (BELLUZZO; SILVA, 2017).

Na literatura existem inúmeros modelos de GC que são apresentados como alternativas de ações de GC para estabelecer uma organização do conhecimento. Entre eles, destacamos o modelo abordado por Choo (2003); as Atividades Base da

GC proposto por Valentim (2004); e o modelo de Criação do Conhecimento Organizacional proposto por Nonaka e Takeuchi (2008).

Segundo Choo (2003), apenas as organizações que conseguem integrar efetivamente os três processos básicos da GC podem ser consideradas como organizações de conhecimento, são eles: a) Criar significado - ao explicar todas as mensagens e informações do ambiente de forma a definir quais informações são relevantes e devem ser compartilhadas; b) Construção do conhecimento - nesta fase, a mensagem / informação é transformada em conhecimento; c) A tomada de decisão – por meio da análise da informação, avaliam-se os prós e os contras que servem de base da ação a ser tomada. O autor compreende em um primeiro nível, que ‘organização do conhecimento’ é aquela que possui informações e conhecimentos que a tornam bem-informada e capaz de percepção e discernimento e num nível de maior profundidade, uma organização que possui informações e conhecimento que lhe atribuem vantagem, proporcionando agir com inteligência, criatividade e, eventualmente, com perspicácia.

Choo (2003) ainda refere que as organizações que conseguirem integrar os três processos de GC, serão capazes de: adaptar-se às mudanças do ambiente no momento adequado e de maneira eficaz; empenhar-se na aprendizagem constante, o que inclui desaprender pressupostos, normas e crenças que perderam validade; mobilizar o conhecimento e a experiência de seus membros para produzir inovação e criatividade; focalizar seu conhecimento em condutas racionais e decisivas.

No âmbito da GC, seu objeto de estudo e de trabalho, o foco e as atividades a serem desempenhadas foram descritas por Valentim (2004) e estão apresentadas no Quadro 5, segue:

Quadro 5 – Gestão do Conhecimento: âmbito, objeto e atividades base

GESTÃO DO CONHECIMENTO
Âmbito: Fluxos informais de informação
Objeto: Conhecimento tácito
Foco: Capital Intelectual da Organização
Atividades desempenhadas
Identificar demandas necessidades de conhecimento
Mapear e reconhecer fluxos informais
Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de conhecimento
Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação
Criar espaços criativos dentro da corporação
Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização

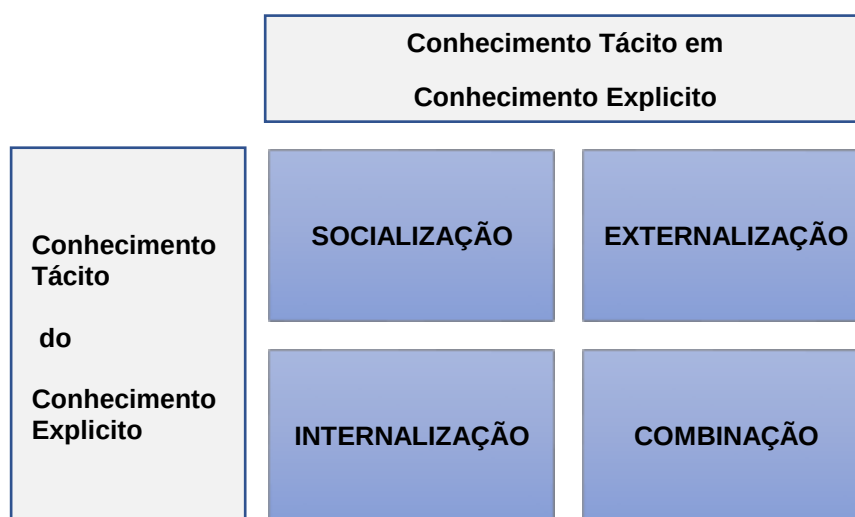
Tratar, analisar, organizar, armazenar informações, utilizando tecnologias de informação e comunicação
Criar mecanismos de captação de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização
Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento
Fixar normas e padrões de sistematização de conhecimento
Retroalimentar o ciclo

Fonte: Adaptado de Valentim (2004).

A descrição do escopo da GC, apresentada no Quadro 5 reitera que a GC é uma ação consciente, que atua de acordo com a necessidade de explorar e utilizar o conhecimento gerado pelos sujeitos da organização e, quando colocado em prática, será alimentado conduzido pelos processos inerentes a ela.

Segundo os estudos de Nonaka e Takeuchi (2008) para tornar a GC eficaz como uma estratégia organizacional estruturada, as organizações devem criar e usar o conhecimento e transformar o conhecimento tácito em conhecimento explícito por meio de quatro fases amplamente conhecidas e difundidas como Processo SECI, são elas: socialização, externalização, combinação e internalização. A Figura 4 representa o processo de criação do conhecimento (SECI) nas organizações, consoante a perspectiva de Nonaka e Takeuchi (2008):

Figura 4 – SECI: Processo de conversão do conhecimento



Fonte: Nonaka; Takeuchi (2008, p. 69).

Conforme este modelo dinâmico de criação do conhecimento, o processo de conversão do conhecimento inicia com a socialização que transforma o conhecimento tácito em conhecimento tácito; a externalização converte o conhecimento tácito em

conhecimento explícito; a combinação converte o conhecimento explícito para conhecimento explícito, e: internalização que converte o conhecimento explícito para o conhecimento tácito (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). Longo (2014) ressalta que converter informações em conhecimento requer um processo cognitivo individual no qual o conhecimento é o produto de um sujeito perceptivo que constrói ou reconstrói seu "novo" conhecimento com base na natureza intrínseca de várias informações e percepções.

Percebe-se que os elementos dos modelos de GC apresentados por Choo (2003), Valentim (2004), Nonaka e Takeuchi (2008), descrevem de forma objetiva que as atividades básicas merecem atenção da organização, especialmente no que se refere aos fluxos informais de informação, que são essenciais para proporcionar a dinâmica entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Os procedimentos de GC são projetados para desenvolver e controlar o conhecimento básico exigido pela organização para atingir seus objetivos e determinar processos de comunicação informal, mapear métodos de compartilhamento de conhecimento e verificar se novos conhecimentos são gerados (TEIXEIRA, 2019).

Duarte, Lira, S., Lira, W. (2014) discorrem que, em geral, os modelos GC possuem ações de gestão, que podem ser utilizadas pelas organizações que visam construir conhecimento. Existem outras práticas que podem promover a criação, disseminação, compartilhamento e socialização da experiência e da aplicação do conhecimento em um ambiente, assim como a relação entre a organização e o meio externo. As práticas de GC são consideradas práticas de gestão das organizações voltadas para criação, retenção, disseminação, compartilhamento e a aplicação do conhecimento dentro da organização, assim como essas relações com o mundo exterior e que devem estar em conformidade com a missão, a visão de futuro e as estratégias organizacionais (HOFFMANN, 2012).

A criação de conhecimento organizacional é entendida como a capacidade da organização de criar novos métodos, processos e inovações, disseminá-los em diferentes setores organizacionais e integrá-los a outros produtos, serviços e sistemas. Esse processo ocorre por meio da interação entre as pessoas e as ações das organizações (LONGO, 2014). Duarte *et al.* (2014) apresentam diferentes práticas que podem ser empregadas pelos gestores para a criação do conhecimento organizacional, são elas:

- a) *Benchmarking*: essa prática consiste em medir os processos, os produtos e os serviços de uma organização e compará-los com os de outra organização;
- b) *Coaching*: um processo que visa fomentar ao colaborador o conhecimento de si mesmo e impulsionar o desejo de melhorar ao longo do tempo, bem como a orientação necessária para que a mudança se produza;
- c) Comunicação institucional: abrange todas as formas de comunicação utilizadas pela organização para se relacionar e interagir com o seu público;
- d) Educação corporativa: cultura de aprendizagem contínua, em que os conhecimentos são compartilhados por todos os membros da instituição;
- e) Comunidade de prática: são grupos de pessoas de uma mesma área do conhecimento que compartilham experiências para solucionar problemas, encontrar ideias e melhores práticas, visando preservar e aprimorar sua capacitação e competência;
- f) Inteligência competitiva: é um programa sistemático que visa buscar e analisar as informações sobre os seus concorrentes ativos e as tendências do futuro de uma organização;
- g) Portais corporativos: é a melhor maneira de se criar um ambiente seguro para o compartilhamento do conhecimento e fornecer uma visão personalizada via web [...] reúnem os recursos e as vantagens de comunicação interna entre os colaboradores (*intranet*), mas também permitem a interação com parceiros e fornecedores (*extranet*) e a comunicação próxima com clientes (*intranet*);
- h) *Storytelling*: por meio de *storytelling* a organização pode aproveitar as práticas de GC para estimular o desenvolvimento de ações proativas que formam o legado dos indivíduos que permanecerão na organização (DUARTE *et al.*, 2014, 287- 296).

Observa-se que a GC utiliza diferentes métodos, práticas e tecnologias para promover o compartilhamento e o uso da informação no ambiente organizacional, criando novos conhecimentos úteis para a organização.

Costa e Abreu (2000, p. 34-35), discorrem que, em síntese, a GC deve considerar:

- a) O ser humano como fonte geradora do conhecimento
 - Promovendo o desenvolvimento de novos conhecimentos (por meio de associações de informações, observações discussões, análises, troca de experiências; etc.);
 - Facilitando o acesso às informações (matéria-prima/ insight para o desenvolvimento de novos conhecimentos);
 - Facilitando a comunicação entre os seres humanos;
 - Disponibilizando ambientes para o desenvolvimento de novos conhecimentos;
- b) A informação como matéria prima para gerar conhecimento
 - Coletando, tratando, armazenando e disponibilizará informações;

- Disseminando e difundindo informações para impulsionar o desenvolvimento de novos conhecimentos;
- c) A TI como suporte para a informação e para o conhecimento
- Dispondo de TI para suprir com matéria-prima (informações deste processo cognitivo);
- Dispondo de TI para disseminar informações;
- Dispondo de TI para facilitar a troca experiências/comunicações interpessoais;

A vista disso, torna-se importante mencionar o papel das TIC's para a implementação e manutenção da GC nos ambientes organizacionais. Diante do novo ambiente de negócios criado pela globalização, a tecnologia da informação proporciona a possibilidade de atualização e integração permanente do negócio, porque melhora o processo de tratamento, disseminação e transferência de informações em nível mundial um custo reduzido, processos esse primordiais para alavancar a GC organizacional (COLMANETTI; CAZARINI, 2002).

Hoffmann (2012, p. 127) compreende que a função a ser desempenhada pelas TIC's é estratégica, “[...] ajudando o desenvolvimento do conhecimento coletivo, e do aprendizado contínuo, tornando mais fácil para as pessoas na organização compartilharem problemas, perspectivas, ideias e soluções”.

Ahmed *et al.* (2018) corroboram com esse entendimento ao afirmar que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) fornecem os meios para organizar, armazenar, recuperar, disseminar e compartilhar conhecimento e informações explicitadas rapidamente na organização e em todo o mundo e conectam pessoas através de ferramentas colaborativas para capturar e compartilhar conhecimento tácito.

Contudo, Hoffmann (2012, p. 115) alerta para o fato de que os gestores devem compreender que as TIC's, não substituem o fator humano, “[...] a tecnologia é apenas uma ferramenta de apoio, já que não existe nenhuma capaz de criar conhecimento ou auxiliar na recuperação, registro e contextualização das informações sem o apoio de alguma forma de intervenção humana”.

É importante contemplar que a GC é diferente da GI, esses dois modelos de gestão são interdependentes, mas complementares, uma vez que atuam de forma conjunta e se relacionam diretamente em seus processos. O foco da GI é voltado para o gerenciamento do conhecimento “explícito”, enquanto a GC preocupa-se com o gerenciamento do conhecimento “tácito”, tendo por objetivo o desenvolvimento da capacidade das pessoas em “explicitar” e compartilhar o seu conhecimento.

(TARAPANOFF, 2006). Acerca da distinção entre a GI e da GC, Barbosa (2008) versa que:

Embora compartilhem vários elementos, a gestão da informação e a gestão do conhecimento são diferentes em vários aspectos. Embora essas disciplinas tenham pontos em comuns importantes, elas também têm suas particularidades. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o fenômeno central da gestão da informação é a informação ou o conhecimento explícito. Ou seja, a GI lida com o universo de documentos, dos mais diversos tipos, os quais são produzidos, armazenados e utilizados em um contexto organizacional. Por outro lado, o fenômeno central da gestão do conhecimento é o conhecimento pessoal, aquele que se encontra na cabeça das pessoas e que muitas vezes não é registrado e nem compartilhado (BARBOSA, 2008, p. 14-15)

No que se refere a interdependência entre os dois modelos de gestão, destaca-se que a GC promove a GI, que por sua vez impulsiona a GC, em um ciclo no qual não se pode estabelecer começo, meio e fim (VALENTIM, 2008). A autora complementa que, são os indivíduos, os atores desse processo, que tem papel basilar nessa dinâmica. Para um melhor entendimento, apresentamos no Quadro 6, as especificidades e convergências da GI e da GC, o âmbito, objeto, foco e atividades básicas inerentes elaborado por Valentim (2004):

Quadro 6 – Especificidades e convergências da GI e da GC

GESTÃO DA INFORMAÇÃO	GESTÃO DO CONHECIMENTO
Âmbito: Fluxos formais	Âmbito: Fluxos informais
Objeto: Conhecimento explícito	Objeto: Conhecimento tácito
Foco: Negócio da Organização	Foco: Capital Intelectual da Organização
Atividades base: - Identificar demandas necessidades de informação; - Mapear e reconhecer fluxos formais; - Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de informação; - Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação; - Prospectar e monitorar informações; - Coletar, selecionar e filtrar informações; - Tratar, analisar, organizar, armazenar informações, utilizando tecnologias de informação e comunicação;	Atividades base: - Identificar demandas necessidades de conhecimento; - Mapear e reconhecer fluxos informais; - Desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de conhecimento; - Proporcionar a comunicação informacional de forma eficiente, utilizando tecnologias de informação e comunicação; - Criar espaços criativos dentro da corporação; - Desenvolver competências e habilidades voltadas ao negócio da organização; - Criar mecanismos de captação de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização;

- Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de informação; - Elaborar produtos e serviços informacionais; - Fixar normas e padrões de sistematização da informação; - Retroalimentar o ciclo.	- Desenvolver sistemas corporativos de diferentes naturezas, visando o compartilhamento e uso de conhecimento; - Fixar normas e padrões de sistematização de conhecimento; - Retroalimentar o ciclo.
--	--

Fonte: Valentim (2004, não paginado).

De acordo com Valentim *et al.* (2014) a GC está relacionada à GI, havendo uma dependência entre as duas, pois se o conhecimento gerado não for explicitado no suporte de informação, então não há informação para gerenciar. Da mesma forma, se não houver informações organizadas, analisadas, armazenadas e acessíveis, é impossível convertê-las em insumos para a criação do conhecimento. Por um lado, se a GI se concentra no negócio da organização, então a GC se concentra no capital intelectual existente no ambiente.

Hoffmann (2012) também sintetizou a relação entre GI e a GC apontando o foco, processos, conceitos relacionados, aplicação e influência das duas gestões. Estão apresentados no Quadro 7:

Quadro 7 - Relação entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento

Características	Gestão da Informação	Gestão do Conhecimento
Foco	Informação ou conhecimento explicitado	Conhecimento tácito, aprendizagem e competências individuais
Processos	Organização e tratamento da informação	Descoberta, criação e compartilhamento do conhecimento
Conceitos relacionados	Sistemas de informação, gestão eletrônica de documentos	Capital intelectual, ativos intangíveis, aprendizagem, competências, inteligência organizacional
Aplicação	Facilitado	Dificultado pela complexidade
Influências	Mais dependente das tecnologias da informação e comunicação	Mais dependente da cultura e estratégias organizacionais

Fonte: Hoffmann (2012, p. 31).

Com base nas especificidades e convergências da GI e da GC descritas por Valentim (2004) – Quadro 6 –, e na relação entre a GI e a GC apresentadas por Hoffmann (2012) – Quadro 7 –, torna-se evidente que é fundamental para o alcance dos objetivos da organização do conhecimento a abordagem integrada das duas gestões.

Dado que uma organização quando utiliza sistematicamente os modelos da GI e da GC, de forma integrada por meio de atividades de busca de informações relevantes para os sujeitos organizacionais, uma vez organizadas, analisadas e disseminadas, pode evidenciar ameaças e oportunidades e proporcionar vantagem competitiva. A partir da exploração e análise de dados e informações, conteúdos relevantes podem ser filtrados e processados para uso pela organização, e informações de valor agregado podem ser geradas para orientar a tomada de decisões e planejar ações estratégicas. Desta forma, após analisar e selecionar a melhor opção entre múltiplas alternativas, as informações podem se transformar em inteligência organizacional (TEIXEIRA; VALENTIM, 2016).

“A inteligência competitiva organizacional (ICO) pode se definir como um processo de aprendizado motivado pela competição, fundado sobre a informação, permitindo esta última a otimização da estratégia corporativa em curto e em longo prazo (TARAPANOFF, 2006, p. 26).” E tem como perspectiva gerar conhecimento para melhorar a *performance* da organização, permitindo resolver problemas, criando novos produtos e desenhando mudanças e melhorias. (TEIXEIRA, VALENTIM, 2016).

A gestão informação e do conhecimento é considerada por muitos estudiosos, a exemplo de (DAVENPORT, 1998; DAVEPORT; PRUSAK, 1998; CHOO, 2003; ANGELONI, 2008; DUARTE, 2015) um processo inerente às organizações, uma necessidade da sociedade atual. As Unidades de Informação estão incluídas nesta visão, visto que além de ambientes provedores e gestores de conhecimento para atender os usuários, de participar do processo de GIC, são também uma organização que precisa de conhecimento para realizar atividades meio e fim e agregar valor aos serviços das instituições as quais estão inseridas na sociedade da Informação e do Conhecimento, o que por consequência acarreta a geração de novas funções modernas.

Percebe-se assim, que na Sociedade da Informação e do Conhecimento, parece haver uma realidade incontornável: a necessidade em saber como lidar efetivamente com a informação e o conhecimento provoca uma mudança teórica e prática dos currículos acadêmicos, de modo a possibilitar que o profissional da informação possa desenvolver um perfil real de Gestor da informação e do conhecimento.

2.2.4 Gestão da Informação e do Conhecimento e o Profissional da Informação

Após o estabelecimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, a informação e o conhecimento passaram a ser os conceitos centrais dos negócios, determinando os rumos dos diversos aspectos da sociedade. O desenvolvimento social, cultural e econômico dessa sociedade gira em torno do processo de seleção, análise, organização, processamento, armazenamento, avaliação, disseminação e utilização da informação, processos que permitem gerar conhecimento e satisfazer as necessidades dos cidadãos e organizações (PIZARRO; DAVOK, 2008). A vista disso, é exigido “profissionais cada vez mais capacitados, com competências e habilidades específicas (LONGO, 2014, p. 165).”

Os empregos que antes eram valorizados em seu aspecto físico, agora são reconhecidos por sua capacidade cognitiva, capacidade de processar e usar informação para atividades produtivas. Rubi *et al.* (2006, p.79) afirmam que, “o tripé informação, tecnologia e globalização e as mudanças no mercado de trabalho exigem profissionais da informação com novas funções sociais e perfis profissionais”. Na perspectiva de Oliveira:

A informação sempre agregou valor ao desenvolvimento das mais diversas atividades, no entanto, com a globalização e a expansão da internet a necessidade de obtenção e organização de informações tornou-se imprescindível e urgente. A possibilidade de identificar oportunidades e riscos, criar novos negócios, novos produtos ou serviços por meio da análise de informações transformou as informações, e os empregados que lidam com elas, em ativos importantes dentro das organizações (OLIVEIRA, 2011, p. 75).

Em interessante pesquisa sobre o tema, a Fundação João Pinheiro aponta as algumas das principais características do novo padrão tecnoeconômico de produção: (a) crescente complexidade das novas tecnologias, crescentemente mais intensivas em informação e conhecimento; (b) aceleração do processo de geração de novos conhecimentos e de difusão de inovações; (c) novos métodos de pesquisa e desenvolvimento, em que os sistemas de base eletrônica assumem papéis cada vez mais importantes tanto na geração de novos conhecimentos como na aquisição de conhecimentos já existentes e desenvolvimento de novas configurações; (d) aprofundamento do nível de conhecimentos tácitos (não codificáveis e específicos de cada unidade produtiva e de seu ambiente), resultando na necessidade de

investimentos nas atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos; (e) mudanças profundas na forma de gestão e de organização das empresas no sentido de permitir maior flexibilidade e integração de suas funções (pesquisa, produção, administração, *marketing* etc.), bem como de ampliar os níveis de interligação com outros atores (usuários, produtores, fornecedores e prestadores de serviços, outras organizações); e (f) exigência de novas estratégias, políticas e formas de intervenção governamental, para forjar a consolidação de um sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) eficiente e maduro (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010).

Diante desse panorama organizacional, as unidades de informação, em especial os Arquivos, Bibliotecas e Museus, devem caminhar em busca de acompanhar, moldar e refletir sobre seu desempenho para atender a demanda do ambiente em que atuam, proporcionando serviços e produtos diversos. Essas organizações atuam com processos que abrangem a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações, cada uma com seu modo de operação específico, e se destacam como organizações dinâmicas que visam fornecer serviços e obter como lucro a utilização de informação tanto nos contextos qualitativo, quanto no quantitativo.

Convém pontuar que as unidades de informação são organizações, e como tal, devem ser tratadas em conformidade com as tendências dessa Sociedade. Longo (2014) salienta que na Sociedade da Informação e do conhecimento:

As organizações que pretendem ser competitivas e longevas precisam entender quais são suas reais fontes de riqueza e aprender a gerenciá-las de forma estratégica. Assim, aos profissionais da informação, não cabe mais apenas o papel de adquirir, processar e indexar documentos com o objetivo de disseminar informação. As unidades de informação se destacam como espaço privilegiado para o processo de aprendizagem individual. No entanto, o que deve ser esperado de uma unidade de informação é que ela se destaque como um espaço de aprendizagem coletiva, visto que se parte da premissa de que é no coletivo que se encontram as oportunidades para a criação do conhecimento que agrega valor a uma organização (LONGO, 2014, p. 168)

Neste sentido, tornou-se necessário profissionais com habilidades e competências para gerenciar informação e torná-la eficiente e utilizável para a geração de conhecimento. A execução de processos e a elaboração dos serviços e

produtos informacionais impõem requisitos aos profissionais da informação que nelas atuam, de um perfil que abrange: postura estratégica, de gestão e inovação.

Barbosa (2008, p. 43) afirma que “[...] o mercado precisa de profissionais polivalentes, que dominem o universo tecnológico e que sejam capazes, não só de organizar, mas principalmente de gerenciar seu acervo informacional”.

Posto isto, eleva-se a figura do profissional da informação, que de acordo com Dutra e Carvalho (2006) são os profissionais que podem fornecer as informações corretas, no momento correto, independente do suporte físico. De forma objetiva, o profissional da informação age na coleta, processamento, recuperação e disseminação de informação, bem como em atividades técnicas especializadas e de gestão concernentes ao trabalho diário das unidades de informação (DUTRA; CARVALHO, 2006). Segundo a perspectiva de Teixeira (2014):

Este profissional pode ser caracterizado como alguém que precisa estar sempre bem informado e atualizado (para lidar com informações e conhecimentos); relacionar-se bem com pessoas (visando gerenciar o conhecimento internalizado para externalizá-lo, para tanto terá que ser comunicativo); ser organizado (para lidar simultaneamente com grandes volumes de informações e conhecimentos); lidar bem com tecnologia (para gerenciar diversos suportes de informação e conhecimento facilitando o acesso aos mesmos (TEIXEIRA, 2014, p. 50).

É oportuno destacar que em pesquisa, Ferreira (2003) refletiu acerca da formação dos profissionais da informação, seu perfil de atuação diante do atual panorama do mercado de trabalho, e buscou retratar as necessidades e características dos profissionais para atuação efetiva. Os resultados obtidos mostraram que além de outros atributos específicos exigidos pelo mercado de trabalho, há também conhecimentos específicos sobre métodos, técnicas e ferramentas de GIC.

Barboza (2019) salienta que é o profissional da informação: o profissional cujas habilidades serão utilizadas para a gestão de toda a informação produzida interna e externamente nas organizações, e, a partir desta gestão, utilizada para as atividades, seja para melhoria de processos, inovação de produtos e serviços, ou para obtenção de vantagem competitiva no ambiente de negócio.

A GIC envolve essencialmente a compreensão de como as pessoas, a informação e o conhecimento se relacionam de forma dinâmica, em detrimento aos

procedimentos e/ou modelos de gestão baseados em conceitos e soluções técnicas, evoluindo assim para o processo de conhecimento. Dessa forma, conceitos complexos de GIC precisam ser compreendidos, e o planejamento e a organização das estruturas da informação e do conhecimento podem acessar os elementos que levam seus usuários a desenvolver práticas de informação e conhecimento, que, em última análise, permitem o surgimento de outros fatores relacionados à sua prática organizacional diária (SOUZA *et al.* 2011).

Valentim *et al.* (2014) apresentaram em pesquisa, as capacidades requeridas pela GI e GC (Quadro 8), uma vez que o profissional da informação deve possuir habilidades específicas para atuar sobre informação e conhecimento.

Quadro 8 – Capacidades requeridas ao indivíduo pela GI e GC

Gestão da Informação	Gestão do Conhecimento
Necessidades de informação: capacidade de identificar o que se deseja saber, por quê se precisa saber, qual é o enfoque, o que já se sabe, o que se espera descobrir, de que maneira o resultado pode ajudar	Obtenha: capacidade de as pessoas construírem o conhecimento de que necessitam.
Aquisição de informação: capacidade de perceber a extensão e a diversidade do foco da necessidade, de reconhecer as próprias limitações cognitivas e de identificar e monitorar fontes de informação.	Utilize: capacidade de as pessoas criarem soluções inovadoras voltadas aos clientes.
Organização e armazenamento da informação: capacidade de interagir com os sistemas organizacionais e de reconhecer as representações com que a informação foi processada.	Aprenda: capacidade de as pessoas desenvolverem o próprio capital intelectual proveniente da aprendizagem individual.
Produtos e serviços de informação: capacidade de perceber a qualidade do serviço e/ou produto informacional em relação às necessidades informacionais.	Contribua: capacidade de as pessoas e as equipes contribuírem, por meio de ideias e informações, com base no conhecimento organizacional.
Distribuição de informação: capacidade de disseminar informações relevantes no momento certo, para as pessoas certas, em formatos adequados.	Avalie: capacidade de avaliar o conhecimento gerado e identificar o que pode ser melhorado e se este está obtendo o impacto desejado.
Uso de informação: capacidade de usar informações para construir conhecimento, tomar decisões e agir sobre uma determinada situação organizacional.	Construa e mantenha: capacidade de as pessoas aprimorarem o processo de construção de conhecimento e de mantê-lo.
Comportamento adaptativo: capacidade de avaliar, ressignificar e retroalimentar o processo.	Descarte: capacidade de as pessoas identificarem o que de fato é relevante, descartando o que não possui mais valor.

Fonte: Valentim *et al.* (2014, p. 222-223).

Essas características são imprescindíveis no mercado contemporâneo altamente competitivo e fazem parte das competências e habilidades que as

universidades e instituições acadêmicas devem possibilitar aos novos profissionais da informação, a partir dos cursos de graduação, aplicáveis à realidade moderna dentro de planos específicos (LONGO, 2014).

Esse contexto nos faz pensar em uma questão: como tem sido refletido o currículo na formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos, enquanto gestores da informação e do conhecimento? Uma vez que, na sociedade contemporânea é necessário não só saber trabalhar com a informação, mas também usar o conhecimento que está na mente das pessoas, para que as tomadas de decisões se transformem em diferencial competitivo para as unidades de informação. Na ótica de Sanfelice:

O currículo escolar é sempre produto de um contexto histórico determinado que, tendencialmente, será alterado quando as conjunturas socioeconômicas e político culturais se transformarem, dentro de um processo mais geral de permanências e mudanças da sociedade como um todo (SANFELICE, 2008, p. 2).

Conforme Lunardelli *et al.* (2019), um currículo escolar tem a função norteadora das atividades acadêmicas, cujos elementos de conhecimento, a sistematização e interpretação do conteúdo a ser ensinado e aprendido se materializam.

As IES verdadeiramente comprometidas com a qualidade do ensino precisam de um currículo dinâmico e flexível que permita a utilização de métodos interdisciplinares, transdisciplinares e multidisciplinares, que possam estimular a reflexão e problematização dos diversos conteúdos abordados. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a importância da atualização e adaptação constantes do currículo acadêmico aos momentos sociais e históricos vividos, tendo em vista que os aspectos ensino e realidade de trabalho precisam ser alinhados (LUNARDELLI *et al.*, 2019).

Contudo, compreendemos que a formação desses futuros profissionais da informação não é apenas responsabilidade dos docentes e coordenadores dos referidos cursos, mas igualmente do próprio discente, que deve buscar uma formação teórica e prática de alta qualidade, o que significa buscar a inclusão de disciplinas que ajudem a melhorar a qualidade da formação e a construir um perfil profissional que atenda às exigências da atual sociedade da Informação e Conhecimento. Barboza (2019, p. 92) reflete que:

Cabe ao futuro profissional refletir sobre suas novas possibilidades de atuação, e se fazer entender dentro da academia, com novos constructos, se de fato quer ser reconhecido como integrante do rol de profissionais denominados como profissional da informação.

Portanto, no sentido de buscar estabelecer no cotidiano da organização e da sociedade, o papel fundamental da gestão e dos gestores da informação e do conhecimento no desenvolvimento da organização e da sociedade, o debate deve ser constante. Isso precisa ser feito no desenvolvimento contínuo da pesquisa curricular de graduação e pós-graduação, na revisão dos currículos de várias disciplinas voltadas para a formação de profissionais da informação e na integração entre a universidade e o mercado de trabalho para tornar a formação e o desempenho consistentes (BARBOZA, 2019).

Nessa linha de pensamento, Duarte *et al.* (2020) apresentam a consolidação da disciplina GIC nos cursos de mestrado e doutorado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, cujos conteúdos disciplinares incluem diversas abordagens teóricas e emergentes no contexto da GIC. Nessas abordagens são contempladas a competência em informação, inteligência organizacional, cultura informacional, gerenciamento estratégico da informação, fluxo da informação, comportamento organizacional, aprendizagem organizacional e conhecimento organizacional.

Em etapa posterior de pesquisa Duarte *et al.* (2020) identificaram as tendências inovadoras abordadas na produção científica sobre GI e GC no Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e no periódico Perspectivas em Gestão & Conhecimento, no período de 2018 a 2019. Na análise da produção científica veiculada no ENANCIB, as abordagens indicam caminhos para o incentivo ao compartilhamento do conhecimento, aprendizagem organizacional, relacionamentos em redes, a cultura organizacional, os processos de conhecimento, competências, fluxos de informação, a educação corporativa, o trabalho em equipe e o uso de ferramentas. A produção científica veiculada no periódico “Perspectivas em Gestão & Conhecimento” indica em ordem de prioridade, o incentivo ao compartilhamento de conhecimento, a cultura organizacional, processo do conhecimento, aprendizagem organizacional, a memória organizacional, os relacionamentos em redes, a educação corporativa, competência e a auditoria do conhecimento.

No âmbito da produção científica analisada, as tendências inovadoras se canalizam para a intensificação do compartilhamento do conhecimento, da aprendizagem organizacional, da cultura organizacional, dos relacionamentos em redes e dos processos de conhecimento.

Souza (2001) frisa que a atuação dos profissionais da área social, em especial os gestores de arquivos, bibliotecas e museus, depende da forma como esses profissionais se preparam na academia, como se relacionam e compreendem a realidade que os cerca, de como foram orientados sobre os obstáculos que devem superar para alargar cada vez mais o seu âmbito de funções, ou seja, está cada vez mais orientado para implementação de inovações, para que pessoas de todas as classes sociais menos protegidas pelas autoridades, desamparadas sócio politicamente, possam integrar-se na sociedade e tornarem-se cidadãos.

Mediante o exposto, é imperativo que a formação dos profissionais da informação, esteja apoiada nas práticas e modelos da GIC. É essencial que arquivistas, bibliotecários e museólogos adquiram conhecimentos sobre GI e GC inseridos no âmbito do currículo universitário durante o processo de formação.

Santa Anna (2015) considera os arquivos como espaços destinados à produção e disseminação da informação, pois são nessas unidades de informação que se realizam a guarda, conservação e manuseio da informação produzida por um organismo e que essas unidades de informação são responsáveis diretas por promover a prática GI e de GC. O autor assevera que a GI e a GC capacitarão o arquivista a exercer atividades de um intermediador entre a informação explícita e sua agregação ao conhecimento tácito, viabilizando a construção de inovações, ou seja, atuar como um elo entre as necessidades de conhecimento e fontes de informação disponíveis, bem como, na utilização de técnicas de engenharia de mídia social para permitir a identificação de provedores de conhecimento se serão capazes de contribuir para atender às necessidades de conhecimento requeridas pela comunidade.

Na ótica de Araújo (2015) a GI e a GC auxiliarão o arquivista a gerir a informação em variados suportes, a aprimorar seus conhecimentos a fim de suprir as necessidades que o mercado de trabalho requer.

Conforme Rossi *et al.* (2017) a GIC influencia na melhoria da qualidade dos serviços e produtos da biblioteca por meio de processos que objetivam à organização do conhecimento, em decorrência da prática de suas atividades. Almeida (2018) pontua que a GIC apoia aos bibliotecários no processo de sistematização de suas

atividades, no uso de estratégias e elaboração dos planejamentos requeridos à execução das atividades do ciclo informacional, assim como, na construção de uma conduta flexível, no bom atendimento e na satisfação das necessidades dos usuários.

Segundo Carvalho (2005) ao focalizar os museus de acordo com suas funções, constata-se que são instituições intimamente relacionadas à informação contida em suas coleções e espécies. A autora acrescenta que um dos principais usos do público para os museus é a busca por informações especializadas, portanto, a função de museólogos e cientistas da informação é gerir o conteúdo dessas informações para sua efetiva recuperação.

Sob essa perspectiva Ceravólo e Tálamo (2007) salientam que um dos aspectos importantes da GIC em um museu é classificar, organizar e preservar as informações de seu acervo, com o objetivo de preservar e fazer com que memórias de um povo sejam compartilhadas.

Acrescenta-se a utilização da GI e da GC em Museus como estratégia para a organização e execução de exposições, uma vez que exige do gestor uma gama de informações para a tomada de decisões assertivas sobre qual exposição trazer para um museu, avaliar a necessidade e qual exposição tem atraído o maior número de visitantes às instituições culturais, como também tem aproximado os museólogos das TIC's como forma de atender a públicos cada vez mais ávidos por inovação tecnológica (CARVALHO, 2005).

Nesse contexto, considerando a importância do papel da informação e do conhecimento no mercado de trabalho contemporâneo, observa-se que o espaço profissional dos profissionais da informação não é mais simplesmente garantido por serem arquivistas, bibliotecários e museólogos. Mas sim, por reunirem um conjunto de competências e habilidades, que lhes proporcione gerenciar a informação e o conhecimento como recursos. Portanto, eles não devem estar apenas preparados para executar tarefas técnicas como faziam outrora, mas sobretudo, liderar e interagir com equipe de trabalho, identificar e usar as competências e habilidades que possuem para promover uma GIC de maneira eficaz.

Espera-se que os egressos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, aliados à realidade imposta pelo mundo do trabalho, possam reunir competências básicas ainda durante sua formação para o seu bom posicionamento no processo de GIC no contexto organizacional. Na seção, a seguir apresentamos a trilha metodológica empregada para este estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apontados os pressupostos metodológicos que orientaram o estudo, assim como os instrumentos de coleta de dados escolhidos, a abordagem e os instrumentos que são empregados na interpretação e inferência das informações coletadas. Severino (2017) compreende o método como um conjunto de procedimentos concretos e técnicas operacionais de uma investigação que permitem o acesso às relações causais entre os fenômenos, e que possui por finalidade mais específica à produção de dados e as explicações. Por técnicas, o mesmo autor entende como sendo instrumentos mais focados que operacionalizam os métodos, por meio da utilização de instrumentos apropriados.

Seguindo essa perspectiva, Prodanov e Freitas (2013, p. 14) conceituam metodologia como “a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Seguindo essa orientação, na subseção seguir, discorreremos acerca da caracterização da pesquisa, o seu universo, bem como os instrumentos de coleta e o método de análise dos dados.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A partir da questão norteadora que gerou a pesquisa ***“Que conteúdos são abordados nas disciplinas GI e/ou GC nas matrizes curriculares dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas do Brasil?”***, foi estabelecido o objetivo desse estudo, qual seja, *“analisar as abordagens da disciplina gestão da informação e do conhecimento nas matrizes curriculares dos Cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das Instituições de Ensino Superior públicas no Brasil.*

O universo da pesquisa corresponde a 71 cursos de graduação, sendo 16 (dezesseis) cursos de Arquivologia, 41 (quarenta e um) cursos de Biblioteconomia e 14 (quatorze) cursos de Museologia ofertados nas IES públicas brasileiras.

Quanto a sua natureza pode ser considerada como uma pesquisa aplicada, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51) “objetiva gerar conhecimentos para

aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Quanto aos objetivos, corresponde a um estudo exploratório – descritivo. Segundo Prodanov e Freitas (2013) as pesquisas descritivas em conjunto com as pesquisas exploratórias são as que, frequentemente, executam os pesquisadores sociais que atentam com a prática.

No que concerne ao tipo de abordagem, caracteriza-se como sendo de abordagem quanti-qualitativa, que conforme Souza e Kerbauy (2017) expressam, essa confluência de metodologias distintas em uma mesma pesquisa -, as abordagens quantitativa e qualitativa inter-relacionadas - faz-se necessário, a fim de que se alcance a compreensão total da realidade estudada.

Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como um estudo do tipo documental realizado no ambiente da *web*. Gil (2008) explica que, os procedimentos técnicos empregados nas pesquisas, fornecem ao pesquisador os recursos apropriados para assegurar a objetividade e precisão dos estudos nas Ciências Sociais. Conforme Witter (1990), a pesquisa documental é aquela cujos objetivos ou hipóteses podem ser examinados por meio da análise de documentos, bibliográficos ou não, requerendo procedimentos metodológicos (coleta, organização, análise de dados) compatíveis com os documentos.

As fontes documentais são, por várias vezes, capazes de proporcionar ao pesquisador dados de quantidade e qualidade relevantes, para evitar a perda de tempo com levantamentos de dados feitos diretamente com os indivíduos, e, em muitos casos, a realização de uma pesquisa social só é possível por meio do uso de documentos (GIL, 2008). Garcia Junior, Medeiros e Augusta (2017, p. 143) destacam que “os documentos estão ligados às suas realidades sociais e dizem muito a respeito das sociedades aos quais foram ou estão inseridos”.

Os documentos em formato eletrônico que são analisados correspondem aos PPC, grades/matrizes curriculares, ementários e planos de ensino dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil.

Para o alcance dos objetivos pretendidos na pesquisa, foram definidos os métodos, técnicas e instrumentos utilizados para a coleta de dados, assim como os procedimentos de análise dos dados para a construção do trabalho descritos na subseção a seguir. Posto isto, discorreremos acerca dos instrumentos de coleta dos dados na subseção a seguir.

3.2 Instrumentos de Coleta de Dados

Marconi e Lakatos (2003, p. 165) expressam que a fase da coleta dos dados “é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Os autores também informam que vários são os procedimentos para a realização da coleta de dados, tais procedimentos variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação e requerem do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além de meticoloso registro dos dados (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os dados relativos ao levantamento dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ofertados nas IES públicas do Brasil, foram coletados na plataforma e-MEC de Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. A plataforma e-MEC é a base de dados oficial do MEC, de informações concernentes às Instituições de Educação Superior e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino, que disponibiliza a relação organizada das IES no Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

A busca foi realizada na opção de “Busca avançada”, em seguida preenchemos as informações quanto ao curso, selecionamos a modalidade “Presencial e à distância”, o grau “Bacharelado e Licenciatura” e pôr fim a situação “Em atividade”. Após o mapeamento dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ofertados nas IES públicas do Brasil buscamos nos *sites* das IES os dados relativos à matriz curricular, estrutura curricular, planos de ensino, ementário e PPCs e neles as disciplinas GI, GC e/ou GIC.

Em seguida a identificação das disciplinas, enviamos *e-mails* às coordenações e secretarias dos cursos, nos endereços eletrônicos informados nos *sites* das IES, ao fim de confirmar os dados disponibilizados e nos casos em que não eram disponibilizados nos sites das IES, eles foram solicitados.

Este procedimento foi essencial uma vez que, por meio dele, foi possível verificar a existência de cursos de Biblioteconomia que estavam incluídos na listagem recuperada na plataforma e-MEC, no entanto o curso era inexistente.

Para minerar as disciplinas identificadas realizamos um estudo das ementas para identificação das abordagens das disciplinas de GI ou GC ofertadas nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia das IES públicas brasileiras, para tanto, utilizamos a Técnica de Análise de conteúdo, descrita na próxima seção.

Vale ressaltar que toda a coleta na plataforma *e-MEC* ocorreu no mês de fevereiro de 2021. Assim como a coleta dos documentos analisados junto aos *sites* das Universidades, o envio/retorno dos *e-mails* às coordenações aconteceram no período de fevereiro a maio de 2021.

3.3 Interpretação e Análise dos Dados

Para Gil (2008, p. 156) a análise dos dados “tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”.

Para organização e análise dos dados deste estudo foi adotado o método de Análise de Conteúdo, por ter analisado os conteúdos dos documentos coletados via *web*, tendo como referência a obra de Laurence Bardin (2011), que o define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (BARDIN, 2011, p. 38).”

De acordo com Bardin (2011) o principal atributo/propósito da análise de conteúdo é a inferência. Partindo do pressuposto de que o índice de frequência é utilizado como pilar de inferência, é compreensível que os resultados da análise pudessem evidenciar a tendência ou características da comunicação, o que no caso da presente pesquisa, referem-se aos planos de ensino, ementas das disciplinas e planos pedagógicos dos cursos. Ou seja, perceber quais os conhecimentos sobre métodos, técnicas e ferramentas de GI e de GC, os discentes dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia estão adquirindo em sua formação.

Bardin (1979) ainda destaca que a intenção não está meramente na descrição dos conteúdos, mas sim, no que esses conteúdos informaram depois de tratados em relação a “outras coisas”, como, *no caso dessa pesquisa*, as novas exigências requeridas pelo mercado de trabalho. A mesma autora recomenda três fases fundamentais para realização da análise de conteúdo: a pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos resultados, conforme é apresentado no esquema do Quadro 9.

Quadro 9 – Etapas da Análise de Conteúdo

Pré-análise	Organização do material: selecionar documentos (<i>corpus de análise</i>), formular hipóteses e / ou metas e desenvolver indicadores que apoie a inferência final.
Exploração de material	- Pesquisa em profundidade sob a orientação de pressupostos e referenciais teóricos. - Desenvolver indicadores para orientar a interpretação dos resultados: seleção das unidades de contagem (código), seleção das diretrizes de contagem (classificação) e seleção de categoria (classificação).
Tratamento, inferência e interpretação dos dados	Interpretação referencial – Inferir e interpretar as relações estabelecidas nos documentos. Desvendar os conteúdos manifestos nos documentos.

Fonte: Adaptado de Bardin (2011).

Para Bardin (2011), a fase de **pré-análise** é a fase de organização dos documentos que constituiu *corpus* de pesquisa e análise. Ou seja, foi a fase em que foram desenvolvidos os procedimentos preparatórios para a análise. Essa fase é composta de quatro etapas: (a) Leitura flutuante, isto é, estabelecer contato com os documentos coletados, momento em que se iniciou o conhecimento acerca dos textos; (b) A seleção dos documentos, incluindo delimitar o conteúdo a ser analisado; (c) Propor hipóteses e objetivos; (d) Citar a formulação de índices e construir os indicadores. Envolveu o estabelecimento de indicadores por meio dos recortes dos textos dos documentos que foram analisados (BARDIN, 2011).

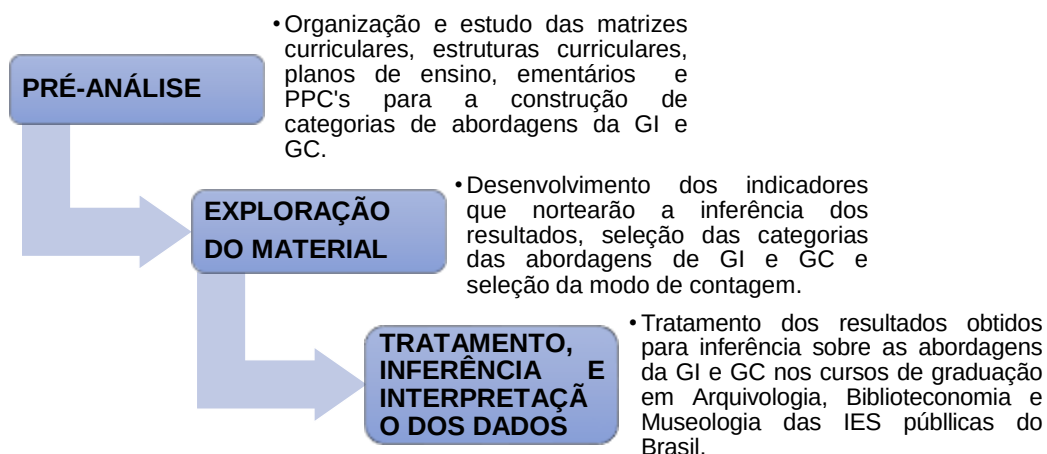
A **exploração de material** consistiu na segunda etapa, que conforme Bardin (2011) incluiu a exploração do material do *corpus* de análise, em que o pesquisador realizou a tarefa de leitura atenta de toda a documentação para codificar, classificar e categorizar as informações incluídas nos documentos, orientado pelo referencial teórico, a fim de tornar possível as inferências e interpretações possíveis.

Para a autora a codificação corresponde ao tratamento do material, ou seja, uma transformação dos dados brutos do texto, realizadas segundo regras definidas, que por recorte – escolha das unidades de registro e de contexto -, enumeração – escolha das regras de contagem -, e agregação – escolha das categorias -, possibilitam alcançar uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, apta de

esclarecer ao pesquisador sobre as especificidades do texto, que podem servir de índice (BARDIN, 2011).

A terceira etapa da análise de conteúdo envolve o **tratamento, inferência e interpretação dos dados**, consiste em interpretar os resultados obtidos por meio da inferência, que é uma espécie de interpretação controlada que pode “apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor (BARDIN, 2011, p. 133)”. Para este estudo, as fases da análise de conteúdo se caracterizam da seguinte maneira:

Figura 5 – Fases da análise de conteúdo da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Na realização da fase de **pré-análise**, após coletadas as fontes de informação como as matrizes curriculares, estruturas curriculares, planos de ensino, ementários e projeto pedagógico de cursos, esses foram organizadas sistematicamente e estudados para a identificação da oferta das disciplinas e para a construção de categorias das abordagens dos conteúdos de GI e GC, buscando formar as categorias pré-estabelecidas.

Na **exploração do material**, foram definidas as categorias, indicadores e o modo de contagem (frequência) da pesquisa para oportunizar a análise das abordagens dos conteúdos das disciplinas de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas brasileiras.

Os textos das ementas e programas das disciplinas, foram recortados em unidades de registro. Foram tomados como unidades de registro, os conteúdos de cada programa das disciplinas, assim como as ementas. Desses conteúdos, as palavras-chaves foram identificadas, e feitos os resumos para efetuar uma primeira categorização. As primeiras categorias, foram reunidas de acordo com temas relacionados, que deram início às categorias iniciais. As categorias iniciais foram agrupadas por temas, resultando em categorias intermediárias, que também foram agrupadas de acordo com a ocorrência dos temas, e por fim formaram a categoria final.

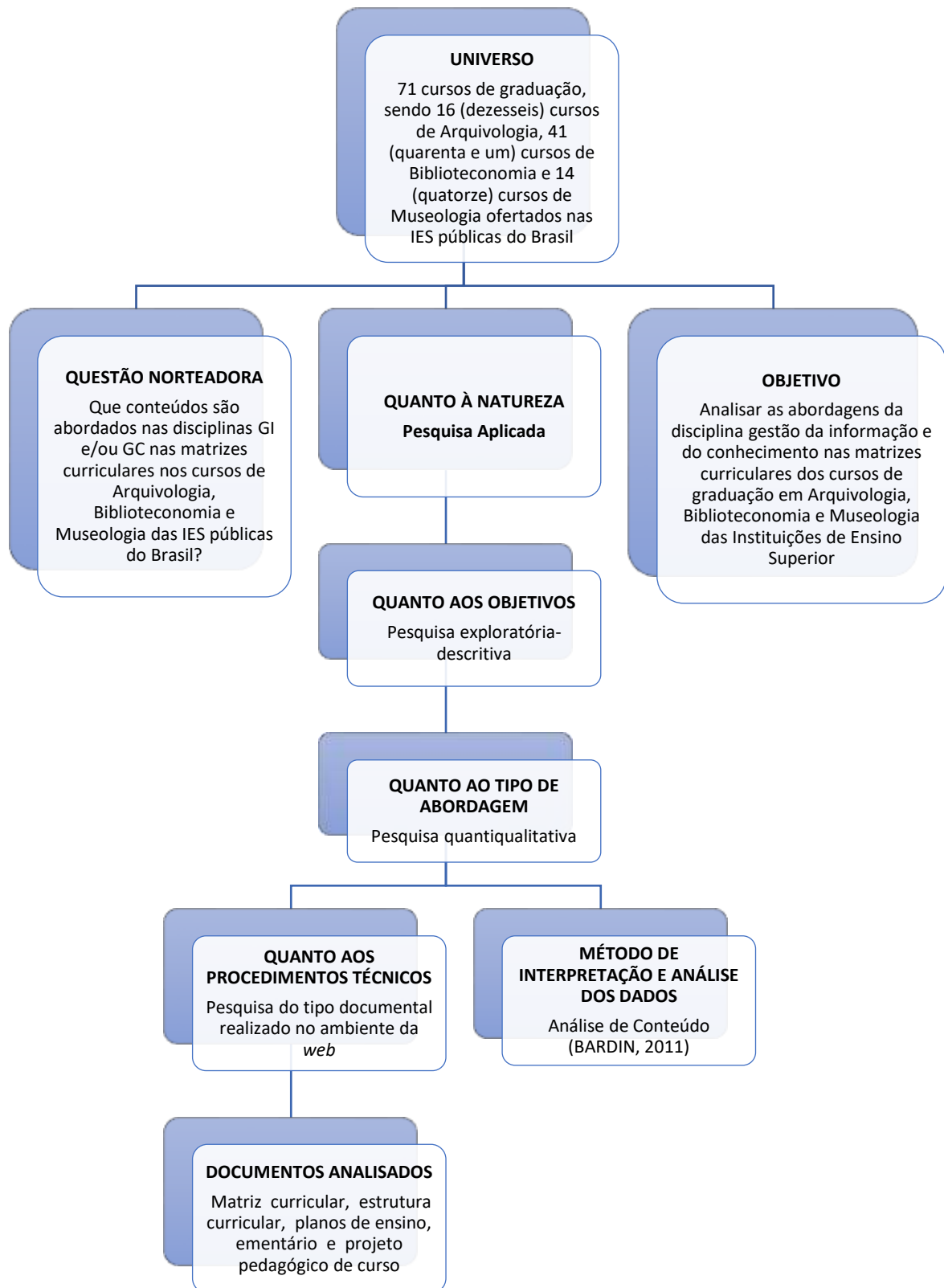
Bardin (2011, p. 104) descreve as unidades de registro como “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento do conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem de frequência”, podendo ser a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento ou o documento, e as unidades de contexto (BARDIN, 2011 p. 107) como “unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são ótimas para que se possa compreender a significação exata das unidades de registro.” Em seguida a escolha das unidades de registro e contexto, foi feita a escolha da enumeração, isto é, o modo de contagem, que pode ser realizado por meio da presença (ou ausência), frequência, frequência ponderada, intensidade, direção, ordem e co-ocorrência (análise de contingência) (BARDIN, 2011). Destaca-se que o modo de contagem/enumeração escolhido para a pesquisa foi a de frequência.

Após a enumeração, foi realizada a categorização, que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos (BIARDIN, 2011, p. 117)”. Tais critérios podem ser semântico, sintático, léxico ou expressivos.

O sistema de categorias e dos indicadores amparou a terceira fase da análise de conteúdo de Bardin (2011) - *tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação* – que serão expostos no capítulo seguinte e foram analisados sob o prisma da fundamentação teórica, que desenvolve a temática deste estudo.

Para um melhor entendimento do percurso metodológico adotado na pesquisa, uma síntese foi elaborada e apresentada na Figura 6, construída por meio do recurso de construção de elementos gráficos *SmartArt* do aplicativo *Microsoft Word*:

Figura 6 – Percurso metodológico trilhado na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Acredita-se que o percurso metodológico foi conduzido de forma adequada em função da questão norteadora e objetivos definidos para a condução da pesquisa, e que sua caracterização, instrumentos de coleta e procedimentos de análise e inferência dos dados estão em consonância com as premissas de um estudo científico.

4 RESULTADOS DE PESQUISA E SUAS ANÁLISES: abordagens da Gestão da Informação e da Gestão do Conhecimento nos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas do Brasil

Para atingir os objetivos desta pesquisa, os dados coletados e ordenados são os seguintes:

a) Dados coletados na Plataforma *e-MEC* do Ministério da Educação concernentes aos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ofertados nas IES públicas do Brasil;

b) Dados coletados junto aos PPC's, matriz curricular, ementários e planos de ensino relacionados às disciplinas de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia ofertados nas IES públicas do Brasil. O critério de seleção utilizado foi que as disciplinas contivessem em seus títulos os termos 'Gestão da Informação', 'Gestão do Conhecimento' ou "Gestão da Informação e do Conhecimento";

c) Dados coletados nas ementas das disciplinas identificadas referentes às abordagens de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas do Brasil.

Primeiramente apresentam-se os dados coletados referentes ao curso de Arquivologia, em seguida o curso de Biblioteconomia e Museologia, respectivamente.

4.1 Arquivologia

A investigação iniciou com a identificação dos cursos de Arquivologia das IES públicas brasileiras. Conforme o levantamento realizado na plataforma *e-MEC*, identificamos a oferta de 16 cursos de graduação em Arquivologia que estão apresentados no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 – Cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil

Nº.	Instituição (IES)	Nomenclatura	Categoria Administrativa	Região
1	Universidade de Brasília (UnB)	Arquivologia	Pública Federal	Centro-Oeste
2	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Arquivologia	Pública Estadual	Nordeste
3	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Arquivologia	Pública Estadual	Sul

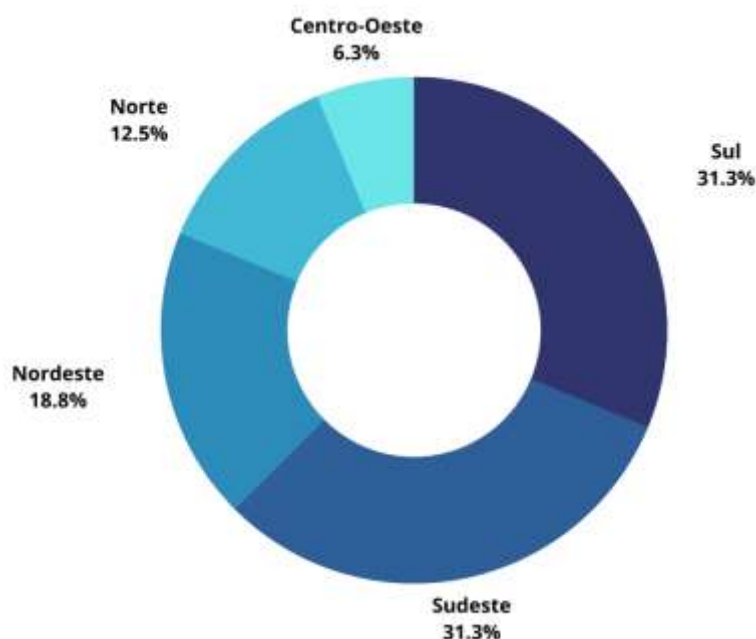
4	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Arquivologia	Pública Estadual	Sudeste
5	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Arquivologia	Pública Federal	Nordeste
6	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Arquivologia	Pública Federal	Nordeste
7	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Arquivologia	Pública Federal	Sudeste
8	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Arquivologia	Pública Federal	Sul
9	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Arquivologia	Pública Federal	Sul
10	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Arquivologia	Pública Federal	Norte
11	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Arquivologia	Pública Federal	Sudeste
12	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Arquivologia	Pública Federal	Sudeste
13	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Arquivologia	Pública Federal	Norte
14	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Arquivologia	Pública Federal	Sul
15	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Arquivologia	Pública Federal	Sul
16	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Arquivologia	Pública Federal	Sudeste

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os cursos de Arquivologia identificados formam, em sua totalidade, bacharéis em Arquivologia. Quanto a sua categoria administrativa, do total de 16 cursos identificados, 13 (81,25%) são ofertados em IES Públicas Federais e 3 (18,75%) em IES Públicas Estaduais. As três IES Públicas Estaduais que ofertam o curso de Arquivologia são a UEPB, UEL e UNESP.

Uma observação importante é que de acordo com a plataforma e-MEC, os 16 cursos mapeados são oferecidos na modalidade presencial. No que concerne a distribuição geográfica dos cursos de Arquivologia, identificamos a presença nas cinco regiões brasileiras, Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Distribuição geográfica dos cursos de graduação em arquivologia das IES Públicas do Brasil



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Podemos observar mediante os dados expostos no Gráfico 1, que as regiões Sul e Sudeste concentram o maior quantitativo de cursos de Arquivologia, 31,3% (5) em cada região, em seguida vem região Nordeste com 18,8% (3), a região Norte com 12,5% (2) e por fim a região Centro-Oeste com a oferta de um curso de Arquivologia.

Descritos os cursos de Arquivologia das IES Públicas brasileiras e observados a categoria administrativa e a distribuição geográfica desses, seguimos a exploração junto aos títulos das disciplinas que compõem os currículos acadêmicos e os PPC's dos cursos e colheram-se as disciplinas GI e/ou GC apresentadas no Quadro 11, a seguir:

Quadro 11 – Disciplinas de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil.

Nº.	Instituição (IES)	Quant.	Disciplina	Modalidade
1	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	1	Gestão do Conhecimento	Optativa
2	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	2	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
3	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	3	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória

4	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	4	Gestão da Informação e do Conhecimento	Optativa
		5	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento A	Optativa
		6	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento B	Optativa
		7	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento C	Optativa
		8	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento D	Optativa
5	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	9	Gestão da Informação Pública	Optativa
		10	Gestão da Informação e do Conhecimento	Optativa
7	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	11	Gestão da Informação Arquivística	Obrigatória
		12	Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento	Optativa
8	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	13	Gestão do Conhecimento	Obrigatória

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Conforme os dados apresentados no Quadro 11, foram identificadas 13 disciplinas de GI e/ou GC nos 7 cursos mapeados como ofertantes dessas disciplinas, sendo 9 disciplinas ofertadas na modalidade optativa, o que corresponde ao percentual de 69,23% das disciplinas e 4 disciplinas ofertadas na modalidade obrigatória, o equivalente a 30,77% do total de disciplinas. Os cursos da UEL, UFBA, UNB, UFSM, UFAM, UFES, UFPA, FURG e UFF não ofertam disciplinas GI e/ou GC em seus currículos acadêmicos.

De acordo com o PPC do curso de Biblioteconomia da UFMG, há a oferta de 4 disciplinas na modalidade optativa: GIC e Tópicos especiais em Gestão da Informação e do Conhecimento A, B, C e D. Salienta-se que as disciplinas Tópicos especiais em GIC A, B, C e D são disciplinas de caráter de atualização de conhecimento e não têm ementa predefinida, sendo oferecidas com conteúdos variáveis, conforme as demandas que se apresentam no curso, bem como a pertinência com a pesquisa e extensão desenvolvidas na IES. Destaca-se que o emprego dos códigos A, B, C, D, representam a carga horária de 15h, 30h, 45h ou 60h, respectivamente.

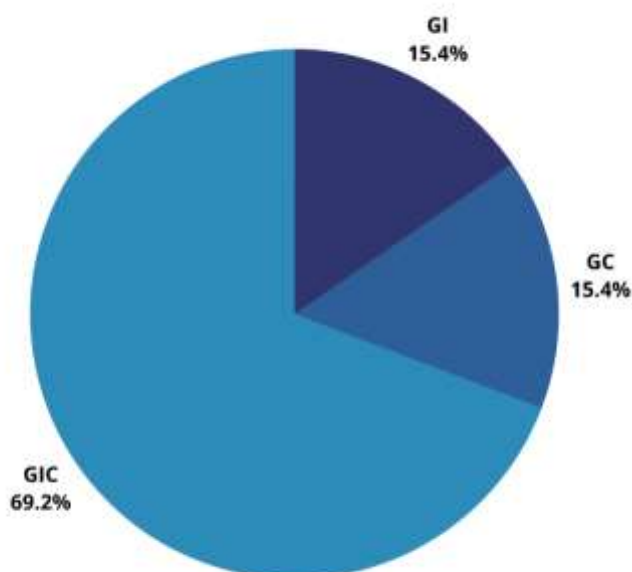
Salienta-se também que as disciplinas Tópicos especiais em GIC A, B, C e D quando ofertadas no curso de Arquivologia da UFMG, já abordaram temas como Barreiras na Comunicação da Informação, Barreiras ao acesso à informação, Bases de dados aplicados à gestão, preservação e acesso a acervos, Gestão estratégica em arquivos correntes, Arquivos escolares universitários, Arquivos pessoais, Fontes de informação Jurídica, Fontes de informação e mídias alternativas, Livros raros: coleções e conservação e Gestão da Documentação Arquivística.

A UNIRIO oferece duas disciplinas de GI e/ou GC: Gestão da Informação arquivística, ofertada na modalidade obrigatória e Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento, ofertada na modalidade optativa, assim como a UFSC: Gestão da Informação Pública e Gestão da Informação e do Conhecimento, ambas ofertadas na modalidade optativa.

A partir destes dados, podemos afirmar que os cursos de Arquivologia dos IES listadas no Quadro 11, em detrimento das IES onde os cursos não possuem em seus currículos as disciplinas de GI e/ou GC, alcançam a necessidade de preparar para o mercado de trabalho, arquivistas polivalentes, que dominem o universo tecnológico e que sejam capazes, não só de organizar, mas principalmente de gerenciar seu acervo informacional, como já expresso por Barbosa (2008).

Por meio dos dados expostos no Quadro 11, observa-se que há disciplinas voltadas para a GI, para a GC e para a GIC, sendo 9 disciplinas com abordagens voltadas para a GIC, 2 disciplinas com abordagens voltadas a GC e 2 disciplinas com abordagens voltadas a GI, conforme apresenta o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Enfoque das abordagens das disciplinas GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O Gráfico 2 evidencia o enfoque das disciplinas GI e/ou GC nos cursos de Arquivologia das IES públicas brasileiras e torna perceptível a tendência voltada a abordagem integrada das duas gestões. A abordagem com enfoque para a GIC corresponde a 69,2% das disciplinas, enquanto as disciplinas com enfoque apenas para a GC ou para a GI correspondem a 15,4% cada.

Infere-se que os cursos de Arquivologia que possuem em seus currículos as disciplinas com a abordagem integrada detêm o entendimento que a GI e a GC são interdependentes, mas complementares, ou seja, a GI e a GC se relacionam, e há uma interdependência entre elas, uma vez que se o conhecimento gerado não for explicitado, não há informações para gerenciar, ou seja, a GC promove a GI, que por sua vez impulsiona a GC, em um processo cíclico e ininterrupto, conforme discorre Valentim (2008).

Mapeados os cursos de Arquivologia ofertados em IES públicas do Brasil, identificadas as disciplinas de GI e/ou GC, sua modalidade de oferta, além do enfoque dado às abordagens, seguimos à mineração das disciplinas para a identificação das abordagens que estão expostas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia das IES públicas do Brasil

Categorias	Frequência	Frequência relativa (%)
Aspectos conceituais introdutórios	14	16,1%
Gestão de Unidades de Informação	10	11,5%
Inteligência	9	10,3%
Políticas de Informação	9	10,3%
Uso de Ferramentas	7	8,0%
Gestão de Documentos	6	6,9%
Competências	5	5,7%
Processos do Conhecimento	5	5,7%
Sociedade da Informação e do Conhecimento	5	5,7%
Gestão de Coleções	4	4,6%
Profissional da Informação	3	3,4%
Aprendizagem	2	2,3%
Compartilhamento	2	2,3%
Cultura	2	2,3%
Segurança da Informação	2	2,3%
Fluxo de Informação	1	1,1%
Fontes de Informação	1	1,1%
Total de incidências	87	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Mediante os dados expostos na Tabela 1, verifica-se que as abordagens concernentes à Gestão da Informação e/ou Gestão do Conhecimento nos cursos de graduação em Arquivologia das IES Públicas nacionais são abordagens centradas no ensino dos “Aspectos **conceituais introdutórios**”, com um destaque de 16,1%. Nesta categoria abordam as definições de dados, informação e conhecimento, a Teoria da Informação, os tipos de informação e do conhecimento, os modos de conversão do conhecimento e o valor da informação e do conhecimento nas organizações. Abordam conjuntamente a evolução histórica, principais definições e dimensões da GI e da GC, a relação existente entre elas e a distinção entre Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento.

Deste modo, infere-se que as ementas das referidas disciplinas apresentam uma incidência relevante no que diz respeito aos conceitos e fundamentos da GI e da GC e aos elementos que as constituem. Ressalta-se que quanto melhor compreendida nos currículos acadêmicos das IES, neste caso a Arquivologia, maior é a probabilidade dos arquivistas gerirem de maneira eficaz e eficiente os processos em torno de seleção, análise, organização, processamento, armazenamento,

avaliação, disseminação e utilização da informação, processos que permitem gerar conhecimento e satisfazer as necessidades dos cidadãos e organizações, que conforme apontado por Pizarro e Davok (2008) são processos que norteiam o desenvolvimento social, cultural e econômico contemporâneo.

A categoria “**Gestão de Unidades de Informação**” corresponde a 11,5%. São abordagens referentes a Gestão de Unidades de Informação Arquivística. Procuram ensinar aos discentes as especificidades inerentes à gestão do arquivo Corrente, Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente. Além de abordar o planejamento de gestão arquivística integrada objetivando gerar produtos e serviços de informação.

As categorias “**Inteligência**” e “**Políticas de Informação**” representam cada uma 10,3% do total das abordagens. A “Inteligência” se inserem abordagens referentes aos conceitos de competitividade, inteligência competitiva, como também os conceitos, modelos e técnicas de inteligência organizacional que podem ser aplicados para a geração de capital intelectual na organização. São abordagens penitentes nos currículos acadêmicos das disciplinas, posto que possibilitará ao aluno desenvolver capacidade de perceber situações em que poderá usar o conhecimento para melhorar o desempenho da organização, para permitir a resolução de problemas, criação de novos produtos e mudanças e melhorias de design, recordando as assertivas de Teixeira e Valentim (2016).

Já na categoria “Políticas de Informação” se inserem abordagens sobre políticas de acessibilidade à informação, as formas de gerenciamento de informações públicas para proporcionar seu acesso e uso, o direito autoral e direito à informação. Além de políticas de dados abertos, disponibilização de acervos em bancos de dados na Internet, acesso e disseminação da Informação Pública para fins de controle social e outros. Os alunos devem assimilar que um dos objetivos da Ciência da Informação é o de contribuir para a informação se tornar, cada vez mais, um elemento de inclusão social, oferecendo oportunidades de inclusão para pessoas, grupos e nações (FREIRE, 2006).

Em relação ao “**Uso de Ferramentas**” corresponde a 8%. Apresentam as ferramentas para a GC e o uso de Bancos de dados na gestão de documentos como ferramentas para a preservação, acesso e disseminação de acervos arquivísticos e museológicos. Compreender a importância e o uso das TIC's para o gerenciamento do seu acervo informacional é um aspecto importante na formação dos arquivistas,

dado que o mercado precisa de profissionais polivalentes, que dominem o universo tecnológico (BARBOSA, 2008).

A “**Gestão de Documentos**” incide em 6,9%. Encerram abordagens sobre os conceitos de Gestão de Documentos físicos e digitais, tipologia da documentação jurídica e digitalização e microfilmagem de documentos.

As categorias “**Competências**”, “**Processos do Conhecimento**” e “**Sociedade da Informação e do Conhecimento**” são destacadas como abordagens igualmente essenciais nos cursos de Arquivologia das IES públicas do Brasil, cada uma corresponde a 5,7% do total das abordagens.

As abordagens de “Competências” referem-se ao conceito e tipos de competências, individuais, gerenciais e organizacionais, e a adoção da Gestão de Competências. Destaca-se que são imprescindíveis abordagens que procurem desenvolver no arquivista competências para agir sobre o processo de busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento, e cabe as universidades e instituições acadêmicas possibilitar aos novos profissionais da informação essas habilidades e características, a partir dos cursos de graduação, aplicáveis à realidade moderna dentro de planos específicos (LONGO, 2014).

A abordagem “Processos do Conhecimento” abrange abordagens sobre os métodos e técnicas de GI como facilitadores da GC. E a “Sociedade da Informação e do Conhecimento” são abordagens sobre a Revolução da Tecnologia da Informação, a globalização e seus reflexos nos diversos aspectos da sociedade e reflexões relativas à exclusão digital na sociedade contemporânea. Conhecer como essa nova Era baseada em informação e conhecimento trouxe mudanças significativas nos contextos social, cultural e também na dinâmica da economia global (DAVENPORT; PRUSAK, 1998) é necessário para que os alunos possam compreender as exigências de novas competências, para o desenvolvimento de um perfil profissional de gestor da informação e do conhecimento.

A “**Gestão de Coleções**” (4,6%) abrange conceitos relacionados ao livro raro e coleções especiais, suas interrelações com a Bibliografia, Biblioteconomia e Bibliofilia, além conservação de acervos bibliográficos

A categoria “**Profissional da Informação**” (3,4%) incorpora abordagens relativas ao profissional da informação e a relevância do desenvolvimento de um perfil de Gestor da Informação. Abordagens que proporcionam aos discentes a reflexão acerca do desenvolvimento de um perfil de Gestor da Informação e do Conhecimento

demandando pelo mercado de trabalho na Sociedade da Informação e do Conhecimento é primordial, uma vez que ele deve possuir habilidades para a gestão de toda a informação produzida interna e externamente nas organizações, e, a partir desta gestão, utilizar para as atividades, seja para melhoria de processos, inovação de produtos e serviços, ou para obtenção de vantagem competitiva no ambiente de negócio, segundo assevera Barboza (2019).

As categorias **“Aprendizagem”**, **“Compartilhamento”**, **“Cultura”**, e **“Segurança da Informação”** correspondem cada uma a 2,3% do total das abordagens. Na categoria “Aprendizagem” é abordado o uso do conhecimento e a aprendizagem nas organizações. Mediante o que anteriormente citamos de Choo (2003) as organizações devem propiciar um ambiente de aprendizagem constante, deste modo, os arquivistas devem aprender a como integrar efetivamente os processos de GC dentro das unidades de informação.

No “Compartilhamento” incide a abordagem do compartilhamento do conhecimento dentro da organização. Essa abordagem possibilitará os alunos compreenderem que o compartilhamento do conhecimento voltado para a construção do conhecimento organizacional é primordial para a formulação das estratégias das organizações e deve ser estimulado e recompensado, conforme já citado por Davenport e Prusak (1998).

A categoria “Cultura” incorpora a cultura e valores organizacionais e também cultura informacional. Abordagens sobre a cultura organizacional são relevantes visto que a cultura organizacional é o alicerce da cultura informacional e está relacionada à forma como as pessoas tratam a informação e o conhecimento dentro da organização (ALVES *et al.*, 2014).

Já a “Segurança da Informação” contém abordagens que versam acerca da perda da informação pela degradação do suporte e a preservação digital.

Entre as categorias incidentes nas abordagens das disciplinas GI e/ou GC dos cursos de Arquivologia destacam abordagens relacionadas ao **“Fluxo de Informação”** e **“Fontes de Informação”**, ambas com 1,1% do total das abordagens. Em “Fluxo de Informação” aborda os ambientes e fluxos de Informação. Torna-se necessários que os alunos compreendam a dinâmica do fluxo de informações para a eficácia das ações organizacionais porque estão interligadas com os processos, atividades e tarefas realizadas neste contexto em uma escala formal e informal,

conforme Valentim e Santos (2014). No tocante a “Fontes de Informação”, incorpora as fontes de informação especializadas.

Infere-se que os cursos de Arquivologia das IES públicas nacionais centram as abordagens das disciplinas em estudo para o ensino dos aspectos teórico-práticos da GI e da GC, além disso, destacam as abordagens das especificidades da gestão, organização e difusão dos documentos gerados em Unidades de Informação.

4.2 Biblioteconomia

Após a realização do procedimento de investigação do curso de graduação em Arquivologia, a mesma técnica foi aplicada para compilar e analisar os dados relativos ao curso de Biblioteconomia. Foram mapeados 41 cursos de Biblioteconomia. Esses dados podem ser mais bem compreendidos no Quadro 12, abaixo:

Quadro 12 – Cursos de Biblioteconomia das IES públicas do Brasil

Nº.	Instituição (IES)	Nomenclatura	Categoria Administrativa	Região
1	Universidade de Brasília (UnB)	Biblioteconomia	Pública Federal	Centro-Oeste
2	Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto)	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Pública Estadual	Sudeste
3	Universidade de São Paulo (USP-São Paulo)	Biblioteconomia	Pública Estadual	Sudeste
4	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Biblioteconomia	Pública Estadual	Sul
5	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/EaD)	Biblioteconomia	Pública Estadual	Sul
6	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Biblioteconomia	Pública Estadual	Sul
7	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	Biblioteconomia	Pública Estadual	Nordeste
8	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	Biblioteconomia	Pública Estadual	Sudeste
9	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Biblioteconomia e Documentação	Pública Federal	Nordeste
10	Universidade Federal da Bahia (UFBA/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
11	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
12	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
13	Universidade Federal de Goiás (UFG/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Centro-Oeste
14	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Biblioteconomia	Pública Federal	Centro-Oeste

15	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
16	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
17	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Biblioteconomia	Pública Federal	Norte
18	Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)	Biblioteconomia	Pública Federal	Centro-Oeste
19	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sul
20	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Pública Federal	Sudeste
21	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Biblioteconomia e Documentação	Pública Federal	Nordeste
22	Universidade Federal de Sergipe (UFS/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
23	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Biblioteconomia	Pública Federal	Norte
24	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
25	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
26	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
27	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
28	Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO - Bacharelado)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
29	Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO - Licenciatura)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
30	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
31	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
32	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Biblioteconomia	Pública Federal	Norte
33	Universidade Federal do Pará (UFPA/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Norte
34	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	Pública Federal	Sudeste
35	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sul
36	Universidade Federal do Rio Grande (FURG/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sul
37	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Biblioteconomia	Pública Federal	Nordeste
38	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sul
39	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sul
40	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Biblioteconomia e Documentação	Pública Federal	Sudeste

41	Universidade Federal Fluminense (UFF/EaD)	Biblioteconomia	Pública Federal	Sudeste
----	---	-----------------	-----------------	---------

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com o Quadro 14,40 (97,56%) dos cursos de Biblioteconomia que formam bacharéis, apenas a UNIRIO oferta o curso de Licenciatura em Biblioteconomia, formando licenciados em Biblioteconomia.

Destaca-se que de acordo com a Plataforma e-MEC e os sites das IES, os cursos de Biblioteconomia são ofertados na modalidade de Ensino à Distância (EaD) e na modalidade presencial, sendo 31 (75,61%) cursos ofertados na modalidade presencial e 10 (24,39%) ofertados na modalidade EaD.

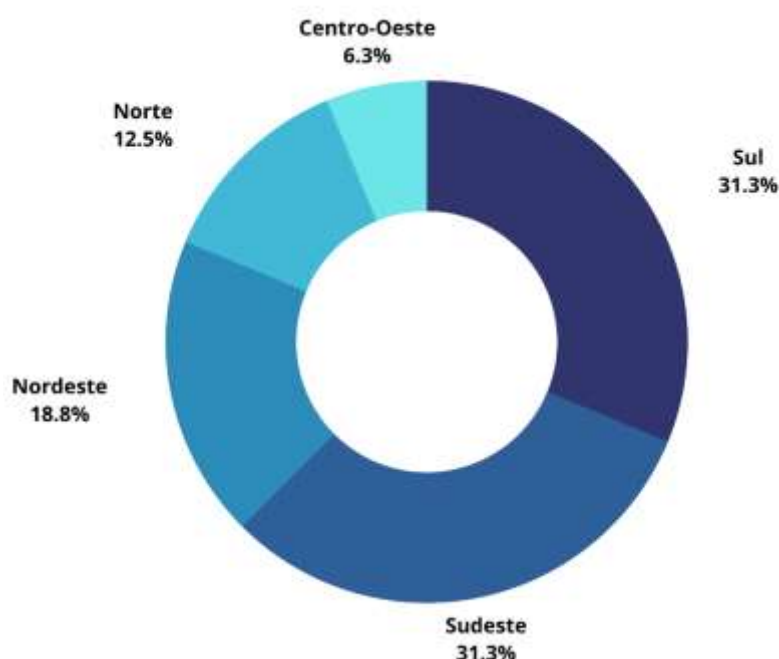
Percebe-se que há diferenciação quanto à nomenclatura dos cursos, a USP – Ribeirão Preto e a UFSCar utilizam o nome de ‘Biblioteconomia e Ciência da Informação’, já os cursos da UFBA, UFS e UFF, ambos ofertados na modalidade presencial, adotam o nome de Biblioteconomia e Documentação, a UFRJ emprega o nome de ‘Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, as demais IES, utilizam o nome de Biblioteconomia.

Ressalte-se que o curso de Biblioteconomia da USP- São Paulo está vinculado à Escola de Comunicação e Artes da USP e o de Biblioteconomia e Ciência da Informação da USP/Ribeirão Preto é vinculado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, as grades curriculares e os enfoques são distintos, como também a nomenclatura do curso, em vista disso, dentro da própria IES, são considerados cursos independentes, embora pertençam a mesma instituição.

Quanto a sua categoria administrativa, do total de 41 cursos identificados, 34 (82,93%) são ofertados em IES Públicas Federais e 7 (17,07%) em IES Públicas Estaduais. As 7 IES Públicas Estaduais que ofertam o curso de Biblioteconomia são a USP-Ribeirão Preto, USP-São Paulo, UDESC, UDESC/EaD, UEL, UESPI e UNESP.

No que se refere à distribuição geográfica dos cursos de Biblioteconomia das IES Públicas em nível nacional, verifica-se que estão presentes em todas as regiões do país, conforme podemos visualizar no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3 - Distribuição geográfica dos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Podemos notar mediante os dados expostos na Gráfico 3, que as regiões Sudeste e Nordeste concentram o maior número de cursos de Biblioteconomia, 31,7% (13) e 29,3% (12), respectivamente, em seguida vem a região Sul com 19,5% (8), as regiões Norte e Centro-Oeste se equiparam em termos quantitativos, cada região possui 9,8% (4) do total de cursos de Biblioteconomia em IES públicas do país.

Uma observação importante é que após o levantamento dos cursos na plataforma *e-MEC*, realizamos uma busca junto aos *sites* das IES, com isso identificamos que os cursos da UFPA/EaD e UFF/EaD embora estejam registrados na plataforma *e-MEC*, ainda não foram iniciados nas IES. Por esta razão, tais cursos não farão parte das próximas análises.

Identificamos conjuntamente que as informações relativas ao cadastro do curso de Biblioteconomia da UDESC/EaD, não se encontram disponíveis na plataforma *e-MEC*, contudo já foi iniciado na IES, portanto foi inserido na listagem de cursos e fará parte das próximas análises. Isso pode ser atribuído ao fato de que durante o período de coleta, as informações concernentes ao curso ainda não haviam sido inseridas na plataforma *e-MEC*.

Mediante o exposto e depois de mapeados os cursos de Biblioteconomia das IES Públicas brasileiras e observada a distribuição geográfica desses, passamos a identificação das disciplinas de GI e/ou GC oferecidas nos cursos de Biblioteconomia das IES públicas no país. Salienta-se que do total de 41 cursos levantados, 39 fizeram parte das análises para a identificação das disciplinas de GI e/ou GC. As disciplinas estão apresentadas no Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Disciplinas de GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil

Nº.	Instituição (IES)	Quant.	Disciplina	Modalidade
1	Universidade de Brasília (UnB)	1	Gerência de sistemas de informação	****
2	Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto)	2	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
		3	Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva	Obrigatória
3	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	4	Gestão da Informação	Obrigatória
		5	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
4	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/EaD)	6	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
5	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	7	Gestão da Informação Arquivística	Obrigatória
6	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	8	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
7	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	9	Gerência da Informação	Obrigatória
8	Universidade Federal da Bahia (UFBA/EaD)	10	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
9	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	11	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
10	Universidade Federal de Goiás (UFG/EaD)	12	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
11	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	13	Gestão da Informação e do Conhecimento	Optativa
		14	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento A	Optativa
		15	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento B	Optativa
		16	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento C	Optativa
		17	Tópicos em Gestão da Informação e do Conhecimento D	Optativa
12	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	18	Gestão da Informação e do Conhecimento	Optativa

13	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	19	Gestão da informação e gestão de redes de pessoas e organizações	Obrigatória
		20	Gerenciamento da informação e do conhecimento nos processos empresariais	Obrigatória
14	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	21	Tópicos especiais em Gestão da Informação	Optativa
15	Universidade Federal de Sergipe (UFS/EaD)	22	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
16	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	23	Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional	Optativa
17	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/EaD)	24	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
18	Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO)	25	Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
19	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/EaD)	26	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
20	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Licenciatura	27	Gestão Estratégica da Informação e do Conhecimento	Optativa
21	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	28	Tecnologia e Gerenciamento da Informação	Obrigatória
22	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	29	Gestão Informação Conhecimento	Obrigatória
23	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	30	Gestão da Informação	Optativa
24	Universidade Federal do Rio Grande (FURG/EaD)	31	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
25	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	32	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória
26	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	33	Gestão do Conhecimento	Obrigatória
27	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/EaD)	34	Gestão da Informação e do Conhecimento	Obrigatória

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

É importante ressaltar que os termos “gerência e gerenciamento” são análogos ao termo “gestão”, deste modo, mesmo com nomenclaturas diferentes das demais disciplinas listadas no Quadro 13, as disciplinas ‘Gerência de sistemas da Informação’ ofertada pela UnB, ‘Gerência da Informação’ ofertada pela UFBA e Gerenciamento da Informação e do Conhecimento nos processos empresariais da UFSCar e ‘Tecnologia e Gerenciamento da Informação’ ofertada pela UFMA foram consideradas na presente pesquisa.

A partir deste esclarecimento e conforme os dados expostos no Quadro 15, algumas descobertas desta investigação se fizeram evidentes. Foram identificadas 34 disciplinas de GI e/ou GC ofertadas em 27 cursos de graduação em Biblioteconomia nas IES Públicas no Brasil. Os cursos da USP-São Paulo, UEL, UFAL, UFAM, UFC, UPPE, UFR, UFSC, UFES, UFPA e UFF não ofertam disciplinas GI e/ou GC em seus currículos acadêmicos.

Do total de 34 disciplinas, 23 (67,65%) integram o currículo como componente obrigatório e 10 (29,41%) como componente optativo. Não foi possível identificar a modalidade de oferta da disciplina 'Gerência de Sistemas de Informação' oferecida pela UnB. Por esses resultados infere-se que a GI e/ou GC tem sido tratada como componente curricular relevante na formação do Bibliotecário.

Alguns cursos se destacaram quanto ao quantitativo de disciplinas ofertadas, são eles:

a) O curso da USP – Ribeirão Preto, com a oferta de duas disciplinas, Gestão da Informação e do Conhecimento e Gestão da Conhecimento e Inteligência Competitiva, ambas ofertadas na modalidade obrigatória;

b) O curso da UDESC, possui a oferta de duas disciplinas, GI e GIC, ofertadas na modalidade obrigatória. Isso se deve ao fato de que o curso está em fase de transição da sua matriz curricular, por esse motivo, a disciplina GIC refere-se a matriz curricular em extinção e a disciplina GI a matriz curricular em implantação;

c) Semelhante ao curso de Arquivologia da UFMG, o curso de Biblioteconomia ofertado na mesma IES, de acordo com o seu PPC, oferece 4 disciplinas na modalidade optativa: GIC e Tópicos especiais em Gestão da Informação e do Conhecimento A, B, C e D. Tais disciplinas são atividades acadêmicas que integram o Campo do conhecimento "Gestão da Informação". As disciplinas Tópicos especiais em GIC A, B, C e D quando ofertadas no curso de Biblioteconomia da UFMG, já abordaram temas como: Compartilhamento da Informação em ambientes informacionais, Serviços e produtos de Informação para as empresas, Biblioteca Pública: Conceito, Projeto Político e Participação Social, Pesquisa de Informação Científica: Estratégias e Fontes, Gestão de Bibliotecas Digitais, Introdução à Gestão em Bibliotecas Universitárias, Práticas Informacionais em Bibliotecas, Filosofia e Ética da Informação, Produção Cultural: Questões Sobre Gestão em Bibliotecas, Princípios e Práticas de Biblioteca Escolar, Conservação e Restauração de Acervo Documental: Suporte Papel, Informação e inovação, Segurança da Informação Digital,

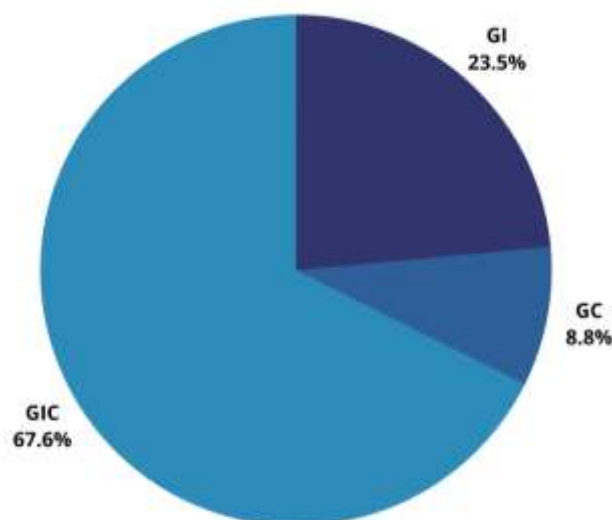
Empreendedorismo em Informação, Ação Cultural e Extensão, Comportamento Informacional, Informação e *Marketing*, Comportamento Empreendedor, Informação e Comunicação em Organizações, Gestão da Informação e Aprendizagem Organizacional, Sistemas Colaborativos de Referências Bibliográficas, Gestão estratégica da informação em ambientes virtuais, Comportamentos e valores informacionais em ambientes organizacionais, Introdução à Nova Biblioteconomia, Arquivos escolares universitários, Arquivos pessoais, Fontes de informação Jurídica, Fontes de informação e mídias alternativas e Livros raros: coleções e conservação;

d) O curso da UFSCar oferta duas disciplinas na modalidade obrigatória, Gestão da informação e gestão de redes de pessoas e organizações e Gerenciamento da informação e do conhecimento nos processos empresariais.

Uma observação importante é que dos 41 cursos de Biblioteconomia mapeados, 27 (65,85%) oferecem disciplinas de GI e/ou GC. São números expressivos e acima da média. Compreende-se que os referidos cursos estão antenados as tendências da Sociedade da Informação e do Conhecimento e com isso, empenhados em aprimorar os currículos às novas exigências dessa sociedade. Conforme já versado por Longo (2014) no mercado contemporâneo altamente competitivo, estar apto a gerir a informação e o conhecimento, faz parte das competências e habilidades que as universidades e instituições acadêmicas devem possibilitar aos novos profissionais da informação, a partir dos cursos de graduação, aplicáveis à realidade moderna dentro de planos específicos.

Identificadas as disciplinas tornou-se evidente os diferentes enfoques. Há cursos com disciplinas voltadas a GI, GC e outras voltadas à GIC. Conforme se apresenta no Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4 - Enfoque das abordagens das disciplinas GI e/ou GC ofertadas nos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Por meio da observação do Gráfico 4, vê-se que 67,6% (23) das disciplinas possuem abordagem integrada da GI e da GC, 23,5% (8) das disciplinas são voltadas para a GI, e 8,8% (3) possuem enfoque para a GC. Inferimos que os cursos que oferecem disciplinas com enfoque para a abordagem integrada das duas gestões possuem uma compreensão clara de que uma organização quando utiliza sistematicamente e de forma integrada os modelos da GI e da GC por meio de atividades de busca de informações relevantes para os sujeitos organizacionais, uma vez organizadas, analisadas e disseminadas, podem evidenciar ameaças e oportunidades e proporcionar vantagem competitiva, como já mencionado por Teixeira e Valentim (2016).

Os resultados dessa análise puderam evidenciar que a totalidade dos cursos de Biblioteconomia EaD possuem um perfil curricular focado na abordagem integrada.

Sendo assim, percebe-se que os especialistas que elaboraram o PPC desses cursos ao inserir a disciplina na matriz curricular com a abordagem integrada e na modalidade obrigatória, a consideram de extrema importância na formação dos bibliotecários para possibilitar a esse profissional o desenvolvimento de competências para gerir a informação e o conhecimento dentro do seu contexto organizacional e assim melhorar a qualidade das atividades, serviços e produtos das bibliotecas

brasileiras, desenvolver produtos e serviços de informação, explorar a TIC's, de modo a atender as demandas da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Mapeados os cursos de Biblioteconomia das IES públicas do Brasil, identificadas as disciplinas de GI e/ou GC, sua modalidade de oferta e enfoques, a pesquisa seguiu com a exploração das ementas das disciplinas para a identificação das abordagens da GI e/ou GC. As abordagens estão apresentadas na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Biblioteconomia das IES públicas do Brasil

Categoria	Frequência	Frequência relativa (%)
Gestão de Unidades de Informação	37	14,6%
Aspectos conceituais introdutórios	33	13,0%
Relacionamentos e Redes Sociais	20	7,9%
Inteligência	18	7,1%
Uso de Ferramentas	17	6,7%
Filosofia e Ética da Informação	13	5,1%
Gestão de Documentos	13	5,1%
Sociedade da Informação e do Conhecimento	11	4,3%
Empreendedorismo	10	4,0%
Processos do Conhecimento	9	3,6%
Cultura	8	3,2%
Profissional da Informação	8	3,2%
Aprendizagem	6	2,4%
Gestão de Coleções	6	2,4%
Educação Corporativa	5	2,0%
Segurança da Informação	5	2,0%
Gestão da Inovação	4	1,6%
Auditoria informacional	3	1,2%
Compartilhamento	3	1,2%
Fluxo de Informação	3	1,2%
Gestão da Qualidade	3	1,2%
Mediação	3	1,2%
Fontes de Informação	3	1,2%
Competências	2	0,8%
Comportamento Informacional	2	0,8%
Criação de conhecimento	2	0,8%
Marketing	2	0,8%
Políticas de Informação	2	0,8%
Uso da informação	2	0,8%
Total de incidências	253	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que a categoria **“Gestão de Unidades de Informação”** como a mais incidente (14,6%) destaca abordagens acerca dos princípios teóricos de administração de empresas aplicados às bibliotecas e serviços de informação aplicados à gestão da informação e do conhecimento. Abrange a abordagem sobre a organização, estrutura, recursos humanos, planejamento e execução de projetos, administração financeira e tipologia de unidades de informação, além das ações culturais que podem ser desenvolvidas nessas organizações.

Na categoria **“Aspectos teóricos introdutórios”** (13,0%) estão inseridas abordagens sobre os conceitos de dado, informação e conhecimento a evolução da Informação e do Conhecimento no contexto organizacional, bem como a conceituação e dimensões da Gestão da informação e da Gestão do Conhecimento e a diferenciação entre Gestão de Pessoas e Gestão do Conhecimento. Destaca-se, conforme referido por Belluzzo (2017), que a falta de compreensão conceitual pode prejudicar a ação associada a esses componentes, por exemplo, afetando o estágio desenvolvido na seleção, classificação e processamento de informações.

A abordagem **“Relacionamentos e Redes Sociais”** (7,9%) contém conteúdos referentes ao conceito, importância e propósito das Redes, Redes Sociais, Rede de Relações e Mídias alternativas para o relacionamento de cooperação e intercâmbio entre Unidades de Informação. Além de abordagens sobre recursos interativos e colaborativos da *Web*, Ciberativismo. Hackativismo, colaboração entre usuários de sistemas, mapeamento de Redes para o compartilhamento de informações e conhecimento e de como as Redes de Informação influenciam no planejamento e uso de fontes de informação. Entender que as redes sociais reúnem recursos e vantagens para comunicação interna entre os colaboradores (intranet), que permitem a interação com parceiros e fornecedores (extranet) e uma comunicação próxima com clientes (intranet) (DUARTE; LIRA, S.; LIRA, W., 2014), será fundamental para os arquivistas.

A **“Inteligência”** (7,1%) encerra sobre a definição de Inteligência, Inteligência competitiva e Inteligência Organizacional. Discorrem sobre o planejamento de estratégias, os critérios, métodos e técnicas de inteligência necessárias para que uma empresa seja competitiva e inovadora e gere capital intelectual, o *Clipping* como produto de informação para estratégia organizacional/inteligência competitiva, *Clusters* de organizações e competitividade e os recursos informacionais como fator de competitividade das organizações. Conhecer os conceitos e princípios da inteligência competitiva possibilitará ao bibliotecário buscar e analisar as informações

sobre os seus concorrentes ativos e as tendências do futuro de uma organização (DUARTE; LIRA; LIRA, 2014).

Na categoria **“Uso de Ferramentas”** (6,7%) são abordadas as TIC's, os sistemas de gerenciamento de informação, as tecnologias e técnicas de armazenamento e de processamento da informação para o uso seguro das informações digitais, a Internet, intranet, extranet, portais e vortais de conhecimento corporativo, além dos sistemas de referências bibliográficas na Internet, o comércio eletrônico, Repositório de informação na *web*, Repositórios Digitais Abertos e interoperáveis e a implantação de sistema de arquivos com integração de tecnologias. O uso de ferramentas é uma abordagem essencial na formação de bibliotecários gestores da informação e do conhecimento, eles precisam compreender a TIC'S como suporte para a informação e para o conhecimento, visto que as TIC's suprem com matéria-prima (informações deste processo cognitivo), são usadas para disseminar informações e para facilitar a troca experiências/comunicações interpessoais (COSTA; ABREU, 2000).

As categorias **“Filosofia e Ética da Informação”** e **“Gestão de Documentos”** (5,1%) ocorreram em 2,1% cada. A categoria “Filosofia e Ética da Informação” trata de abordagens sobre a origem, nascimento, campos de investigação, grandes pensadores e principais períodos da história da filosofia. Além disso, discorre sobre a Ética e reflete sobre a Filosofia, Economia, Psicologia e Sociologia e suas interferências na GC e nos processos de aprendizagem. Em relação a “Gestão de Documentos” busca-se estudar as definições de Gestão de documentos, a tipologia de documentação, a formação, métodos, materiais e equipamentos empregados na preservação, conservação e restauração do acervo documental, juntamente sobre Políticas de planejamento da preservação e difusão dos documentos gerados em instituições de custódia.

A **“Sociedade da Informação e do Conhecimento”** (4,3%) trata de abordagens sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento e as Organizações na era da informação e do conhecimento, em especial as bibliotecas. Diante da nova realidade instalada os alunos devem refletir e repensar como se posicionarem diante dos desafios e oportunidades crescentes (Hoffman, 2012).

A categoria **“Empreendedorismo”** é apresentada com 4, %. Nesta categoria são incluídas abordagens que versam sobre conceito, histórico e práticas do Empreendedorismo, empreendedorismo interno e corporativo, comportamentos

empreendedores no mercado de trabalho, habilidades e atitudes empreendedoras, criatividade como elemento chave do empreendedorismo e da inovação. Além de despertar insights e ampliar as perspectivas de empreendedorismo na Biblioteconomia e sobre o impacto do empreendedorismo no contexto econômico.

A categoria “**Processos do conhecimento**” com 3,6% da ocorrência, busca desenvolver no aluno, a capacidade de mapear e prospectar informações, aplicar métodos e técnicas para o processo de GI e GC e assim compreender como as organizações se apropriam do conhecimento. As IES devem procurar desenvolver nos alunos habilidades para atuar no processo de criação, retenção, disseminação, compartilhamento e a aplicação do conhecimento dentro da organização, atentando-se que esse processo deve estar em conformidade com a missão, a visão de futuro e as estratégias organizacionais (HOFFMANN, 2012).

As categorias “**Cultura**” e “**Profissional da Informação**” ocorreram em 3,2 %. A categoria “Cultura” trata de conteúdos sobre cultura, cultura organizacional, cultura informacional e cibercultura, voltadas para as práticas informacionais, cooperação e comunicação na organização. O bibliotecário deve desenvolver a cultura organizacional positiva em relação ao compartilhamento/socialização de informação dentro o seu contexto organizacional Valentim (2004).

Em relação ao “Profissional da Informação” busca-se estudar a atuação do bibliotecário na contemporaneidade e o desenvolvimento das habilidades de um Gestor da Informação e do conhecimento. As IES devem possibilitar ao bibliotecário desenvolver habilidades específicas para atuar sobre informação e conhecimento, conforme Valentim, Jorge e Ceretta-Soria (2014).

As categorias “**Aprendizagem**” e “**Gestão de Coleções**” representam cada uma 2,4% das abordagens das disciplinas. A “Aprendizagem” refere-se a abordagens sobre aprendizagem individual e organizacional e organizações que aprendem e os processos de aprendizagem organizacional em práticas de cooperação para inovação. No que diz respeito “**Gestão de Coleções**”, trata de abordagens acerca do livro raro, Bibliofilia, Bibliografia, coleções especiais e conservação de acervos bibliográficos.

A “**Educação Corporativa**” e a “**Segurança da Informação**” pontuaram em 2,0% cada. Na categoria “Educação Corporativa” versam abordagens que procuram apresentar ações que podem ser desenvolvidas para a aprendizagem entre os membros da equipe da biblioteca, como o ensino do estilo de citações, etapas da

elaboração de artigo científico, e discute a importância dos discursos sobre a leitura, diálogo com a escola e da leitura e educação intelectual. Rememorando Duarte, Lira e Lira, (2014), educação corporativa é cultura de aprendizagem contínua, em que os conhecimentos são compartilhados por todos os membros da instituição, sendo assim, são abordagens indispensáveis nas ementas das disciplinas. No que refere a “Segurança da Informação” encerram abordagens sobre segurança da informação no contexto humano, digital, de governo e negócios e a Internet das coisas e segurança da informação.

A categoria **“Gestão da Inovação”** com 1,6% da ocorrência, busca desenvolver no aluno a compreensão dos conceitos de inovação, Gestão da Inovação, as etapas e processos organizacionais inovativos e as atitudes do colaborador na organização do futuro. Os alunos devem contemplar abordagens que os façam refletir e compreender que a inovação se torna o único fator que pode ser um verdadeiro diferencial competitivo e, deste modo, entender que é praticamente impossível proteger os ativos da organização sem gerenciar também o seu conhecimento (LONGO, 2014).

As categorias **“Auditoria informacional”**, **“Compartilhamento”**, **“Fluxo de Informação”**, **“Gestão da Qualidade”**, **“Mediação”** e **“Fontes de informação”** representam cada uma 1,2% das abordagens das disciplinas. A “Auditoria informacional” refere-se a abordagens sobre as etapas, instrumentos e técnicas de auditoria de ativos informacionais. No que diz respeito ao “Compartilhamento”, trata de abordagens acerca do compartilhamento do conhecimento e da informação entre as pessoas da organização.

A categoria “Fluxo de Informação” versa abordagens sobre o ambiente e fluxos de informação e o ciclo informacional. O dinamismo dos fluxos de informação é essencial para a eficácia das ações organizacionais, ela está intimamente ligada aos seus processos, atividades e tarefas e o profissional da informação, formado no escopo da CI, é a peça-chave para a efetividade no trabalho com o fluxo da informação nas organizações (BARBOSA, 2003; VALENTIM; SANTOS, 2014). Deste modo, é basilar que as ementas das disciplinas contenham abordagens sobre os fluxos de informação que permeiam o ambiente das unidades de informação.

A “Gestão da Qualidade” aborda a qualidade nos serviços de informação e o desenvolvimento da informação e documentação nos programas de qualidade da

organização. Na “Mediação” se inserem os conceitos de Mediação, a relação com a informação e comunicação e atividades de promoção a leitura.

No tocante a “Fontes de Informação” estão incluídas abordagens sobre fontes de informação e fontes de informação especializada no contexto tecnológico e empresarial. É importante que o profissional da informação saiba identificar todas as fontes de informação necessárias e envolvidas no processo de GIC (DAVENPORT, 1998).

As categorias “**Competências**”, “**Comportamento Informacional**”, “**Criação de Conhecimento**”, “**Marketing**”, “**Políticas de Informação**” e “**Uso da Informação**” tiveram o menor percentual nas abordagens, correspondendo a 0,8% cada. A categoria “Competências” trata de competências em informação e letramento informacional. Em relação ao “Comportamento Informacional” busca-se estudar os aspectos metodológicos dos estudos sobre Comportamento Informacional, além dos comportamentos e valores informacionais em ambientes virtuais.

A “Criação do Conhecimento” está inserida na abordagem sobre criação e desenvolvimento do Conhecimento. No que diz respeito ao “*Marketing*” estão incluídas abordagens sobre o *Marketing* aplicado a bibliotecas.

Em relação a “Políticas de Informação”, tratam de políticas de GC em organizações públicas e privadas. Compreender sobre Políticas de Informação é essencial, dado que toda a informação e conhecimento tem um forte componente social, e, portanto, sua criação, acesso e compartilhamento contribuem significativamente para fortalecer a construção da cidadania e desenvolvimento dos países (TARAPANOFF, 2006).

Na categoria “Uso da Informação” encontram-se inseridas abordagens sobre o uso e acesso da informação científica e tecnológica. Recordando as assertivas de Barboza (2019), mais importante do que a posse de informação é o uso da informação, com base no uso da informação pelo sujeito, que o valor é agregado por meio de serviços de informação que apoiam a criação de conhecimento e a tomada de decisão e a cooperação com todos os departamentos da organização. Sendo assim, a abordagem sobre o uso de informações é pertinentes e deve estar contida nas ementas das disciplinas.

Infere-se que, de acordo com as ementas dos cursos de Biblioteconomia das IES Públicas do Brasil, a Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento é trabalhada de maneira ampla e diversificada, por meio das abordagens relacionadas à área.

4.3 Museologia

De acordo com a Plataforma e-MEC existem 14 cursos de graduação em Museologia ofertados em IES públicas no Brasil. Esses cursos estão apresentados no Quadro 16, a seguir:

Quadro 14 – Cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil

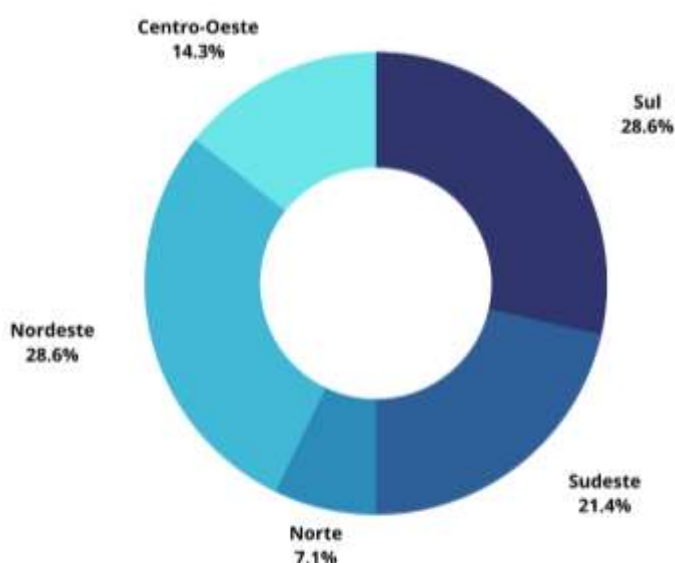
Nº.	Instituição (IES)	Nomenclatura	Categoria administrativa	Região
1	Universidade de Brasília (UnB)	Museologia	Pública Federal	Centro-Oeste
2	Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	Museologia	Pública Estadual	Sul
3	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Museologia	Pública Federal	Nordeste
4	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Museologia	Pública Federal	Centro-Oeste
5	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Museologia	Pública Federal	Sudeste
6	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Museologia	Pública Federal	Sudeste
7	Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	Museologia	Pública Federal	Sul
8	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Museologia	Pública Federal	Nordeste
9	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Museologia	Pública Federal	Sul
10	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Museologia	Pública Federal	Nordeste
11	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Museologia	Pública Federal	Sudeste
12	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Museologia	Pública Federal	Norte
13	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Museologia	Pública Federal	Nordeste
14	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Museologia	Pública Federal	Sul

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Conforme os dados expostos no Quadro 16, do total de 14 cursos, 13 (92,86%) são ofertados em IES Públicas Federais e um curso (7,14%) em IES Pública Estadual. A IES Pública Estadual que oferta o curso de Arquivologia é a UNESPAR.

Destaca-se que os cursos de Museologia identificados formam, em sua totalidade, bacharéis em Museologia. E segundo a plataforma e-MEC, os 14 cursos mapeados são oferecidos na modalidade presencial. No que refere aos cursos de Museologia, identificamos que estão presentes nas cinco regiões brasileiras, Gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Distribuição geográfica dos cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Consoante aos dados apresentados no Gráfico 5, as regiões Sul e Nordeste concentram o maior número de cursos de Museologia 28,6% (4) em cada região, em seguida vem a região Sudeste com 21,4% (3), a região Centro-Oeste com 14,3% (2) e finalizando, a região Norte com apenas um (7,1%) curso de Museologia.

Depois de mapear os cursos de graduação em Museologia das IES Públicas brasileiras e contemplar a distribuição geográfica desses cursos, a mineração dos dados segue junto aos títulos das disciplinas que compõem os currículos acadêmicos e os PPC's dos cursos e compilou-se a seguinte disciplina de GI e/ou GC, apresentada no Quadro 15, a seguir:

Quadro 15 – Disciplina de GI e/ou GC ofertada nos cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil

Nº.	Instituição (IES)	Quant.	Disciplina	Modalidade
1	Universidade Federal de Pelotas - UFPel	1	Gestão do Conhecimento	Optativa

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

De acordo com o Quadro 15 foi identificada a oferta de apenas uma disciplina no curso da UFPel na modalidade optativa. A partir destes dados, podemos perceber que o curso de Museologia da UFPel enfoca a GC.

Observando o total de cursos mapeados (Quadro 14) e os dados apresentados no Quadro 15, constata-se que quase a totalidade de cursos de graduação em Museologia oferecidos em IES públicas no país não ofertam disciplinas de GI e/ou GC em seus currículos, 13 (92,86%) cursos.

Considerando a relevância da informação e do conhecimento para a organização na sociedade contemporânea, sendo plenamente aceitas como os recursos mais importantes, os quais sua gestão e o aproveitamento estão diretamente relacionados ao sucesso desejado pela organização, e atentando ao fato de que os museus atuam com processos que abrangem a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações museológicas, depreendem-se que os cursos de graduação em Museologia das IES públicas no país devam buscar adequar-se tendências da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Conforme já citado por Ferreira (2003), o mercado de trabalho contemporâneo, entre outros atributos, requer profissionais da informação com conhecimentos específicos sobre métodos, técnicas e ferramentas de GI e do GC. Retornando a assertiva de González de Gómez (2011), as IES enfrentam desafios que visam definir os requisitos e proposições de uma sociedade que está imersa em novas formas de geração de informação e conhecimento, sendo, portanto, responsável por interpretar e explicar as necessidades contemporâneas, em seus contextos de intervenção, respondendo aos desafios impostos, assumindo suas diversas funções e priorizando as metas de inclusão social.

Posto isso, as IES públicas brasileiras que ofertam os referidos cursos devem se empenhar em oferecer uma formação que conduza e possibilite o desenvolvimento do museólogo com um perfil, inclusive, de gestor da informação e do conhecimento.

Mapeados os cursos de Museologia ofertados em IES públicas do Brasil e identificada a disciplina de GI e/ou GC e sua modalidade de oferta, a pesquisa segue com a análise da ementa da disciplina para a identificação das abordagens. Desta atividade, alcançamos os seguintes resultados expostos na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Museologia das IES públicas do Brasil

Categorias	Frequência	Frequência Relativa (%)
Aspectos conceituais introdutórios	4	57,1%
Processos do conhecimento	2	28,6%
Uso de ferramentas	1	14,3%
Total de incidências	7	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Conforme Tabela 3, podemos observar que do quantitativo de incidências, destaca-se 57,1% referentes à categoria **“Aspectos conceituais introdutórios”**, evidenciando o enfoque da abordagem da disciplina. Nesta categoria estão incluídos os conceitos, dimensões e indicadores da GC. As informações voltadas aos negócios estão diretamente relacionadas à maneira de pensar e produzir novos produtos e melhorar processos industriais ou prestação de serviços aos clientes, realizando ações em diferentes contextos organizacionais, proporcionando o desenvolvimento da qualidade e da produtividade dos processos e fluxos organizacionais, ou seja, é um insumo empregado para o desenvolvimento de qualquer setor industrial (SANTOS; VALENTIM, 2015).

Na categoria **“Processos do Conhecimento”** (28,6%) contém a abordagem sobre os modelos de GC empregados no processo de criação do conhecimento organizacional. São abordagens necessárias no currículo da disciplina, uma vez que as organizações que conseguirem integrar os processos de GC, serão capazes de: adaptar-se às mudanças do ambiente no momento adequado e de maneira eficaz; empenhar-se na aprendizagem constante, o que inclui desaprender pressupostos, normas e crenças que perderam validade; mobilizar o conhecimento e a experiência de seus membros para produzir inovação e criatividade; focalizar seu conhecimento em condutas racionais e decisivas, voltando a citar as palavras de Choo (2003).

No tocante a **“Uso de ferramentas”** (14,3%) está inserida a abordagem referente ao uso de ferramentas das TIC's para uma eficaz GC. Abordagens acerca do uso de ferramentas se fazem essenciais, visto que, conforme já discorrido por Colmanetti e Cazarini (2002), que no mundo de negócios globalizado e altamente imenso em tecnologias, as ferramentas tecnológicas proporcionarão a atualização e integração permanente do negócio porque melhora o processo de tratamento,

disseminação e transferência de informações, em nível mundial e custo reduzido, processos esse primordiais para alavancar a GC organizacional.

A inferência tirada da análise dos dados referentes à abordagem da disciplina identificada é que o currículo acadêmico do curso possui o foco na GC, em geral, apresentando visão teórico-prática relacionada ao ensino nesta área.

Com a análise das abordagens da GI e/ou GC no curso de Museologia, apresentam-se, a seguir, as considerações finais e perspectivas futuras que, certamente, alargarão o caminho para aprofundamentos sobre a área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação refletiu sobre a formação dos Arquivistas, Bibliotecários e Museólogos voltada para a Gestão da Informação e do Conhecimento, considerando que os currículos acadêmicos dos profissionais da informação devem incluir as disciplinas Gestão da Informação e do Conhecimento, para que os discentes possam se capacitar a atender as exigências impostas pelo mercado de trabalho.

Para isso, buscou conhecer quais as abordagens das disciplinas Gestão da Informação e/ou Gestão do Conhecimento nas matrizes curriculares nos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia das IES públicas do Brasil. Tendo em conta o processo de desenvolvimento da investigação, apresentamos essas considerações finais por objetivos específicos delineados para o alcance do objetivo geral da pesquisa, que foi analisar as abordagens da disciplina gestão da informação e do conhecimento nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil.

Posto isso, os resultados obtidos permitiram descrever e quantificar os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia oferecidos em IES públicas brasileiras. Foram descritos 16 cursos de graduação em Arquivologia, 41 cursos de graduação em Biblioteconomia e 14 cursos de graduação em Museologia.

Ao analisar as ementas, matrizes curriculares e PPC's dos cursos levantados, foi constatado o oferecimento de 13 disciplinas GI e/ou GC no curso de Arquivologia, sendo 9 oferecidas na modalidade optativa e 4 oferecidas na modalidade obrigatória. No tocante ao curso de Biblioteconomia, foram identificadas 34 disciplinas, sendo 23 oferecidas na modalidade obrigatória e 10 ofertadas na modalidade optativa, ressalva-se que não foi possível identificar a modalidade de oferta da disciplina oferecida pelo curso de Biblioteconomia da UnB. No que refere ao curso de Museologia, foi identificado o oferecimento de disciplina ofertada na modalidade optativa.

Esses resultados possibilitaram constatar que as disciplinas de GI e /ou GC possuem níveis expressivos de representatividade nos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, evidenciando que os referidos cursos têm se empenhado em formar profissionais da informação com perfis, inclusive, de gestor da informação e do conhecimento. Essa afirmativa pode ser constatada ao observar que o maior quantitativo de disciplinas identificadas é ofertada como componente

curricular obrigatório, evidenciando ser tratada como componente curricular relevante na formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos brasileiros.

Chama atenção a tendência ao oferecimento de disciplinas que contemplam a abordagem integrada da GI e da GC, do total de 48 disciplinas, 32 são de abordagem integrada. É evidente que os cursos de graduação estudados ao inserir em seus currículos as disciplinas com abordagem da GIC, compreendem de maneira clara que a GC promove a GI, que por sua parte impulsiona a GC, em um ciclo ininterrupto e que deste modo torna-se necessário para o alcance dos objetivos da organização do conhecimento a implementação da abordagem integrada das duas gestões.

As análises das ementas para a identificação das abordagens revela que as disciplinas de GI e/ou GC que compõem o currículo dos cursos de graduação em Arquivologia apontam, em ordem de incidência, para os Aspectos Conceituais Introdutórios, Gestão de Unidades de Informação, Inteligência, Políticas de Informação, Uso de Ferramentas, Gestão de Documentos, Competências, Processos de Conhecimento, Sociedade da Informação e do Conhecimento, Gestão de Coleções, Profissional da Informação, Aprendizagem, Compartilhamento, Cultura, Segurança da Informação, Fluxo de Informação e Fontes de Informação.

As análises das abordagens das disciplinas de GI e/ou GC que compõem os currículos acadêmicos dos cursos de graduação em Biblioteconomia indicam em ordem de ocorrência, a Gestão de Unidades de Informação, Aspectos Conceituais Introdutórios, Relacionamentos e Redes Sociais, Inteligência, Uso de Ferramentas, Filosofia e Ética da Informação, Gestão de Documentos, Sociedade da Informação e do Conhecimento, Empreendedorismo, Processos do Conhecimento, Cultura, Profissional da Informação, Aprendizagem, Gestão de Coleções, Educação Corporativa, Segurança da Informação, Gestão da Inovação, Auditoria Informacional, Compartilhamento, Fluxo de Informação, Gestão da Qualidade, Mediação, Fontes de Informação, Competências, Comportamento Informacional, Criação de conhecimento, *Marketing*, Políticas de Informação e Uso da informação.

As análises da abordagem da disciplina de GC que compõem o currículo acadêmico do curso de Museologia ofertante da disciplina apontam, em ordem de destaque, para Aspectos conceituais introdutórios, Processos do conhecimento e Uso de ferramentas.

Em síntese, as abordagens das disciplinas de GI e/ou GC nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas

no Brasil, centram-se nos Aspectos Conceituais Introdutórios, Gestão de Unidades de Informação, Inteligência, Uso de Ferramentas, Relacionamentos e Redes Sociais, Gestão de Documentos, Sociedade da Informação e do Conhecimento, Processos do Conhecimento, Filosofia e Ética da Informação, Profissional da informação, Políticas de Informação, Empreendedorismo, Cultura e Gestão de Coleções.

Os resultados da investigação evidenciaram que as realidades curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES Públicas do Brasil apresentam diferenças. Considerando o número geral de cursos descritos na pesquisa e o quantitativo daqueles identificados como ofertantes das disciplinas de GI e/ou GC, os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia mostraram estarem empenhados em capacitar os formandos com competências e habilidades específicas e imprescindíveis ao mercado contemporâneo altamente competitivo: lidar com a informação e o conhecimento. No entanto o curso de graduação em Museologia precisa buscar refletir a adequação dos seus currículos acadêmicos e assumir a responsabilidade de ofertar disciplinas que capacitem os egressos a desempenhar as atividades que se apresentam no panorama do mercado de trabalho contemporâneo.

Salientamos que ao ingressar no mercado de trabalho, os arquivistas, bibliotecários e museólogos devem possuir competências para atuar sobre a informação e o conhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa apoia a abordagem integrada de GI e GC. Vale destacar que, na Sociedade da Informação e do Conhecimento, o desenvolvimento social, cultural e econômico gira em torno dos processos de conhecimento que suscitam produtos e serviços de informação inovativos como diferencial competitivo, fato que comprova a relevância da abordagem integrada capaz de gerar conhecimento e atender às necessidades dos cidadãos e das organizações.

As análises das abordagens das disciplinas de GI e/ou GC que compõem os currículos acadêmicos dos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia das IES públicas do Brasil também permitiu constatar que há abordagens que não compõem, necessariamente, o âmbito da GI e/ou GC. No caso do curso de Arquivologia e Biblioteconomia podemos citar Empreendedorismo, *Marketing*, Gestão de Coleções e Gestão de Documentos.

Neste sentido, como contribuição à formação do profissional da informação e fundamentados na literatura científica atual da área, propomos que nas disciplinas de GI e ou GC sejam inseridas as seguintes abordagens emergentes e inovadoras no

contexto da GIC: Conhecimento Organizacional, Desenvolvimento de Pessoas, Valorização de Pessoas, Auditoria do Conhecimento, Memória Organizacional, Gerenciamento Estratégico da Informação.

A apreciação dessas abordagens poderá ser útil aos docentes que formam o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na elaboração, também atualização e revisão dos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, para a seleção das abordagens que comporão o conteúdo programático das disciplinas, contribuindo desta maneira, para uma melhor formação nos contextos humano/profissional/acadêmico dos profissionais da informação ora mencionados.

Para buscar estabelecer o papel fundamental da gestão e dos gestores da informação e do conhecimento no desenvolvimento da organização e da sociedade, uma vez que, na sociedade contemporânea é necessário não só saber trabalhar com a informação, mas também usar o conhecimento que está na mente das pessoas, para que as tomadas de decisões se transformem em diferencial competitivo e produtos de inovação para as unidades de informação, o debate do papel fundamental da gestão e dos gestores da informação e do conhecimento deve ser constante.

Posto isso, recomenda-se intensificar estudos e discussões sobre GI e/ou GC no âmbito dos cursos de graduação que fazem parte do escopo da Ciência da Informação. Pesquisa futura pode enveredar para estudos acerca da percepção dos estudantes ingressos e egressos nos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no país quanto à pertinência/experiência da abordagem desses temas, à luz do “Gestor da Informação e do Conhecimento”, que está claramente interligado ao estabelecimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento e as transformações causadas no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, K. The Perspective of Library and Information Science (LIS) Professionals Toward Knowledge Management in University Libraries. **Journal of Information and Knowledge Management**, v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/10.1142/S0219649217500150>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- AHMED, S.; SHEIKH, A.; AKRAM, M. Implementing Knowledge Management in University Libraries of Punjab, Pakistan. **Information Discovery and Delivery**, v. 46, n. 2, p. 83–94, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325346070_Implementing_Knowledge_Management_in_University_Libraries_of_Punjab_Pakistan. Acesso em: 09 jul 2020.
- ALMEIDA, C. M. F de. Gestão da informação e do conhecimento nos currículos dos cursos de Biblioteconomia das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **Trabalho de conclusão de curso** (Bacharelado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do da Paraíba, UFPB. 2018.
- ALMEIDA, N. B. F. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. Brasília: UNB, 2012.
- ALVES, L. A.; DAVOK, D. F. Empreendedorismo na área de Biblioteconomia: análise das atividades profissionais do Bibliotecário formando na UDESC. **Revista ACB**: Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 313-330, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/646>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- ALVES, C. A.; SILVA, J. M. O. da; SILVA, S. A da. Cultura Informacional: conceitos e diálogos. In: DUARTE, E. N.; LHARENA, R. A. da S.; LIRA, S. de L. (Orgs.) **Da informação à auditoria de conhecimento**: a base para a inteligência Organizacional. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Cap. 4.
- AMORIM, F. B.; TOMAÉL, M. I. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento na prática organizacional: análise de estudos de casos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.8, n. 2, p. 01-22, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1931>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- ANGELONI, M. T. **Organizações do conhecimento**: infraestrutura, pessoas e tecnologia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- ANJOS, C. R. dos; SANTOS, C. R. N. dos; GENTIL JUNIOR, J. S. G.; MELO, L. P. de.; COSTA, M. I. C. da.; CARVALHO, M. S. (Re)visitando as origens da Biblioteconomia no Brasil: história, ensino e perfil do profissional da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/406-1887.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

ARAÚJO, C. A. Á. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p110>. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 15 maio 2020.

ARAÚJO, C. S. *et al.* O papel social da arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 2, n. 3, p. 53- 61, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1790>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARROYO, M. G. **Indagações sobre o currículo: educandos e educadores**: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BARBOZA, E. L. Gestão da informação nas organizações e a atuação do profissional da informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN)**, v.6, n. esp., p.91-101, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/103>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BARBOSA, R. R. Gestão Da Informação e do Conhecimento: Origens, Polêmicas e Perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. esp., p.1 - 25, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33432>. Acesso em: 23 maio 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, A. de A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.4, out./dez. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/v08n04_01.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

BARROS, D. J. S.; SANTOS JUNIOR, R. L. dos. Comunicação Científica na Arquivologia: análise da produtividade e temáticas abordadas nos periódicos da área (2007-2015). **Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 115-135, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/98866>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BELLUZZO, R. C. B. Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. **Palavra Chave**, La Plata, v.7, n.1, p. 1-12, out. 2017. Disponível em:

<https://www.palavraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe027/8813>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BELLUZZO, R. C. B.; SILVA, D. S. da. Gestão do conhecimento e saber nas bibliotecas universitárias: reflexões de importância na contemporaneidade. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 5-27, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/28364>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRAGA, A. A gestão da informação. **Millenium online**, n. 19, 1-7, jun. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/903/1/A%20GEST%C3%83O%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3. ed.** Brasília: MTE, SPPE, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932.** Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus. Brasília: Presidência da República, [1932]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 16.078, de 13 de julho de 1944.** Aprova o Regulamento do Curso de Museus. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-16078-13-julho-1944-461459-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.** Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília: Presidência da República, [1962]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4084&ano=1962&ato=8abiTT61kMVRVTad8>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.** Regulamenta as profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1978]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6546&ano=1978&ato=c2dMTRU1UerRVTf00>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.** Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Brasília: Presidência da República, [1984]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7287&ano=1984&ato=58dITSE1UeBpWTa19>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CES 492/200, de 03 de abril de 2001.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Brasília: Ministério da Educação, [2001]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 31 out. 2020.

BRULON, B.; MENDONÇA, E. de C. Fundamentos de um campo disciplinar: perspectivas sobre o desenvolvimento da teoria da Museologia no âmbito dos cursos de graduação da UNIRIO. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v.4, n.7, p. 268-284, out. /nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16785>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CALDERON, W. R. A trajetória do ensino da Arquivologia no Brasil. *In: ____ O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, diagnóstico museológicos e planejamento**: um desafio contemporâneo. Ed. 2. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual. **Tese** (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede. A Era da Informação**: economia, sociedade e cultura. v.1, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, C.A. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectivas históricas. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

CENDON, B. V. *et al.* Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.13, n.3, p.223-240, set. /dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23566/19030>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CERÁVOLO, S. M.; TÁLAMO, M.de F. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação". *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, ANCIB, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/172562>. Acesso em: 25 maio 2021.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

COLL, C. **Psicologia e Currículo**. São Paulo: Ática, 1996.

COLMANETTI, A. L. V.; CAZARINI, E. W. O uso de tecnologia da informação para promover a gestão do conhecimento organizacional. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 22, 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba, ENEGEPE, 2002. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegepe2002_tr94_0944.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Nova proposta de Currículo Mínimo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 11, n. 1, jan./jun. 1983. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/30255>. Acesso em: 20 jul. 2020.

COSTA, L. F. da. Institucionalização e a configuração atual da Formação em Museologia no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.25, número 3, p. 145-163, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25509>. Acesso em: 23 ago. 2020.

COSTA, L. F. da. Museologia no Brasil, Século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias. 2017. 405 f. **Tese** (Doutorado em História e Filosofia da Ciência, Especialidade Museologia) - Universidade de Évora, Évora, 2017.

COSTA, L. F. da; LOPES, M. M.; NUNES, M. de F.; ANDRADE, R. de L. de V. O Panorama da formação avançada/Pós-Graduada na Museologia do Brasil e de Portugal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17, 2016, Bahia. **Anais...** Bahia, ANCIB, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/191202>. Acesso em: 23 ago. 2020.

COSTA, M. D.; ABREU, A. F. de. Gestão da Informação ou Gestão do Conhecimento? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 26-41, 2000. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/348/412>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como nas organizações gerenciam no seu capital intelectual: métodos e práticas. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, T. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67 - 80, jan./jun.2000. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23297>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DUARTE, E. N.; SILVA, A. K. A. da; LIRA, S. de L. Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas às unidades de informação”. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa,

v.17, n.1, p.97-107, jan./abr., 2007. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33080>. Acesso em: 26 ago. 2020.

DUARTE, E. N. *et al.* Conteúdos emergentes da gestão da informação e do conhecimento nos cursos de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 10, n. Especial, p. 176-200, mar. 2020. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/49596>. Acesso em: 24 jul. 2021.

DUARTE, E. N.; FEITOZA R. A. B.; LIMA, A. R. P. Tendências inovadoras da Gestão da Informação e do Conhecimento na produção científica da Ciência da Informação. **P2P e Inovação**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 166-185, set. 2020. Disponível em:
<https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5404>. Acesso em: 24 jul. 2021.

DUARTE, E. N. **Análise da produção científica em gestão do conhecimento:** estratégias metodológicas e estratégias organizacionais. João Pessoa: 2003. 300f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal da Paraíba, 2004.

DUARTE, E. N. Conexões temáticas em gestão da informação e do conhecimento no campo da Ciência da Informação: propostas de redes humanas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2011. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_3e6cff1caa_0000010195.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

DUARTE, E. N. **Redes temáticas para cooperação em Gestão da Informação e do Conhecimento**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015

DUARTE, E. N.; LIRA, S. de L.; LIRA, W.S. Gestão do Conhecimento: origem, evolução, conceitos e ações. *In*: DUARTE, E. N.; LHARENA, R. A. da S.; LIRA, S. de L. (Orgs). **Da informação a auditoria de conhecimento:** a base para a inteligência organizacional. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DUARTE, E. N.; SILVA, A. K. A. da; COSTA, S. Q. da. Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas a unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.1, p.97-107, jan./abr., 2007. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/503/1469>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ESTEVÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, jan./jun.2010. Disponível em:
<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/42>. Acesso em: 28 set. 2020.

FERREIRA, D. T. Profissional da Informação: perfil e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. 2002. 182 f. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento e Administração de Sistemas de informação). Pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, PUC-Campinas, Campinas, 2002.

_____. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 32, n. 1, p. 42-49, jan./abr., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/z4jKRbRzYJLK9JR7QHVVYcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FERREIRA, A. C.; KONRAD, G. V. R. O ensino de arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n.3. Edição Especial. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56697>. Acesso em: 23 set. 2020.

FREIRE, I. M. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 227-235, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/XDBV9zPZMYNTSY5nntnhXJz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**. Brasília: CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GARCIA JUNIOR, E. F.; MEDEIROS, S.; AUGUSTA, C. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, João Pessoa, v. 13, n. 07, jul. 2017. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386286284/Junior-Medeiros-e-Augusta-Analise-Documental#>. Acesso em: 06 nov. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A Universidade e a “Sociedade Da Informação”. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.9, n.2, p.225-242, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1928>. Acesso em: 26 ago. 2020.

_____. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro, 2011.

GRUPO DE PESQUISA INFORMAÇÃO, APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO. Sobre. **Blog GIACO**. João Pessoa, 17 abr. 2013. Disponível em: <https://giacoufpb.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

JESUS, A. R. de. **Currículo e Educação**: conceito e questões no contexto educacional. Sergipe: UFS, [200?], p. 2638-2651.

HOFFMANN, W. A. M. **Gestão do conhecimento**: aprender e compartilhar. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

JULIÃO, L.; TANUS, G. F. Ensino da museologia no brasil: teoria e Interdisciplinaridade. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA – SEBRAMUS, 1, 2014, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, UNB, 2014. Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/1Sebramus/paper/download/437/10>. Acesso em: 15 out. 2020.

LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. Chaves para o Terceiro Milênio na Era do Conhecimento. *In*: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, D. C. de. Avaliação do curso de graduação em arquivologia/UFPB: viés a luz dos discentes. 2017. 52 f. **Trabalho de conclusão de curso** (Bacharel em Arquivologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2017.

LONGO, R. A importância do conhecimento e do profissional da informação para a estratégia corporativa num contexto de complexidade. *In*: SOUTO, L. F. (Org.). **Gestão da Informação e do Conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. Cap. 8.

LOUSADA, M. *et al.* Produção Científica Sobre Gestão do Conhecimento e Gestão da Informação no Âmbito da Ciência da Informação: uma aplicação da lei de Bradford. **Anales de Documentación, Norteamérica**, v. 15, n. 2, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/analesdoc.15.2.138741>. Acesso em: 28 jan. 2021.

LUNARDELLI, R. A. *et al.* A análise da informação e seu ensino nos cursos de arquivologia e biblioteconomia da universidade estadual de Londrina: relato de experiência. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 33, n. 2, p. 60-74, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/9094/7275>. Acesso em: 06 jul. 2020.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/hjYJH4NT4PSKgYwRpRTtv6q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIZ, A. C. A.; AGUIAR, A. F. da S. de. O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.7, 2013.

MAROUF, L. N. What Motivates Librarians to Share Knowledge? **International Information and Library Review**, v. 48, n. 2, p. 102–111, 2016.

MASON, R. O. What is an information professional? **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 31, n. 2, p. 122-138, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40323396>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MENEZES, V. S. de. **A produção da Biblioteconomia lusófona nos séculos XX e XXI no acervo da Biblioteca Nacional**. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2011, p. 1-38. Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2011/vinicius_souza_de_menezes_trab_revisado_0.pdf. Acesso em: 08 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema e-MEC**. 2018. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MORESI, E. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.1, p. 14-24, jan./abr., 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/895>. Acesso em: 09 maio 2020.

MULLER, S. P. M. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./ jun. 1985. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222>. Acesso em: 06 mar. 2021.

NASSIF, M. C.; PAULA, C. P. A. de; CRIVELLARI, H. M. T. Estudos sobre "Gestão da Informação e do Conhecimento" e "Trabalho" no PPGCI: origens, trajetória e perspectivas futuras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. especial, p.102-129, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22273>. Acesso em: 10 jul. 2020.

NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5., 2012, Salvador. **Anais...**, Salvador, AABA, 2012. Disponível em: <https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/AnaisVCNA2012.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

NUNES, M. G. O processo de gestão da informação e do Conhecimento nas avaliações do INEP: um estudo em uma Instituição de Ensino Superior. 2008. 115 f. **Dissertação** (Mestrado profissional em Administração) - Faculdades Integradas Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2008.

OGÉCIME, M.; MOURA, M. A. de. Políticas de Informação para a Sociedade da Informação e do Conhecimento: elementos constituintes, dimensões e análise na perspectiva da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19, 2018, Londrina. **Anais...** Londrina, ANCIB, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102898>. Acesso em: 08 jun. 2021.

OLIVEIRA, F. H. de. A formação do arquivista na Universidade de Brasília e sua inserção no mercado de trabalho da Capital Federal. **RICI: Revista Ibero-americana**

de Ciência da Informação, Brasília, v. 3, n. 1, p. 72-92, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1656>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, F. H.; SOUSA, R. T. B. de. Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras. In: MATOS, M. T. N. de B.; CUNHA, F. J. A. P.; SÁ, A. Q. G. T de.; FREIXO, A. L. (Orgs.). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 61-74.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino Da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3754/3167>. Acesso em: 05 set. 2020.

PEREIRA, P. O Currículo e as práticas pedagógicas. 2014. 36f. **Trabalho de conclusão de curso** (Bacharel em Pedagogia) - Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva, Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva, Itapeva, 2014.

PESSOA, C. R. M.; JAMIL, G. L.; SILVA, A. M. da S.; A Gestão da Informação na Gestão da Inovação. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS & TECHNOLOGY MANAGEMEN, 15, 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo, CONTECSI, 2018. Disponível <https://www.tecsi.org/contecsi/arquivos/15contecsi.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PIZARRO, D. C.; DAVOK, D. O papel do bibliotecário na gestão da informação empresarial: uma pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.1, p.37-58, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/546>. Acesso em: 06 mar. 2021.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información en las organizaciones: principios, conceptos y aplicaciones**. Santiago do Chile: CECAPI, Universidade de Chile, 1998.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, G. M.; MARQUES, A. A. da C. A inserção da Arquivística nos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 3, p. 75-92, mar. 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/60>. Acesso em: 16 set. 2020.

RIDOLPHI, W. R.; GAK, L. G. A profissionalização do Arquivista e o Panorama Brasileiro. **Revista do Arquivo Geral do Cidade do Rio de Janeiro**, n. 11, p. 345-369, 2017.

ROSSI, T.; PINTO, M. D. de S.; RIPOLL, L; GUIMARÃES, F.; BEM, M. R. de. Pessoas, cultura e estrutura organizacional: aplicação do framework gc@bu na

Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. **Informação & Sociedade**, v. 27, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30721/17413>. Acesso em: 17 jul. 2020.

RUBI, M. P.; EUCLIDES, M. L.; SANTOS, J. C. dos. Profissional da Informação: aspectos de formação, atuação profissional e *marketing* para o mercado de trabalho 2006. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.16, n.1, p.79-89, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/443/1495>. Acesso em: 09 abr. 2021.

SÁ, I. C. de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, v. 26, n. 2, p. 31-35, 2013. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/513>. Acesso em: 25 set. 2020.

SÁ, I. C. de. Institucionalização das práticas museológicas: oitenta anos do Curso de Museus. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

SANFELICE, J. L. A história da educação e o currículo escolar. **Quaestio: Revista de Estudos em Educação**. São Paulo, v.9, n. 24, p. 2-3, out. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/60>. Acesso em: 07 maio 2020.

SANTA ANNA, J. O moderno profissional da informação à luz dos paradigmas da ciência da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p.18-29, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/32501>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SANTA ANNA, J. O Arquivista como gestor de recursos informacionais: uma reflexão acerca dos novos modelos de gestão. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 77-100, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47959>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SANTOS, M. C. T. M. **Encontros museológicos: reflexões sobre a Museologia, educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. AS Interconexões entre e Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento para o Gerenciamento dos Fluxos Informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19-33, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/17897>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SANTOS, J. C. dos; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. **Informação@Profissões**,

Londrina, v. 4, n. 1, p. 56 – 81, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23542>. Acesso em: 23 maio 2020.

SANTOS, P. L. E. dos. Notas sobre a institucionalização da Arquivologia no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 13, 2012, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro, ANCIB, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/177911>. Acesso em: 24 fev. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

SILVA, A. K. A. da.; MOREIRA, E. C. de B.; MONTEIRO, S. A. Gestão da Informação das origens aos modelos conceituais. *In: DUARTE, E. N.; LLARENA, R. A da S.; LIRA, S. de L. (Orgs.). Da informação à auditoria de conhecimento: a base para a inteligência organizacional*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Cap. 7.

SILVA, T. E.; TOMÁEL, M. I. A Gestão da Informação nas organizações. **Informação & Informação**, Londrina, v.12, n. 2, p. 1-2, jul./dez., 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1806> . Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, E.; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e do conhecimento como subsídios para a geração de inovação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro, ANCIB, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/184302>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SIQUEIRA, G. K. Curso de Museus – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional. 2009. 178f. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAS, Rio de Janeiro, 2009.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/399/373>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SOUZA, F. das C. O ensino de biblioteconomia no Brasil e aspectos de sua dimensão curricular: um exame dos ditos e não ditos na coleção documentos ABEED. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, ANCIB, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/181602>. Acesso em: 16 maio 2020.

SOUZA, E. D. de; DIAS, E. J. W.; NASSIF, M. E. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas Teóricas e Práticas Organizacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 55-

70, jan./abr. 2011. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4039/5598>. Acesso em: 14 maio 2020.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr., 2017. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SPINOLA, L. H. de O. GESTÃO DA INFORMAÇÃO: conceitos, aplicabilidade, desafios e perspectivas da área - a ótica do bibliotecário. 2013. 70 f. **Trabalho de conclusão de curso** (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2013.

TAKAHASHI, T. (Org.). A Sociedade da Informação. In: _____. **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Cap. 1.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Boockman, 2008.

TANUS, G. F. de S. C. A trajetória do ensino da Museologia no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 2. p. 77-88, maio/jun. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16688>. Acesso em: 16 fev. 2021.

TANUS, G. F. de S. C. Cenário acadêmico-institucional dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia do Brasil. 242f **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

TANUS, G. F. de S. C. A; ARAÚJO, C. A. A. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, maio/ago. 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83>. Acesso em: 18 set. 2020.

TARAPANOFF, K. Fundamentos: Informação, Conhecimento e Inteligência em Corporações: relações e complementaridade. In: _____. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p. 19-36.

TEIXEIRA, M. do R. F. A disciplina de gestão do conhecimento no currículo do curso de Biblioteconomia: a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Rebecin)**, [s.l.], v.1, n.1, p. 48-57, 2014. Disponível em:
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106639/000934231.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 abr. 2021.

TEIXEIRA, T. M. C.; VALENTIM, M. L. P. Inteligência Competitiva Organizacional: um estudo teórico, **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 6, Número Especial, p. 3-15, jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/27392>. Acesso em: 23 maio 2021.

TOSTES, G. O. Curso de Museus do MHN e Curso de Museologia da FEFIERJ/UNIRIO: transformação e um novo olhar sobre o ensino em Museologia na década de 1970. 131f. **Dissertação** (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017.

UGWU, C. I. Mediation Effect of Knowledge Management on the Relationship between Transformational Leadership and Job Performance of Librarians in University Libraries in Nigeria. **Journal of Librarianship and Information Science**, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961000618763715>. Acesso em: 17 jun. 2020.

UGWU, C. I.; EZEMA, I. J. Planning for Knowledge Management Implementation in Academic Libraries: Empirical Evidence from Federal University Libraries in Nigeria. **Journal of Information and Knowledge Management**, v. 17, n. 4, 2018. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S0219649218500399>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VALENTIM, M. L. P. Ambientes e fluxos de informação em contextos Empresariais: o caso do setor cármico de Salamanca/Espanha. **BJIS: Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v.7, n. Especial, p. 299-323, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3130>. Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. **Gestão da informação e gestão do conhecimento: especificidades e convergências**. 2004. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88. Acesso em: 16 maio 2020.

_____. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 3 n. 4, Não paginado, ago. 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/3837>. Acesso em: 17 maio 2020.

VALENTIM, M. L. G. P. *et al.* O processo de inteligência competitiva em organizações. **DataGramaZero**, v. 4, n. 3, p. 1-21, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5453>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VALENTIM, M. L. P.; SANTOS, D. C. As Interconexões entre a Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 19-33, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/17897>. Acesso em: 22 jan. 2021.

VALENTIM, M. L. P.; JORGE, C. F. B.; CERETTA-SORIA, M. G. Contribuição da Competência em informação para os processos de Gestão da Informação e do Conhecimento. **Em Questão**: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v. 20, n. 2, p. 207- 231, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/48642>. Acesso em: 05 ago. 2020.

WITTER, G. P. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de Psicologia da PUCCAMP**. Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-30, jan. /jul. 1990. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estudos/article/view/7924>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ZEN, D. D. O curso de Museus e a Museologia no Brasil. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. 3, n. 1, p. 76-91, nov. 2015. Disponível em: https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/06_Artigo05.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.